

JIHAD E O REINO DE DEUS

Silas Tostes

1. INTRODUÇÃO

Nosso propósito primeiro, é compreender as diferentes concepções de jihad. Isto nos possibilitará ver que muçulmanos diferentes, pensam de maneiras diferentes. Entre as várias concepções de jihad, há a versão defensiva e a agressiva. Espera-se com jihad agressivo, uso da luta armada na causa de Alá, libertar o homem e implantar o reino de Deus na terra. Isto se dá por meio do estabelecimento de um governo islâmico, regido pela Xaria.¹ Governo de Alá, ou governo islâmico sob esta legislação, é entendido como o reino de Deus na terra. Neste tipo de jihad, percebe-se que os muçulmanos estão preparados para abrir mão de tudo, como a própria vida, parentesco e nacionalidade.

Em segundo lugar, definiremos em que base se implanta e expande-se o reino de Deus, segundo as Escrituras Bíblicas, até que este atinja sua plenitude. Veremos que havia a possibilidade do homem pertencer ao reino de Deus antes de Israel. Depois podia pertencer a este pela instrumentalidade desta nação. O exemplo e proclamação de Israel eram elementos importantes da tarefa, de trazer de volta o homem para o domínio divino. Na época do Velho Testamento foi prometido a vinda do reino messiânico. Uma vez que o Messias é Deus, o reino messiânico não deixa de ser uma manifestação do reino de Deus. Sendo assim, a vinda do reino messiânico em Jesus, era a própria implantação do reino de Deus. Este terá sua plenitude com Sua segunda vinda, e enquanto isto, cresce pela obra missionária. O exemplo e a proclamação da Igreja são elementos importantes da tarefa de trazer de volta o homem para o domínio divino. Mesmo que Israel e a Igreja possam pertencer ao reino, este não se limita a estas duas realidades.

Espera-se com esta meditação sobre o reino de Deus nas Escrituras Bíblicas, despertar a Igreja para a obra missionária. Quem sabe esta se envolverá na expansão do reino, pela obra missionária, com o mesmo desprendimento e paixão dos muçulmanos em jihad agressivo. Claro que sem o uso de violência.

A despeito da conotação negativa da palavra jihad; para aqueles que não são muçulmanos, e logo a associam com violência, procuraremos ser objetivos e destituídos de idéias pré-concebidas quanto ao assunto. Isto se faz necessário para uma boa compreensão do assunto.

A relevância de nosso tema é vista por meio de várias razões. Primeira, tem sido noticiado pela imprensa, que o Islamismo possui muitos seguidores. Segundo Jaime Klintowitz, jornalista

¹ Lei que governa uma nação ou estado islâmico, tendo por base o Alcorão e o exemplo de Mohammad, sunnah, que foi preservado no Hadith. Há vários versos do Alcorão que ensinam que o exemplo e orientações de Mohammad devem ser seguidos, tais como: 33:21; 48:10; 59:7 e 33:36.

da Revista Veja, o Islamismo tem hoje 1,2 bilhões de adeptos.² Isto representa um quinto da população mundial. O mesmo artigo informa que o Islamismo governa cinquenta países do mundo.³

Segunda razão, sabemos que o Islamismo também possui ardor missionário, esforçando-se por difundir-se em todo o mundo livre. Isto é facilmente visto por suas mesquitas construídas e inúmeros livros escritos e publicados ao redor do mundo. Há nas últimas páginas do livro *Islamismo Mandamentos Fundamentais* por Mohammad Ahmad Abou Fares, publicado por MS Indústria Gráfica e Editora Monte Santo Ltda, vinte e cinco fotos de mesquitas construídas no Brasil. Tem sido observado por nós, que onde há uma mesquita, há também um esforço de proselitização, o qual se dá através da distribuição de livros religiosos islâmicos, doações do Alcorão, e às vezes, há também distribuição de cestas básicas para a comunidade carente local.

Terceira razão, neste contexto de avanço numérico e divulgação do Islã por meio de inúmeras publicações. Fomos também impactados pelo atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova York. Vimos para surpresa do mundo, duas torres de cento e dez andares cada, desabarem causando milhares de mortes. Tal atentado resultou na guerra no Afeganistão contra o terrorismo, assim como em outros desdobramentos. Neste contexto, nos pareceu confuso ouvir autoridades islâmicas afirmando, que o Islamismo é religião da paz e da fraternidade. A realidade das imagens de televisão porém, não pareciam atestar isto. Percebemos então, que deveríamos nos propor a compreender o que é jihad, e descobrir porque uns muçulmanos pregam a paz, e outros a guerra na causa de Alá. Enquanto uns falam de paz, outros sempre armados estão dispostos a matar e morrer por suas convicções. Porquê tal diferença? O que é jihad?

Quarta razão, a presente reflexão plenamente se justifica, se considerarmos o número baixo de evangélicos que são missionários transculturais. Segundo a Sepal⁴, somente 1500 cristãos evangélicos brasileiros estão nesta categoria. Entre estes, somente 13% estão entre os chamados povos sem acesso ao Evangelho, ou seja, mais ou menos 195 obreiros transculturais. Os demais trabalham em áreas onde há pessoas que já ouviram falar de Jesus. Se com 15% de evangélicos no Brasil, temos um número tão baixo de missionários, onde está nosso ardor por missões? Se somos 20 milhões de evangélicos, 1500 missionários é porcentagem nula, se

² Klintowitz, J. *Islã a Derrota do Fanatismo*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 1º de Março de 2000. p. 46.

³ Ibid. p. 46.

⁴ As estatísticas da Sepal (Serviço de Evangelização para a América Latina), foram publicados no catálogo da AMTB (Associação de Missões Transculturais Brasileiras) feito em conjunto com a Sepal, impresso em 2000.

considerarmos que 1% de 20 milhões seria 200 mil.

Haverá alguma menção ao terrorismo islâmico aqui e ali, devido a ligação disto com jihad agressivo. Contudo, o nosso assunto não é o terrorismo islâmico. Não queremos dar a impressão que jihad é o mesmo que terrorismo. Isto seria confundir uma realidade complexa, com uma pequena parte da mesma. É verdade que num dado momento, utilizaremos a pesquisa sobre terrorismo internacional feita por Yossef Bodansky, contida no livro, *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Contudo, isto faremos para ilustrar e explanar a ideologia propulsora de jihad como luta armada, em nosso contexto histórico atual. Não nos deteremos porém, nos pormenores quanto ao terrorismo islâmico. Estaremos neste caso, interessados na ideologia que motiva o terrorismo, e não no terrorismo em si, como prática da luta na causa de Deus.

O assunto da veracidade das Escrituras é importante, porém não faz parte do propósito deste trabalho. Partimos do pressuposto que a Bíblia é a Palavra de Deus, e como tal, é digna de toda aceitação, sendo neste status infalível em sua revelação de Deus, e em suas doutrinas e informações. Esta será muito usada para entendermos missões, segundo as Escrituras.

Como texto bíblico inspirado, aceitamos os livros do Velho Testamento reconhecidos pelos judeus com este status. Já nos tempos de Jesus estavam divididos em três grupos: Lei, Profetas e os Escritos, sendo no total 39. Assim como os vinte e sete livros do Novo Testamento listados no Sínodo de Hippo A.D. 393. Na ocasião, estavam apenas reconhecendo que estes livros possuíam autoridade apostólica, como registrado nos escritos de Atanásio de Alexandria, Policarpo, Justino o Mártir, Irineu e Inácio. A decisão deste concílio foi promulgada quatro anos mais tarde pelo 3º Sínodo de Cartage.⁵

Utilizaremos textos escritos por muçulmanos e acadêmicos, que representam de maneira acurada quais são as diferentes concepções de jihad. Estes serão devidamente mencionados ao longo do capítulo dois. Representam fontes de respeito que demonstram as diferentes posições islâmicas, e a riqueza de pensamento, quanto ao assunto. Os mesmos foram publicados pelo Centro de Divulgação do Islã Para América Latina, e pelo Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidik. Assim como por outros muçulmanos, ou organizações islâmicas, que expressaram suas idéias em páginas da internet.

Entre as várias fontes islâmicas pesquisadas, ressaltamos a importância de A. Yusuf Ali,

⁵ McDowell, J. *Evidence That Demands a Verdict*. UK, Alpha, 1993. p. 37-38.

The Holy Qur'an, e de Samir El Hayek, *O Significado dos Versos do Alcorão Sagrado*, como comentadores dos versos do Alcorão. Não faz sentido como não muçulmanos, afirmarmos o que diz o Alcorão. Confiamos este trabalho aos eruditos islâmicos de respeito. Parece-nos muito relevante as opiniões de Hayek, pois em suas próprias palavras disse:

Na maioria dos casos seguimos as exegeses do Conselho Superior dos Assuntos Islâmicos e do professor Mohammad Mahmud Hijazi, por se situarem entre as que mais se coadunavam com os requisitos necessários. Por fim, quando ainda na permanência da dúvida a respeito do significado de algum termo, recorremos à ajuda inestimável de S. E. Dr. Abdalla Abdel Chakur Kamel, Diretor do Centro Islâmico do Brasil e Coordenador dos Assuntos Islâmicos da América Latina, que muito nos auxiliou neste sentido; a ele vão os nossos agradecimentos.⁶

Todos os versos do Alcorão citados, o foram segundo a versão para o português, feita pelo Prof. Samir El Hayek, *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*.⁷

Utilizaremos as Escrituras Bíblicas para entendermos o reino de Deus na perspectiva cristã. Nisto consiste nossa fonte de pesquisa para entendermos o assunto biblicamente. Todos os textos citados, o serão segundo a versão em português, feita por João Ferreira de Almeida, revista e atualizada no Brasil.

Desenvolveremos o assunto desta maneira. No segundo capítulo, começaremos mostrando que há diferença de opinião quanto a jihad, como luta armada, ser ou não obrigatório a todo muçulmano. Depois, veremos as limitações de entendimento, se somente nos atermos ao seu significado lingüístico. Em seguida, consideraremos os respectivos sub-itens quanto ao tema:

- O significado etimológico de jihad;
- Os vários tipos de esforço (jihad), que se espera de um muçulmano como ensinados no Alcorão e no Hadith⁸;
- Jihad como santidade pessoal;
- Jihad como luta armada em defesa própria. Neste caso, jihad equívale ao direito de autodefesa, segundo o artigo 51 da Carta das Nações Unidas;

⁶ Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994, p. XVIII.

⁷ Ibid.

⁸ Hadith significa narração, refere as tradições aceitas pelos muçulmanos. São relatos que registram as palavras e ações de Mohammad, que trazem a devida luz para que uma boa interpretação do Alcorão seja feita, numa perspectiva islâmica. As vezes Hadith é escrito hadite em português. Talvez isto seja o certo, mas utilizaremos hadith como aparece nos mais diversos textos utilizados em inglês. Há seis coletâneas de Hadith aceitas pelos sunitas: Al-Bukhari; Muçulmano; Ibn Majah; Abu Dawud; At Tirmidhi e An Nasa'i. Os xiitas tem suas próprias coletâneas.

- Jihad como luta armada para dar ao homem liberdade, ou o direito de escolha⁹, entre ser muçulmano, ou ser Zimmi¹⁰, ou seja, ser um não muçulmano em uma sociedade islâmica. Espera-se com jihad agressivo ter o reino de Deus implantado na terra, extirpando desta a idolatria, removendo regimes não islâmicos. Nesta concepção, jihad tem a dimensão política de tomada do poder;
- Por fim, nos deteremos na manifestação contemporânea de jihad agressivo. Isto nos levará a compreender contra o que esta concepção luta em nossos dias. Esta o faz contra líderes e governos islâmicos, que julgam não ser tão islâmicos como deveriam, assim como contra o Ocidente. O alvo é duplo, primeiro, destituí-se governos islâmicos considerados infiéis, unindo a comunidade islâmica mundial em uma única ummah (comunidade). Neste momento, um Califa será escolhido e instituído como o líder mundial do Islamismo, como ocorreu até o quarto Califa. Naquela ocasião, o Califa reunia em si o poder religioso e temporal. Depois, em segundo lugar, a comunidade islâmica marcharia em jihad agressivo até a conquista do mundo. Como consequência, o Islã será implantado em toda a terra sob a liderança deste Califa, regido pela Xaria. Assim toda a terra estará sob o domínio de Alá em seu reino.

É inevitável num dado momento, não fazermos menção dos muçulmanos mais extremados ou radicais. Estes são regularmente chamados na imprensa de muçulmanos fundamentalistas. Esta terminologia pode ser enganosa, pois alguém pode ser fundamentalista em suas doutrinas, sem que isto signifique envolvimento em atos de violência. Bodansky utiliza o termo islamita para os chamados radicais; como uma maneira de fazer justiça, e não ser ofensivo a maior parte dos muçulmanos, que discordam dos atos de violência como o de 11 de setembro de 2001 em Nova York.

O termo “islamita” denota a avassaladora predominância do aspecto político – especialmente o radicalismo, o extremismo e a militância -, de acordo com o que se busca e se pratica sob a bandeira do Islã, na interpretação de seus seguidores. Embora usado com frequência na literatura, a palavra “islamita” não costuma ser utilizada por jornalistas americanos e por outros autores, que preferem expressões como “intelectual islâmico”, “fundamentalismo islâmico” ou “militante

⁹ Direito de escolha, liberdade e justiça nos termos desta concepção, precisam ser entendidos segundo a perspectiva islâmica dos mesmos, no contexto do que é ser Zimmi, e da pena de morte para o apóstata do Islã. Estes itens serão explicados no apêndice de número um, por ser em si assuntos aparte.

¹⁰ Há diferentes formas de transliteração nas línguas européias, da palavra árabe que descreve o status de um não muçulmano, numa sociedade islâmica. Zimmi é umas delas, há os que preferem Dhimmis, havendo inúmeras variações entre estas duas opções. Em nosso caso, usaremos sempre Zimmi.

islâmico”. Tal uso, no entanto, dificulta a distinção entre a maioria dos muçulmanos e uma minoria que inclui terroristas extremistas.

Como Bodansky, utilizaremos o termo islamita para nos referir aos radicais. Esperamos assim, evitar o uso da palavra muçulmano num contexto de violência, podendo isto dar uma idéia errada. Sugeriríamos neste caso, sem intenção, que muçulmano é o mesmo que violento, o que seria uma injustiça, pois a maioria dos muçulmanos não são extremados. Esperamos desta forma, errarmos menos e não difundirmos idéias errôneas sobre eles.

Perceberemos no desenvolver do conteúdo, que muçulmanos em jihad agressivo, possuem um sincero anelo por um mundo melhor e submisso a Deus. Mesmo que discordemos do método proposto por eles, uso da violência, sabemos que o Deus eterno saberá saciar esta busca por justiça, verdade e por Ele.

No capítulo três, antes de propriamente iniciarmos, faremos várias ressalvas quanto ao reino de Deus. Depois o definiremos, e aí o consideraremos à luz das Escrituras. Nisto temos a estrutura do nosso pensamento. Seguiremos os seguintes passos ao abordarmos o assunto no Velho Testamento. Primeiro, faremos as ressalvas iniciais e depois definiremos o que queremos dizer por reino de Deus.

Segundo, consideraremos a possibilidade de se pertencer ao reino de Deus no Velho Testamento. Subdividimos este item em: O homem distanciou-se do reino de Deus; o homem poderá ser restaurado e estar novamente no reino; podia-se pertencer ao reino sem Israel; podia-se pertencer ao reino pela instrumentalidade de Israel, tanto por seu exemplo como proclamação; como se dava na prática a incorporação do gentio ao reino de Deus; singulares exemplos dos gentios sendo incorporados no reino; a promessa do reino messiânico.

Terceiro, a possibilidade de se pertencer ao reino no Novo Testamento. Subdividimos este item em: A vinda do reino em Jesus com a encarnação de Jesus. Depois, o retorno do homem ao reino de Deus pela obra redentora de Jesus. Em seguida, a relação da Igreja com o reino. Em quarto lugar, consideraremos a plenitude futura do reino. Quinto, a expansão do reino de Deus pela obra missionária. Sexto, veremos se a Igreja substitui Israel no Novo Testamento. Sétimo, a obra missionária só é realizada se superarmos nossos preconceitos. Oitavo, como ocorre a integração do gentio ao reino de Deus no Novo Testamento. Nono, o exemplo da Igreja quanto ao que é estar no reino de Deus. Décimo, consideraremos a possibilidade segundo algumas passagens bíblicas, do reino ser tomado a força pelo uso da luta armada.

O capítulo quatro conterá nossa conclusão.

Jihad é uma palavra estrangeira, a usaremos nas sentenças fazendo-a concordar com o gênero masculino. Nas citações de diferentes autores, poderemos ter casos em que a concordância estará no gênero feminino. Respeitaremos esta diferença nas citações.

Há inúmeras maneiras de escrevermos palavras transliteradas do árabe, manteremos um padrão, e respeitaremos a escolha de um outro autor ao fazermos as citações; por exemplo, escreveremos Xaria para nos referir a lei islâmica. Contudo, nas citações poderá ser escrita com sh (Sharia). O mesmo pode ocorrer com outras palavras.

Jihad é normalmente descrito como guerra santa no Ocidente. Os muçulmanos porém, parecem não gostar desta descrição, usam este adjetivo (santa) entre aspas para expressar descontentamento. Muitas vezes jihad é adjetivado com a expressão *Qilal fi sabillah*, (lutando no caminho, ou na causa de Deus), no Alcorão. Optamos então, caso venhamos adjetivar jihad, pela expressão alcorânica. Evitaremos assim, influências do adjetivo externamente imposto ao conceito.

Num dado momento faremos uso da palavra missões ou obra missionária, é importante definirmos bem o que queremos dizer por isto. Missões refere-se à obra redentora de Deus, provendo ao homem salvação, após este ter se separado do Criador pelo pecado de Adão. Esta redenção refere-se à restauração integral do homem, tanto espiritual como material, tanto da alma como do corpo. O Criador não fez somente o espírito, fez também o corpo. Mas o homem foi, tanto em sua constituição material e como espiritual, manchado pelo pecado. A salvação redentiva refere-se portanto, não só ao relacionamento restaurado com o Criador, como também à restauração do corpo e seu uso como templo do Espírito Santo (1Co. 6:15, 19-20). Ao pensar em missões então, temos em mente tanto a proclamação da mensagem, como a expressão prática de sua dimensão social.

Passemos ao desenvolvimento do assunto, que nos mostrará as diferentes concepções de jihad. Para em seguida, considerarmos o assunto do reino de Deus, segundo as Escrituras Bíblicas.

2. DIFERENTES CONCEPÇÕES DE JIHAD

O historiador Douglas E. Streusand, autor do livros: *The Formation of the Mughal Empire*, e do livro *The Islamic Gunpowder Empires in World History*. Notou que muçulmanos diferentes possuem concepções diferentes de jihad. Isto ficou claro por meio de declarações

distintas feitas ao jornal *The Boston Globe*, em maio de 1994. Naquela ocasião, *The Council on American-Islamic Relations (CAIR)*, organização islâmica cuja sede encontra-se em Washington, disse claramente que jihad não é guerra santa. Segundo Cair, “Jihad é um conceito islâmico abrangente que inclui luta para melhorar a qualidade de vida em uma sociedade, luta no campo de batalha em autodefesa..., ou luta contra a tirania e opressão”.¹¹

Por outro lado, no mesmo artigo, *The Muslim Students Association (MSA)*, que na ocasião havia recentemente distribuído o documento chamado, *Diary of a Mujahid*¹², por meio do qual seu editor definia jihad como um conflito de armas:

Enquanto sonhamos com jihad, alguns o negam. Outros procuram explicá-lo. Todavia, outros o desaprovam e escondem suas próprias fraquezas e relutância quanto a isto (jihad). Aqui damos uma breve olhada, no diário de um Mujahid, que teve seu sonho realizado no campo de batalha.¹³ O parêntesis foi acrescentado por mim.

Vemos então, que há uma divergência entre os muçulmanos do que vem a ser jihad. A idéia de jihad como algo mais complexo, já era presente desde os dias de Mohammad. Segundo o Hadith, Al-Tasharraf, Part 1, p. 70¹⁴, “Um grupo de soldados foram até o Santo Profeta (vindo de uma batalha). Ele disse: *Bem vindos, vós viestes do jihad menor para o maior.* Alguém perguntou, que é o jihad maior? Ele disse: *O esforço de um servo contra seus baixos desejos.*” Percebemos então, que já naquela época havia uma noção de pelo menos dois tipos de jihad. O jihad maior era a luta contra impurezas pessoais, enquanto que jihad como luta armada, era o menor.

Definir jihad então, se faz necessário. Ou jihad é um esforço para melhora social, autodefesa, luta contra a tirania, como definiu CAIR, ou é luta no campo de batalha, como sonho realizado em prol das causas islâmicas, como definiu MSA. Na verdade, jihad é bem mais complexo do que consta nestas duas definições.

Desenvolveremos este capítulo como sugerido na introdução.

2.1 Será que jihad como luta armada é uma prática obrigatória a todo muçulmano?

¹¹ Boston Globe, May 24, 1994. Citado por Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?* Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402>, em 06/11/2001, p. 1.

¹² Mujahid refere-se ao que participa ou esforça-se em Jihad.

¹³ Boston Globe, May 24, 1994. Citado por Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?* Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402>, em 06/11/2001, p. 1.

¹⁴ *Jihad in The Holy Quran and Hadith*. Extraído de <http://tariq.bitshop.com/misconceptions/jihad/jinqh.htm> em 16/11/2001, p. 3-4.

Os islamitas dizem que este tipo de jihad é obrigatório a todo muçulmano. Outros muçulmanos entendem que não.

Streusand afirma, que segundo diversos juristas islâmicos, jihad agressivo não é obrigatório a todo muçulmano. Seria obrigatório a todos, somente se a comunidade islâmica, Casa do Islã, *Dar al-Islam*, estivesse sobre ataque inesperado.

Os juristas entendem que jihad não é uma obrigação de todo muçulmano, mas uma obrigação geral da comunidade islâmica. Somente em emergências, quando a Dar al-Islam sofre um ataque inesperado, esperam que todos os muçulmanos participem de jihad como guerra. Mas em condições normais, a falha da comunidade islâmica em fazer jihad é pecaminosa, mas um indivíduo muçulmano não precisa participar nisto, desde de que outros muçulmanos o façam.¹⁵

Por outro lado, há outros autores ou muçulmanos islamitas, que entendem jihad agressivo como uma obrigação a todos. Bin Laden, citado por Bodansky, possui esta posição e espera que tal prática seja parte do dia-a-dia de um muçulmano. Para Bin Laden, mesmo que jihad não faça parte dos cinco pilares, ou das cinco práticas da religião islâmica, como a E-shahada¹⁶; orar cinco vezes ao dia¹⁷; pagar o Zakat¹⁸, jejuar durante o mês de Ramadã e se houver recursos financeiros, fazer a peregrinação a Meca.

A al-Qaeda foi criada para travar uma jihad contra os infiéis, especialmente para enfrentar a investida dos países infiéis contra os Estados Islâmicos. A jihad é um dos elementos, não declarado do Islã (os outros são as palavras sagradas do Islã: preces, jejum, peregrinação a Meca e doação de esmolas). Toda pessoa antiislâmica tem medo dela (jihad). A al-Qaeda quer manter vivo e ativo este elemento, tornando-o parte do dia-a-dia dos muçulmanos.¹⁹

Sayyid Mohammad Qtub²⁰, compartilhava desta mesma convicção: “os que atribuem o poder a Deus não podem permanecer de braços cruzados com respeito ao Islã, principalmente

¹⁵ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?* Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402>, em 06/11/2001, p. 2.

¹⁶ Declaração de fé islâmica: “Não há Deus senão Alá e Mohammad é seu mensageiro.”

¹⁷ Oração aqui deve ser entendido no sentido islâmico, onde se ora em cinco períodos diários. Neste caso, as orações são feitas segundo a liturgia estabelecida com gestos, posturas e recitações em árabe. Contudo, há outras formas de oração também.

¹⁸ Imposto ou taxa religiosa, que representa 2.5% da renda anual.

¹⁹ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 25.

²⁰ Destacado pensador islâmico, que será considerado mais adiante no texto.

quando este pretende libertar os homens dos usurpadores do poder”.²¹ Em outras palavras, devem se envolver em jihad para a libertação do homem, e não ficarem parados. Qtub pregou jihad agressivo como norma do Islã.

Hizb ut-Tahrir, *O Partido da Libertação*, organização islamita sediada no Reino Unido, não só vê jihad como uma obrigação, mas como pilar de todas as práticas islâmicas. Fundamentou sua convicção citando a Surata 2:216: “Está vos prescrita a luta (pela causa de Deus), embora a repudieis. É possível que repudieis algo que seja um bem para vós e, quiça, gosteis de algo que vos seja prejudicial; todavia, Deus sabe e vós ignorais.”²²

Prossegue em sua argumentação quanto a jihad agressivo como dever islâmico, pois como no passado foi a ferramenta que permitiu a expansão do Islã²³, hoje não poder ser diferente.

Verdadeiramente, jihad é o pilar do dever é a parte mais importante deste. Os muçulmanos não terão uma posição internacional importante sem isto (jihad), pois é método que Alá tornou obrigatório para a propagação do Islã, para preservar o estado islâmico e proteger seus cidadãos.²⁴

Mesmo para o considerado moderado, Aliman Abul A’la Maududi, jihad era obrigatório a todo muçulmano: “Este sacrifício extremo (referindo-se a jihad) recai sobre todos os muçulmanos”.²⁵ Parêntesis acrescentado por mim.

Alguns autores como Streusand portanto, sugere que nem sempre jihad agressivo é visto como obrigatório, somente em situações de inesperado ataque a comunidade islâmica. Por outro lado, muçulmanos islamitas como Bin Laden, Sayyid Mohammad Qtub e nas convicções da organização Hizb ut-Tahrir, este é obrigatório. Não há um total consenso portanto, se jihad como luta armada é obrigatório a todos muçulmanos. Os islamitas pensam que sim.

2.2 Limitações se entendermos jihad somente etimologicamente

²¹ Qtub, M. S. *Normas no Caminho do Islã*. Publicado pelo Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidik. Gráfica e ano não mencionados, p. 101.

²² Hiz ut-Tahrir. *Jihad Is The Pillar of Islam and Its Top Most Part*. Extraído de <http://www.hizb-ut-tahrir.org/english/leaflets/january499.htm>, em 16/11/2001, p. 1.

²³ A discussão se jihad foi utilizado ou não para expansão do Islã, será desenvolvida em lugar oportuno, mas adiante no texto. Na ocasião, veremos como esta prática contrapõe-se a defensiva.

²⁴ Hiz ut-Tahrir. *Jihad Is The Pillar of Islam and Its Top Most Part*. Extraído de <http://www.hizb-ut-tahrir.org/english/leaflets/january499.htm>, em 16/11/2001, p. 2.

²⁵ Maududi, Aliman Abul A’la. *Para Compreender o Islamismo*. Brasil, Centrais Impressoras Brasileiras Ltda. 1989, p. 137. Segundo Anwar Abdussalam Al Kabti, na apresentação do livro de Maududi, *Para Compreender O Islamismo*, Maududi nasceu em 1902, na Índia, quando o país estava sob o domínio inglês e antes da separação do Paquistão, vindo a morrer em 1979. Foi autor de vários livros, cuja intenção era trazer a comunidade islâmica contemporânea, mais próxima da comunidade islâmica primitiva.

Definir Jihad etimologicamente ajuda-nos a entendê-lo. Limitarmos a isso contudo, não nos levará a uma compreensão mais abrangente. Já vimos que mesmo nos dias de Mohammad, havia um conceito de jihad maior e menor, e isto não se percebe por definição etimológica. Pela etimologia não perceberíamos as mais diversas variações do conceito, como santidade pessoal, defensivo e agressivo.

O Dr. Walid Phares, escrevendo como um cristão no contexto do Oriente Médio, em resposta ao artigo publicado pelo Palestine Times em agosto de 1997, chamado: *A Christian Perception of Islam, the Struggle for Dialogue and Peace*. O artigo provavelmente foi um editorial, pois o Dr. Phares refere-se ao seu autor várias vezes, sem citar seu nome. Em sua resposta, no artigo intitulado: *Don't Pervert History: Jihad Is Jihad*, o Dr. Phares questiona o valor da explicação etimológica de jihad, pois esta não contém sua dimensão política.

O autor escreve que “Jihad é normalmente traduzido como guerra santa, caracterização que normalmente, contudo, não reflete, totalmente e profundamente, a essência do termo”. Ele explica que “a palavra Jihad vem do substantivo verbal, do verbo árabe Jahada, significando esforço, ou lutar.” É verdade que a raiz linguística de Jihad, vem de Jihd (esforço), ou do verbo Jihad (esforço constante). Contudo, o debate não é sobre o significado lingüístico de Jihad, e sim sobre seu significado político. Por exemplo, ninguém examinaria o conceito de cruzada do ponto de vista lingüístico somente. A palavra cruzada esta relacionada com cruz; se isto o fizéssemos, seu significado seria, “atuar em prol da cruz”. Mas isto não representaria a realidade do movimento, nem seu significado, como se encontra na língua inglesa hoje.²⁶

Independente de seu significado etimológico, o Dr. Phares está convencido que jihad, “historicamente, foi uma ofensiva que moveu os árabes muçulmanos da península árabe, para a Espanha até a Índia”.²⁷ Claro que a opinião do Dr. Phares sobre jihad, somente revela sua convicção sobre o assunto, ou seja, jihad foi utilizado para expansão do Islã. Há outras concepções que ignorou. Contudo, jihad agressivo tem sido uma realidade ao longo dos século. Na sua opinião, prender-se ao significado etimológico de jihad, é esquecer de sua aplicação histórica e prática, o que não seria correto.

Aqueles que inventaram jihad no sétimo século, o fizeram para propósitos particulares, e são os autores do conceito, como tais, precisam ser respeitados intelectualmente. Se alguns de seus herdeiros desejam mudar

²⁶ Phares, W. *Don't Pervert History: Jihad Is Jihad*. Artigo inicialmente publicado no Palestine Times em Agosto de 1997. Extraído do site <http://www.wlo-usa.org/Opinion/Phares/Jihad.htm>., em 16/11/2001, p. 1

²⁷ Ibid., p. 2

seu significado, do que até então era aceito, deveriam dizer isto claramente e agir segundo este novo conceito. No mundo cristão, cristãos modernos condenaram as Cruzadas. Não rescreveram a história para as legitimarem. Os que crêem que Jihad como guerra santa é um pecado, devem ter a coragem de deslegitimar o conceito como tal, e ter esta prática como proscrita.²⁸

Na verdade, prender-se ao sentido etimológico de jihad, é não só ignorar a concepção criada pelo Dr. Phares, Jihad para expansão do Islã, como as demais existentes. Sua colocação quanto a não chegarmos ao entendimento preciso de uma palavra, se só a analisarmos etimologicamente é boa. Assim como sua colocação, de que não podemos rescrever a história, mas devemos sim, rejeitar o que nela entendemos não ser bom. Contudo, suas observações podem ter sido duras demais, caso o autor do artigo a quem se opunha, aceitasse jihad somente como autodefesa. Isto não ficou claro no mesmo. Talvez o Dr. Phares tenha trabalho somente como uma concepção, ou suposição quanto ao que é Jihad. Certamente que os muçulmanos que entendem jihad defensivamente, discordam da concepção agressiva, e possuem uma leitura da história bem distinta da que foi apresentada pelo Dr. Phares. Precisamos de um entendimento quanto a jihad portanto, que vá além da etimologia da palavra, incluindo nisto as variações do conceito.

Entender Jihad então, é mais complexo que compreender significado lingüístico. Sabemos que palavras possuem mais que um significado, dependendo do contexto no qual são usadas. Além disto, algumas representam conceitos religiosos, sociais e políticos. Este é o caso de jihad.

Tendo feito as considerações acima, passamos a definir jihad etimologicamente. Isto é um começo necessário, o primeiro passo no processo de entendermos o assunto.

2.3 O significado etimológico de Jihad

A raiz de Jihad é *jaahada*, significando esforçar. Jihad é o substantivo de *jaahada*. Seu significado dado no dicionário *Mufradat of Raghīb*, o dicionário clássico de termos alcorânicos é o seguinte: “Exercer poder em repelir o inimigo. Jihad é de três tipos: contra um inimigo visível; contra o diabo; e contra o ego, (page 100, na seção letra j, seguida da letra h)”.²⁹ O dicionário *Lane’s Arabic-English Lexicon*, define Jihad também nestes mesmos termos:

Jihad, é um substantivo infinitivo de *jaahada*, que apropriadamente significa usar ou exercer o máximo de força, esforços ou habilidades,

²⁸ Ibid., p. 3.

²⁹ *Jihad in Holy Quran and Hadith*. Extraído de <http://tariq.bitshop.com/misconceptions/jihad/jinqh.htm>, em 16/11/2001, p. 1.

diante de um objeto de desaprovação; e este pode ser de três tipos, a saber, um inimigo visível, o diabo, o ego; todos estes estão incluídos no termo como usado na Surata 22:77.³⁰

A idéia predominante do substantivo verbal jihad em sua etimologia, portanto, é esforçar-se determinadamente ao máximo.³¹ Na prática, refere-se a jihad como sinônimo de esforço. E neste sentido, jihad é esforço como ação política, econômica e social.³² E assim, pode se referir aos mais variados esforços, como o esforço de um estudante para passar de ano; ou de um empregado para realizar seu trabalho e manter boas relações com o patrão; ou de um político em aumentar sua popularidade com os eleitores; podendo até mesmo, se referir ao esforço de não muçulmanos também.³³ Esta variedade de aplicação é vista no Alcorão e Hadith.

2.4 Jihad como esforço no Alcorão e Hadith

Vejamos os vários exemplos.

2.4.1 Esforço dos não muçulmanos

Um exemplo de não muçulmanos em jihad como esforço, foi dado por M. Amir Ali³⁴ ao citar a Surata 29:8: “E recomendamos ao homem benevolência para com seus pais; porém, se te forcarem (jahadaka) a associar-Me ao que ignorais, não lhes obedeçais. Sabei (todos vós) que o vosso retorno será a Mim, e, então, inteirar-vos-ei de tudo quanto houverdes feito”. Neste caso, pais incrédulos estariam se esforçando para transformarem seus filhos muçulmanos, em politeístas (associar-me ao que ignorais, ou seja, a outras divindades). Isto é totalmente condenado no Islamismo. Mesmo a crença em Jesus como Deus, ou em um Deus trino, também é politeísmo (shirk), pecado que não tem perdão no Islamismo, como vimos no livro, *O Islamismo e a Trindade*. No exemplo citado, os pais estariam se esforçando, jihad, para tirar os filhos do Islamismo.

Além deste caso, o Dr. M. Amir Ali, demonstrou que jihad como esforço determinado tem vários significados especiais. Como os veremos a seguir.

2.4.2 Esforço reconhecendo o Criador e o amando sobre tudo

³⁰ Ibid., p. 1

³¹ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402>, em 06/11/2001, p. 1.

³² Stacey, V. *Islamismo e Cristo: Reflexões Perante o Islamismo*. Brasil. Revista Capacitando. Circulação Interna. No. 10. 2001, p. 36.

³³ Ali, M. A. *Jihad Explained*. III&E Brochure Series; No. 18, published by The Institute of Islamic Information and Education (III&E). Extraído do site <http://www.csus.edu/org/msa/jihad.htm>, em 06/11/2001, p. 1.

³⁴ Como Ali é um nome muito comum, citaremos sempre o nome completo para não nos confundir com uma outra pessoa.

Ó fiéis, não tomeis por confidentes vossos pais e irmãos, se preferirem a incredulidade à fé; aqueles, dentre vós, que os tomarem por confidentes, serão iníquos.

Dize-lhes: Se vossos pais, vossos filhos, vossos irmãos, vossas esposas, vossa tribo, os bens que tendes adquirido, o comércio, cuja estagnação temeis e as casas nas quais residis, são-vos mais queridos do que Deus e Seu mensageiro, bem como a luta (jihad), aguardai, até que Deus venha cumprir os Seus desígnios. Sabei que Ele não ilumina os depravados (Surata 9:23-24). Parêntesis acrescentado por mim.

Segundo M. Amir Ali, está claro nestes versos, que o muçulmano precisa lutar (esforçar-se) para colocar Deus³⁵ em primeiro lugar, acima dos pais, riquezas, ambições mundanas e sobre nossas vidas.³⁶

2.4.3 Esforço resistindo a pressão de pais, amigos e da sociedade

A oposição a crença islâmica por parte dos pais, amigos e sociedade, precisa ser resistida por meio de um esforço, que inclui o uso do Alcorão. M. Amir Ali provou seu ponto ao citar a Surata 25:52: “Não dêis ouvidos aos incrédulos; mas combate-os (jihadum) com denota, com ele (o Alcorão).”³⁷ Segundo A. Yusuf Ali, o uso do Alcorão em Jihad contra os críticos do Islamismo é o maior de todos, pois é feito com a arma da revelação: “Ele luta o maior jihad, com a arma da revelação”.³⁸

2.4.4. Esforço para permanecer no caminho islâmico e para divulgar o Islã

M. Amir Ali, citou vários versos do Alcorão para estabelecer que é necessário perseverança, para permanecer muçulmano, como a Surata 22:78; 29:6 e 2:155 e 3:142³⁹: “Pretendeis, acaso, entrar no Paraíso, sem que Deus Se assegure daqueles, dentre vós, que combatem (jahadu) e que são perseverantes?”.

Citou então a Surata 49:15, para demonstrar que se necessário devem sacrificar tudo, esforçarem neste sentido ao máximo, para permanecerem muçulmanos.⁴⁰

Somente são fiéis aqueles que crêem em Deus e em seu mensageiro e não duvidam, mas sacrificam (esforçam com seus bens..., *have striven* como traduzido por A. Yusuf Ali e destacado por M. Amir Ali) os seus bens e a suas pessoas pela causa de Deus. Estes são os verazes”. Parêntesis acrescentado por mim.

³⁵ A palavra Alá em árabe, *Allah*, é tanto usada no Alcorão como na Bíblia para Deus.

³⁶ Ali, M. A. *Jihad Explained*. III&E Brochure Series; No. 18, published by The Institute of Islamic Information and Education (III&E). Extraído do site <http://www.csus.edu/org/msa/jihad.htm>, em 06/11/2001, p. 2.

³⁷ *Ibid.*, p. 2.

³⁸ Ali, A. Yusuf. *The Holy Qur'na*. Published by Islamic Propagation Centre International. Gráfica e ano não especificados. Nota 3110, p. 939.

³⁹ Ali, M. A. *Jihad Explained*. III&E Brochure Series; No. 18, published by The Institute of Islamic Information and Education (III&E). Extraído do site <http://www.csus.edu/org/msa/jihad.htm>, em 06/11/2001, p. 2.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 3-4.

Demonstrou também que perseverança é necessária para comunicar a mensagem do Islã (Surata 41:33).⁴¹

2.4.5 Esforço para praticar ações justas

Ações justas para M. Amir Ali, são as que esforçam na causa de Alá. Citou então a Surata 29:69: “Por outra, quanto àqueles que diligenciam (jahadu, como enfatizado por Amir Ali) por nossa causa, encaminhá-los-emos pela Nossa senda. Sabei que Deus está com os benfeitores”.⁴²

A. Yusuf Ali, ao comentar a parte do verso 69 da Surata 29, *diligenciam por nossa causa, encaminhá-los-emos pela Nossa senda*, disse: “A senda permanece aberta, se guardarem seus corações para Deus e trabalharem em esforço (jihad) certo, com todas suas mentes, almas e recursos.”⁴³ Jihad neste caso é então, se esforçar na causa de Alá, naquilo que lhe é agradável e tido por certo.

Além das citações alcorânicas, há várias tradições (Hadiths), que ensinam que é necessário esforço na prática de boas ações.

Aisha, a esposa do profeta perguntou, “Ó mensageiro de Alá, vemos jihad como a melhor das ações, assim não deveríamos participar nisto?” Ele respondeu, “Mas o melhor dos jihads é uma perfeita Hajj (peregrinação a Meca), (Sahih Al-Bukhari no. 2784)”.

Um homem perguntou: “Deveria participar em Jihad? Ele respondeu (Mohammad), “Você tem pais? O homem respondeu que sim. O profeta disse, “Então se esforce em servi-los, (Al-Bukhari no. 5972)”.

Um outro homem, numa certa ocasião perguntou: Que tipo de jihad é melhor? Ele respondeu, “a palavra da verdade em vez de dirigente opressivo”, (Sunan Al-Nasai no. 4209)”.

O mensageiro de Alá disse: O mujahid é o que esforça-se contra si mesmo em favor de Alá, (Sahih Ibn Hibban no. 4862).⁴⁴

Um outro exemplo de Jihad como esforço em boa ação, encontra-se em Al-Bukhari, 96:11. A boa ação neste caso, é propagar o Islã. Os que isto fazem são os verdadeiros mujahids (os que participam de Jihad), e não os que se envolvem em lutas.

Bukhari, de todas as coleções de Hadith, é o mais claro no ponto que jihad não é usado exclusivamente para luta. Em *I 'tisam bil Kitab wal Sunna*, no quarto capítulo lê-se isto: “O dito do Santo Profeta, um partido de minha comunidade não deixará de ser triunfante sendo os que

⁴¹ Ibid., p. 3.

⁴² Ibid., p. 3.

⁴³ Ali, A. Yusuf. *The Holy Qur'na*. Published by Islamic Propagation Centre International. Gráfica e ano não especificados. Nota 3503, p. 1048.

⁴⁴ Ali, M. A. *Jihad Explained*. III&E Brochure Series; No. 18, published by The Institute of Islamic Information and Education (III&E). Extraído do site <http://www.csus.edu/org/msa/jihad.htm>, p. 3.

sustentam a verdade. Estes são os aprendizes, *ahl al—‘ilm* (homens de estudo)”. Assim na visão de Bukhari, o partido vitorioso dos que pertencem a comunidade do Profeta, não é formado por lutadores, mas por pessoas de estudo, que disseminam a verdade e estão engajados na propagação do Islã.⁴⁵

2.5 Jihad como santidade pessoal

Já vimos como devido a uma tradição, Mohammad teria ensinado que jihad, participação em guerra, é menos importante que jihad, como esforço contra os baixos desejos. Percebemos então, como já dizemos, que já naquela época havia distintas concepções. O jihad maior era uma luta para pureza pessoal, enquanto que jihad como luta armada, era o menor.

Segundo o Hadith, Al-Tasharraf, Part 1, p. 70, “Um grupo de soldados foram até o Santo Profeta (vindo de uma batalha). Ele disse: Bem vindos, vós viestes do Jihad menor para o maior. Alguém perguntou, que é o Jihad maior? Ele disse: O esforço de um servo contra seus baixos desejos.⁴⁶

Neste caso jihad é controlar, lutar, esforçando-se contra a impureza interior.

A idéia de esforço, ou luta contra os baixos desejos, tem tido enorme influência entre os sufistas.⁴⁷ Mesmo que a tradição acima não conste nas coleções de Hadith mais autoritativas, como em Al-Bukhari.⁴⁸ Os sufistas entendem jihad como uma luta contra as tentações de instintos básicos e contra o politeísmo. Retirar-se do mundo em busca mística, constitui então, num avanço em jihad maior. Como este jihad obtêm-se *insights* espirituais.⁴⁹ Neste caso, jihad é concebido como uma luta interior e não política.⁵⁰

Esta concepção sufista de jihad, recebeu oposição por parte daqueles que o concebiam politicamente, como Ibn Taymiya (1268-1328). Ele foi revolucionário em seus dias, e muito ativo em jihad como luta armada. Lutou contra os mongóis e os cruzados. Ibn Taymiya construía sua prática islâmica, seguindo a tradição deixada pelos Kharijis⁵¹ do sétimo século, e dos Assassinos

⁴⁵ *Jihad in The Holy Quran and Hadith*. Extraído de <http://tariq.bitshop.com/misconceptions/jihad/jinqh.htm> em 16/11/2001, em 06/11/2001, p. 5-6.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 3-4.

⁴⁷ Sufistas são muçulmanos voltados a inúmeras práticas místicas.

⁴⁸ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402> em 06/11/2001, p. 3.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 4. Citando John Renard, “*Al-Jihad al-Akbar*. Notes on a Theme in Islamic Spirituality. *Muslim World* 78 (1998), p. 225-242.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 4

⁵¹ Houve disputa entre os muçulmanos para decidirem se Muawiya, ou Ali deveria ser o quarto Califa. A questão foi por fim levada aos companheiros de Mohammad. Decidiram que nem um, e nem outro, deveria ser o Califa. Houve uma divisão, e a partir daí surgiram os xiítas que escolherem Ali como o líder. Entre os seguidores de Ali, houve os

do século 9.⁵² Tanto para estes, como para Taymiya, era correto fazer jihad contra dirigentes islâmicos, que em suas opiniões não impunham a Xaria, como deviam.⁵³ O discípulo de Ibn Taymiya, Ibn al-Qayyim al-Jawziya (1292-1350), considerou a tradição sobre o maior jihad, como algo inventado, não verídico. Contudo, esta forma de jihad é ainda praticada no mundo islâmico, apesar de não ser tão influente como jihad político. Sadat escreveu dois artigos para o jornal Sufista em 1958 e 1979, ambos chamados *The Great Jihad*, por meio dos quais pedia que as idéias sufistas fossem mais difundidas.⁵⁴

2.6 Jihad defensivo

Streusand afirmou que há outras palavras em árabe que sem obscuridade se referem a guerra, como *qital e harb*.⁵⁵ Jihad em si, contém sua medida de ambigüidade, por isso, que há debate em torno de seu conceito. É inegável porém, que este refere-se a luta armada, pois há 199 referências nas coletâneas de tradições mais aceitas, como al-Bukhari, as quais assumem que jihad é luta armada.⁵⁶ Além disto, Bernard Lewis descobriu que a grande maioria dos teólogos clássicos, juristas e tradicionalistas muçulmanos, entendiam Jihad como uma obrigação militar.⁵⁷ Há uma conotação em Jihad então, de luta armada, ou de esforço na forma de guerra. Em outras palavras, a despeito de Jihad significar esforço, se considerarmos sua raiz, e seu uso em passagens do Alcorão e no Hadith. Contudo, é inegável que há na palavra uma conotação bélica. Certamente que há muita diferença entre luta para autodefesa, e luta como forma revolucionária para implementação da Xaria, sob um governo islâmico.

que ficaram bravos, pois se Alá o havia escolhido para ser o Califa, porque então havia permitido que a questão fosse decidida por homens. Deixaram Ali e formaram um grupo a parte, os Kharijis. Segundo este grupo, qualquer um poderia ser o Califa, e isto seria visto pela recitação do Alcorão e pela Sunnah (seguir o exemplo de Mohammad). Decidiram que os demais muçulmanos eram apóstatas e os atacavam, aparentemente era pacíficos, mas em secreto atacavam com crueldade. Escolheram Abdulah como Califa. Tornaram-se grandes recitadores do Alcorão, mas foram se exterminado, pois matavam seus próprios líderes.

⁵² “Os assassinos era liderados por Hussan II, grão mestre dos Nizarins, um grupo dissidente islâmico que entraria para a história com outro nome: Ordem dos assassinos. A palavra assassino vem de hashishiyun – haxixe em persa-, droga que os Nizarins supostamente inalavam antes de saírem às ruas para matar sultões, mulás, vizires, ulemás e xeques.” Burgierman, D. R. *De Judas a Bin Laden*. Revista Super Interessante. Brasil, Editora Abril. Edição 169.- Outubro de 2001, p. 45.

⁵³ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402> em 06/11/2001, p. 2. Citando Johannes J. G. Jansen, *The Neglected Duty: The Creed of Sadat's Assassins and Islamic Resurgence in the Middle East*. (New York. Macmillan, 1986. p. 22, 102.

⁵⁴ Ibid., p. 6.

⁵⁵ Ibid., p. 1.

⁵⁶ Ibid., p. 1. Citando Muhammad Ibn Isma'il Bukhari, *The Translation of the Meaning of Sahih al-Bukhari, transl. Muhammad M. Khan, 8 vols. (Medina: Dar al- Fikr:1981) 4:34-204.*

⁵⁷ Ibid., p. 1. Citando Bernardo Lewis, *The Political Language of Islam*. Chicago: University of Chicago Press, 1988, p. 72

Aqui trataremos somente de jihad defensivo. A argumentação é convincente e equilibrada, porém é questionada pela concepção agressiva, a qual será abordada no próximo item.

Segundo os muçulmanos que concebem jihad defensivamente, o termo é utilizado para guerra, somente em situações que Mohammad participou de batalhas, após ter sido agredido. Do contrário, jihad só foi praticado pela pregação e divulgação do Islã, como em Meca. Em outras palavras, lutou após ter sido agredido pelos maquenses (moradores de Meca, ou tribo dos coraixitas), quando já estava em Medina. Mesmo que na ocasião tenha usado a força, o fez segundo os muçulmanos, só depois de ter recebido permissão divina. Sendo assim, jihad como guerra foi em autodefesa.

A questão que se lida quando se discute jihad como luta armada, diz respeito a natureza e propósito das guerras, nos primórdios do Islamismo. Hammudah Abdalati⁵⁸, autor do livro, *O Islão Em Foco*, publicado na Malásia em 1978⁵⁹, em língua portuguesa, é um bom exemplo de como se desenvolve o raciocínio, que apoia jihad defensivo nos termos do parágrafo acima.

Segundo Abdalati, Mohammad sob ordem divina convocou uma reunião pública para chamar os presentes, a crerem no Deus Único e Verdadeiro. Seu apelo foi recebido com resistência. Conforme passou a pregar abertamente veio a ser perseguido. Como resultado, sua comunidade teria sofrido brutalidades, ao ponto de terem sido boicotados por um tempo. Os fatos teriam se desenvolvido, até ao ponto dos opositores de Mohammad prepararem-se para assassiná-lo, quando um representante de cada tribo o golpearia na cama. Contudo nesta ocasião, segundo Abdalati, Mohammad teria recebido a permissão para imigrar para Medina (Surata 8:30 e 9:40). Nem por isso, pararam-se as perseguições. Segundo este autor, os coraixitas passaram a organizar saques e ataques contra a comunidade islâmica. Neste caso, ou se defendiam, ou morriam. Contudo, Deus os teria aliviado, quando deu-lhes uma revelação que os permitia lutar em legítima defesa. Tal revelação segundo Abdalati, encontra-se na Surata 22:38-41.⁶⁰

A conclusão de Abdalati portanto, é que os muçulmanos só puderam lutar em autodefesa, após terem sido agredidos.

A história islâmica encerra, naturalmente, episódios de guerra legal e justificada, de autodefesa e restauração da justiça, da liberdade e da paz. Embora tão realista em sua abordagem (quanto as guerras), o Islão nunca

⁵⁸ Graduado pela famosa Universidade de Al-Azhar no Cairo, em Estudos Islâmicos. Foi professor de sociologia em Siracusa nos EUA.

⁵⁹ A variação de ortografia de Islã para Islão, explica-se pelo fato do tradutor viver em Portugal.

⁶⁰ Abdalati, H. *O Islão Em Foco*. Malaysia. Polygraphic Press Sdn. Bhd. 1981, p. 221-225.

tolerou a agressão da sua própria parte, nem de qualquer outra origem, assim como não entreteve guerras de agressão e não iniciou tais guerras.⁶¹ Parêntesis acrescentado por mim.

Abdalati claramente se opôs a posição de que jihad teria ocorrido para expansão do Islã, ou para ganhos materiais por meio de saques.

Há muitos que pensam que aqueles muçulmanos foram impulsionados pelo fervor religioso a expandirem o Islão, pela força, o mais longe possível. Uma outra tendência interpretativa é a daqueles pretensos intelectuais ou autoridades e críticos esclarecidos. Estes não estão satisfeitos com aquela tese simplista sobre a expansão do Islão pela força. Eles atribuem esta expansão às guerras de agressão iniciadas pelos muçulmanos, que foram motivados por necessidades e circunstâncias econômicas. Há ainda outra tese defendida por certas pessoas, que atribuem às guerras muçulmanas à paixão pelo saque e pelas incursões.⁶²

Assim como Abdalati, vários autores entendem que a passagem alcorânica, Surata 22:38-41, contém a revelação que permitiu os muçulmanos se defenderem dos ataques, e injustiças que sofriam. Normalmente citam somente os versos 39 e 40 desta Surata.

Ele permitiu (o combate) aos que *foram atacados*; em verdade, Deus é Poderoso para socorrê-los.

São aqueles que foram *expulsos injustamente dos seus lares*, só porque disseram: Nosso Senhor é Deus! E se Deus não tivesse refreado os instintos malignos de uns em relação aos outros, teriam sido destruídos mosteiros, igrejas, sinagogas e mesquitas, onde o nome de Deus é frequentemente celebrado. Itálico acrescentado por mim.

O autor do artigo *Jihad in Holy Quran and Hadith*⁶³, está convencido também que combate, ou jihad, só foi permitido em autodefesa, após esta revelação, pois *foram atacados e expulsos injustamente de seus lares*. Na ocasião portanto, se algo não tivesse sido feito, como defesa pela espada, teria então ocorrido uma grande *destruição de mosteiros, igrejas, sinagogas e mesquitas*.⁶⁴

Procurou estabelecer seu ponto de vista, citando mais dois exemplos, um de uma tradição de Bukhari, e outro de uma comentário feito por Razi, do verso 52 da Surata 25. A tradição de Bukhari encontra-se no *Book of Tafsir under verse "Fight them till there is an end to mischief"*, chapter 30, Surah 2. Segundo este Hadith, o Califa Ibn Umar, recusou a lutar tomando partido

⁶¹ Ibid., p. 219-220.

⁶² Ibid., p. 226-227.

⁶³ Extraído do site <http://tariq.bitshop.com/misconceptions/jihad/jinqh.htm>, em 16/11/2001, p. 2-3.

entre dois grupos de muçulmanos. Sua explicação baseava-se no fato, que os muçulmanos não estavam sob ataque, e por isso, não era certo fazer jihad, pois isto não seria em autodefesa.

Ele respondeu que lutar era necessário quando os muçulmanos eram poucos, e o Islã estava em perigo. Como não havia nenhum perigo imposto pelos não muçulmanos, na ocasião. Umar segundo esta tradição então, argumentava que Jihad pela espada não era uma obrigação.⁶⁵

Seu último argumento em favor de jihad em autodefesa, apoia-se no comentário de Imam Fakhar-ud-Din Razi.⁶⁶ Na Surata 25:52 diz: ““Não dêis ouvidos aos incrédulos; mas combata-os com denoda, com ele (o Alcorão)””, sobre este verso Razi afirmou :

Quanto ao verso *combata-os com denoda*, alguns dizem que se refere aos esforços de pregação. Outros dizem que se refere a lutar. Há os que dizem que se refere as ambas atividades. Contudo, o primeiro significado é o mais correto, pois este foi revelado em Meca. E a ordem de lutar foi dada em Medina (Tafsir Kabir, vol. Iv, p. 330).⁶⁷

Samir El Hayek também entende que a Surata 22:39-40, apoia a posição de jihad em defesa própria.

A permissão para que um povo virtuoso lute contra outro povo, feroz e amante da desordem, era plenamente justificada, quando a pequena comunidade muçulmana não apenas lutava pela sua própria existência, contra os coraixitas de Makka, mas pela própria existência da Fé no Único e verdadeiro Deus.⁶⁸

O Dr. Zakaria El Berry, após citar a Sura 22:39-40, afirmou o seguinte em favor de jihad defensivo: “A maior parte dos jurisperitos confirmam, que a luta foi permitida não para difusão da religião, ou imposição aos não muçulmanos, forçando-os a abraçarem o Islã, mas sim, para combater a agressão.”⁶⁹ Procurou demonstrar a credibilidade de sua opinião, citando também as Suratas 2:190 a 194; 60:8-9 e 9:5.⁷⁰

⁶⁴ Ibid., p. 3.

⁶⁵ Ibid., p. 6.

⁶⁶ Fareh, R. por email, em 11/03/2000. Segundo Fareh, Razi nasceu em 543/1149, em Al Raiy, vindo a morrer em 606/1209. Foi um grande e respeitado erudito do Islamismo, possuindo o título, Shaikh al Islam. Seus ensinamentos eram polêmicos, por isso, teve muitos inimigos. Costumava atrair inúmeros alunos para suas palestras. O trabalho principal de sua vida, foi a tentativa de reconciliar filosofia e tradições religiosas. Era possuidor de um racionalismo invejável para sua época.

⁶⁷ *Jihad in The Holy Quran and Hadith*. Extraído de <http://tariq.bitshop.com/misconceptions/jihad/jinqh.htm> em 16/11/2001, p. 6.

⁶⁸ Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994, p.386.

⁶⁹ Berry, Z. *Os Direitos Humanos no Islã*. Brasil, Centrais Impressoras Brasileiras Ltda. Centro de Divulgação do Islã Para A América Latina, p. 42.

⁷⁰ Ibid., p. 43.

M. Amir Ali, também citou também a Surata 22:39-40⁷¹, para estabelecer jihad defensivamente. Além disto, citou outras passagens alcorânicas, como os versos 190 e 193 da Surata 2.⁷² Está claro nos mesmos, de que os muçulmanos só podem fazer jihad em autodefesa.

Transcrevemos a Surata 2:190-194, e em seguida o comentário de Hayek, sobre os versos 190 e 194, apoiando jihad defensivo.

Combatei, pela causa de Deus, *aqueles que vos combatem*; porém, não pratiqueis agressão, porque Deus não estima os agressores (verso 190).

Matai-os onde quer que os encontréis e expulsai-os de onde vos expulsaram, *porque a perseguição é mais grave do que o homicídio*. Não os combatais nas cercanias da Mesquita Sagrada, *a menos que vos ataquem*. Mas, se ali vos combaterem, matai-os. Tal será o castigo dos incrédulos (verso 191).

E combatei-os *até terminar a perseguição* e prevalecer a religião de Deus. Porém, se desistirem, não haverá mais hostilidades, senão contra os iníquos (verso 193).

Se vos atacarem no mês sagrado, combatei-os no mesmo mês, e todas as profanações serão castigadas com a pena de talião. A quem vos agredir, rechaçai-o, da mesma forma; porém, temei a Deus e sabeis que Ele está com os que o temem (verso 194). Itálicos acrescentados por mim.

Ao comentar a Surata 2:190 Hayek disse.

A guerra é somente permissível em defesa própria, e com limites bem definidos. Uma vez empreendida, ela deve ser conduzida com vigor, não de modo implacável, mas no sentido de restabelecer a paz e liberdade de culto a Deus. De qualquer modo, os limites rigorosos não devem ser molestados; as árvores e as plantações não devem ser extirpadas, nem tampouco a paz deve ser negada quando o inimigo a propõe.⁷³

Ao comentar o verso 194 da Surata 2 afirmou.

À semelhança disso, as cercanias de Makka eram consideradas sagradas, locais em que a guerra era proibida. Se os inimigos do Islã infringissem tal conceito, os muçulmanos ficariam livres para, igualmente, o infringirem, na mesma proporção. Qualquer convenção torna-se ineficaz, se uma das partes não a respeita. Tem de haver uma lei de igualdade. Ou talvez a palavra “reciprocidade” expresse melhor essa conjuntura.⁷⁴

⁷¹ Ali, M. A. *Jihad Explained*. III&E Brochure Series; No. 18, published by The Institute of Islamic Information and Education (III&E). Extraído do site <http://www.csus.edu/org/msa/jihad.htm>, em 16/11/2001, p. 4.

⁷² Ibid., p. 4.

⁷³ Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994. Nota 77, Ibid., p.33

⁷⁴ Ibid., p. 33

Além destas duas Suratatas citadas até o momento, Surata 22:39-40 e 2:190-194. Há outras passagens no Alcorão, que permite a guerra em autodefesa, segundo a perspectiva de alguns muçulmanos quanto a isto, como a Surata 2:216-217.

Está-vos prescrita a luta (pela causa de Deus), embora a repudieis. É possível que repudieis algo que seja um bem para vós e, quiça, gosteis de algo que vos seja prejudicial; todavia, Deus sabe e vós ignorais. Quando te perguntarem se é lícito combater no mês sagrado, dize-lhes: A luta durante este mês é um grave pecado; *porém, desviar os fiéis da senda de Deus, negá-lo, privar os demais da Mesquita Sagrada e expulsar dela (Makka) os seus habitantes é mais grave ainda, aos olhos de Deus, porque a perseguição é pior do que o homicídio. Os incrédulos, enquanto puderem, não cessarão de vos combater, até vos fazerem renunciar à vossa religião*; porém, aqueles dentre vós que renegarem a sua fé e morrerem incrédulos tornarão as suas obras sem efeito, neste mundo e no outro, e serão condenados ao inferno, onde permanecerão eternamente. *Itálico acrescentado por mim.*

O comentário de Hayek sobre esta passagem reforça sua convicção de jihad defensivo.

A intolerância e a perseguição, por parte de uma súcia de idólatras de Makka, causaram, inenarráveis adversidades ao Mensageiro do Islã e aos seus companheiros. Eles suportaram tudo com humildade e incansável paciência, até que o mensageiro permitiu que pegassem em armas, para efetuarem a defesa própria.⁷⁵

A Surata 16:125, foi citada pelo Dr. Zakaria El Berry, para alicerçar a concepção de jihad defensivo⁷⁶: “Quando castigardes, fazei-o de mesmo modo como fostes castigados; porém, se fordes pacientes será preferível para os que forem pacientes”. Quanto a este verso, Hayek diz o seguinte: “As palavras (estas do verso 125 da Surata 16) são suficientemente amplas para cobrirem todas as porfias, disputas e lutas humanas. Na mais estrita equidade não devemos desferir golpe maior do que aquele que recebemos.”⁷⁷

Há muitos outros versos no Alcorão, que ensinam a guerra contra os idólatras. O mais famoso é o chamado verso da espada, Surata 9:5.⁷⁸ O citamos, assim como o verso 36 da mesma Surata, seguidos dos comentários de Hayek. São outros exemplo que procuram alicerçar o

⁷⁵ Ibid., 37.

⁷⁶ Berry, Z. *Os Direitos Humanos no Islã*. Brasil, Centrais Impressoras Brasileiras Ltda. Centro de Divulgação do Islã Para A América Latina, p. 41.

⁷⁷ Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994, p. 314.

⁷⁸ Berry, Z. *Os Direitos Humanos no Islã*. Brasil, Centrais Impressoras Brasileiras Ltda. Centro de Divulgação do Islã Para A América Latina. Nota 52, p. 47-48.

conceito de jihad defensivo, como consta no Alcorão, segundo a interpretação de alguns muçulmanos.

Mas quando os meses sagrados houverem transcorrido, matai os idólatras, onde quer que os acheis; capturai-os, acossai-os e espreita-os; porém, caso se arrependam, observam a oração e paguem o zakat, abri-lhes o caminho. Sabei que Deus é Indulgente, Misericordiosíssimo, (Surata 9:5). Para Deus o número de meses é de doze, como reza o Livro Divino, desde o dia em que Ele criou os céus e a terra. Quatro deles são sagrados; tal é a religião correta. Durante estes meses não vos condeneis, e combatei unanimemente os idólatras, tal como eles vos combatem; e sabeis que Deus está com os tementes, (Surata 9:36).

Quantos a estes versos Hayek comentou.

Quando a guerra se torna inevitável, ela deve ser encetada com vigor. De acordo com o termo português, não se pode lutar com “luvas de pelica”. O combate até poderá tomar a forma de matança, ou de aprisionamento, ou de assédio, ou de emboscada e outras estratégias.⁷⁹ Comentando a Surata 9:5.

Os muçulmanos viam-se em desvantagem, devido aos seus escrúpulos quanto aos meses proibidos. É-lhes dito que não se deixem enganar quanto a isso. Caso os idólatras combatessem em todos os meses, por um pretexto ou por outro, era-lhes permitido que se defendessem em todos os meses.⁸⁰ Comentando a Surata 9:36.

Muhammad Mohar Ali, acrescenta a lista de passagens alcorânicas citadas até o momento, também as Suratas 59:8; 16:41; 3:195 e 8:30.⁸¹ Todas referindo-se as perseguições, segundo esta posição, que os muçulmanos teriam passado em Meca, forçando-os a imigrar para Medina. Neste contexto de perseguição era-lhes lícito se defenderem.

Além destes autores, o jurista islâmico Alimam Abul A’la Maududi, disse que Jihad deve ser empreendido como guerra se necessário, como oposição a opressão.

Embora a defesa do Islamismo não seja um dogma fundamental, `a sua necessidade e importância, foi dada ênfase, repetidamente, no Alcorão e no Hadith (tradições)... *Jihad é uma das partes da defesa do Islamismo.* Jihad significa esforço máximo e contínuo de cada um. Um homem que se empenha física ou mentalmente ou que gasta a sua saúde “ao serviço de Deus”, está certamente empenhado em Jihad. Mas em linguagem vulgar, *poderá significar “guerra justa” empreendida em nome de Deus e contra aqueles que, como inimigos do Islamismo, perpetraram a*

⁷⁹ Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994, p. 216.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 216.

⁸¹ Ali, M. M. *Sîrat Al-Nabi And The Orientalists*. Arábia Saudita. King Fahd Complex For The Printing Of The Holy Qur’an & Centre For The Service Of Sunnah and Sîrat Madinah. 1997, p. 753.

opressão. Este sacrifício extremo de vidas recai sobre todos os muçulmanos.⁸² Itálicos acrescentados por mim.

Mais tarde veremos como que para Maududi, esta defesa tomou a forma de luta para libertação nacional, do domínio inglês na Índia.

A idéia de jihad em defesa própria portanto, é bem difundida entre os muçulmanos. Provavelmente esta seja a opção mais aceita hoje em dia, quando se pensa em jihad como guerra. Certamente é a opção que como não muçulmanos, gostaríamos que prevalece-se. Esta tem a vantagem de ter consenso com o artigo 51 da carta da Nações Unidas (autodefesa), e com a opinião do Vaticano a este respeito. Mesmo que deploremos todas as formas de guerras.

O exercício da força de um Estado contra outro é governado, do ponto de vista do direito internacional, pela Carta das Nações Unidas. A linguagem extremamente cautelosa do artigo 51 estabelece: “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas”. Em linguagem popular, isso significa que um país agredido tem o direito natural de revidar para se defender.⁸³

O porta voz do papa João Paulo II, monsenhor Joaquín Navarro Valls, afirmou após o atentado de 11 de setembro de 2001 em Nova York:

Se alguém causou um grande dano à sociedade e se existe o risco de que, continuando livre, possa voltar a fazê-lo, impõe-se aí o direito à autodefesa, ainda que implique o uso de meios que possam ser agressivos. Às vezes, é mais prudente reagir do que ser passivo. Nesse sentido, o papa não é um pacifista, pois é preciso notar que em nome da paz, foram cometidas muitas injustiças.⁸⁴

Vemos que jihad defensivo procura alicerçar-se em versos do Alcorão. Estes parecem transmitir a idéia de que os muçulmanos foram previamente agredidos. Torcemos para que a maior parte dos muçulmanos venham compartilhar desta posição, pois é a que permitirá a existência de sociedades pluralistas sem guerras de agressão, causadas por convicções religiosas.

Não que apoiemos as guerras, mas há neste tipo de posição defensiva quanto a jihad, um consenso com o princípio de autodefesa. Contudo, questiona-se se de fato historicamente jihad foi defensivo, em resposta a uma agressão, ou se foi exercido agressivamente para implantação

⁸² Maududi, Aliman Abul A'la. *Para Comprender o Islamismo*. Brasil, Centrais Impressoras Brasileiras Ltda. 1989, p. 136-137.

⁸³ Artigo Especial. *Quando a Guerra É Justa*. Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, 3 de Outubro de 2001. p. 66.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 65.

da Xaria, ou se foi exercido agressivamente para os propósitos que Abdalati se opôs, como para expansão do Islã e para saques. Nosso próximo item questiona esta posição.

2.7 Jihad Agressivo

Veremos como que na opinião de Mamede, Nehls, Eric e Streusand, houve jihad para expansão do Islã. Além destes, Sayyid M. Qtub, também ensinou que jihad foi para expansão do Islã, com a intenção de remover a idolatria e implantar um regime que se submete a Deus, segundo a legislação por Ele dada.

No próprio livro de Abdalati, *O Islão Em Foco*, temos uma exemplo de variedade de convicção entre os muçulmanos. O tradutor Suleiman Valy Mamede, Presidente da Comunidade Islâmica em Lisboa em 1978, escreveu na nota introdutória, que jihad foi utilizado para expansão do Islã, mesmo que isto seja ultrapassado hoje.

A palavra árabe jihad deverá traduzir-se corretamente por esforço no caminho de Deus. A sua idéia central é esta: a Comunidade, como tal, deve sempre prosseguir o seu esforço para continuar fazer reinar e estender sobre a terra os direitos de Deus previstos no Alcorão (9:20). Nos primórdios do Islão, *esse esforço, Jihad – serviu naturalmente para a expansão da Fé*, porém esta idéia foi abandonada, alguns anos após a morte do Profeta, altura em que os Califas (isto é, os representantes do Profeta na terra) deixaram de reter simultaneamente o poder temporal e espiritual. Apenas os primeiros quatro Califas, respectivamente Abu Becre (reinou de 632 a 634 d. C., Omar (634-644), Otman (644-656) e Ali (656-661), reuniam simultaneamente os dois poderes atrás referidos.... Na época presente, tanto as “guerras santas” – de acordo com o significado que se dá no Ocidente – como as cruzadas, *estão felizmente ultrapassadas*, e os homens e suas culturas procuram, cada vez mais, a aproximação para passarem à coexistência e ao diálogo, e finalmente à cooperação.⁸⁵ Itálicos acrescentados por mim.

Alguns autores procuram fundamentar este tipo de entendimento, citando várias fontes. Entre eles temos Gerhard Nehls and Walter Eric, que escreveram o livro, *Islam As It Sees Itself As Others See It As It Is*. Estão conscientes de que há tradições que apoiam jihad defensivo, como em Sahih Muslim III, p. 938. Mas ressaltam também haver base nas tradições para um entendimento oposto. Começamos a ver ambas as possibilidades a seguir.

Assim jihad no Islã não é um ato de violência direcionado indiscretamente contra os não muçulmanos; é a palavra dada a toda luta que um muçulmano deve lançar contra o mau na forma em que esteja.

⁸⁵ Suleiman Valy Mamede em nota editorail no. 44. Abdalati, H. *O Islão Em Foco*. Malaysia. Polygraphic Press Sdn. Bhd. 1981, p. 219-220.

Qilal fi sabillah (lutando na causa de Deus) é somente um aspecto de jihad. Mesmo este qilal (lutar) no Islã não é um ato de brutalidade desequilibrada. Esta possui suas funções materiais e morais, i.e. auto preservação e a preservação da ordem moral no mundo.⁸⁶

Por outro lado, estão também conscientes de que em outras fontes islâmicas, constam as motivações para jihad, as quais se opôs Abdalati.

Jihad é o maior dos atos meritórios aos olhos do Islã e é a melhor fonte de ganhos, mas deve ser levado a cabo somente com a intenção de autodefesa, (Miskhat II, p. 340 – na nota explicativa).⁸⁷

Jihad nesta citação é concebido em autodefesa, porém explica que o mesmo era fonte de muito ganho. Nehls and Eric citam mais duas tradições, que informam claramente ter havido nos primórdios do Islã, motivações para ganho material e expansão, na prática de jihad.

Este é o melhor método de ganho tanto espiritual como temporal. Se a vitória é conseguida, há grande ganho com os despojos e com a conquista de um país, que não pode se comparar com qualquer outra fonte. Se a derrota ocorre, há o paraíso eterno e um grande benefício espiritual. Este tipo de jihad é condicionado a um motivo puro i.e. para o estabelecimento do reino de Alá na terra (Mishkat II, p. 253.

Abu Hurairah relatou que o mensageiro de Alá disse: Para qualquer vila que vá e se estabeleça, lá há sua porção, e qualquer vila que desobedeça a Alá e seu mensageiro, *um quinto é para Alá e seu mensageiro (Mohammad, segundo a Surata 8:41), e o restante para vós*, (Mishkat II, p. 412).⁸⁸ O penúltimo parágrafo e os itálicos foram acrescentados por mim.

Além destes duas motivações, acredita-se que mulheres fazia parte do encorajamento para jihad. Segundo alguns juristas, as vezes concessões foram feitas aos soldados para recreação, como o uso de jovens virgens, (Mishkat II, p. 440).⁸⁹

Uma vez derrotados, os não muçulmanos tinham três escolhas, a saber: aceitar o Islã, e possuírem todos os direitos desta comunidade; ou tornarem-se Zimmis, com todas as restrições impostas aos não muçulmanos, inclusive a de pagar o imposto jizya⁹⁰, ou serem mortos caso

⁸⁶ Nehls G. And Eric W. , *Islam As It Sees Itself As Others See It As It is*. Published by Life Challenge Africa. Kenya. 1995, p. 28.

⁸⁷ Ibid., p. 28.

⁸⁸ Ibid., p. 28-29.

⁸⁹ Ibid., p. 29.

⁹⁰ Segundo Hayek: Seu significado é compensação, enquanto que o derivado, que se tornou um significado técnico, era uma capitação exigida daqueles que não aceitavam o Islã, mas que concordavam em viver sob a sua proteção, estando, deste modo, tacitamente dispostos a se submeter aos ideais impostos pelo Estado Muçulmano. Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994, p. 220.

escolhessem permanecerem idólatras.⁹¹ Sendo assim, fora os ganhos com os saques e despojos, havia também o ganho com jizya. No caso da conquista de Khaibar, além de jizya, os judeus tiveram que passar a pagar cinquenta por cento da produção da terra para Mohammad (Miskhat II, p. 455 – nota de rodapé).⁹² Sendo este o caso, houve incentivo material e desejo de expansão do Islã, na prática de jihad como guerra no início do Islã.

Tendo isto em mente, interpretasse os versos do Alcorão que ordenam matar os incrédulos e idólatras, tais como, nas Suratas 9:5; 47:4; 9:29; 8:39, como jihad agressivo em prol destas motivações.⁹³ De qualquer maneira, há tradições que apoiam ambas interpretações, defensiva e agressiva, como já vimos.

Streusand está entre os que vê jihad, inicialmente como prática para a expansão do Islã. Mostrou em seu resumo histórico, que até a época moderna havia três concepções. O jihad maior para santidade pessoal; jihad, segundo o conceito desenvolvido por Ibn Taymiya, contra dirigentes islâmicos, que não impunham a Xaria como deviam, ou não eram tão islâmicos como deveriam; e jihad para expansão do Islã.⁹⁴

Jihad para expansão do Islã, provem do conceito por meio do qual o mundo está dividido em duas áreas; a islâmica, Casa do Islã, *Dar al-Islam*; e a não islâmica, Casa da Guerra, *Dar al-Harb*. Isto implica em guerra perpétua até que a área não islâmica esteja sob o domínio do Islã, tornando-se *Dar al-Islam*.⁹⁵ Neste caso, o Islã almeja domínio territorial e político, implantando ali a sua lei, submetendo muçulmanos e não muçulmanos aos termos da mesma.

É importante ressaltar, que mesmo nesta perspectiva, não se espera fazer das pessoas muçulmanas a força, pois seria contrário a Surata 2:256⁹⁶, que afirma não haver imposição quanto à religião. Claro que há a opção para o povo do Livro, judeus e cristãos, de se tornarem Zimmis.⁹⁷ Na época de Mohammad, os idólatras se convertiam, ou morriam, mas aos poucos passaram também a ter a mesma possibilidade dos judeus e cristãos, caso escolhessem permanecerem em suas religiões, ou seja, tornavam-se Zimmis. Isto ocorreu na conquista da

⁹¹ Nehls G. And Eric W. , *Islam As It Sees Itself As Others See It As It is*. Published by Life Challenge Africa. Kenya. 1995, p. 29. Citando o *Dictionary of Islam*, p. 243.

⁹² *Ibid.*, p. 30.

⁹³ *Ibid.*, p. 28-29.

⁹⁴ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402> em 06/11/2001, p. 4.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 2.

⁹⁶ Não há imposição quanto à religião, porque já se destacou a verdade do erro.... (Surata 2:256).

⁹⁷ Leia o apêndice número 1 para entender este conceito.

Pérsia e do sub-continento indiano, quando os zoroastras e hindus não foram exterminados, mas incluídos na categoria Zimmi.⁹⁸

É importante ressaltar, que neste tipo de concepção de jihad, não se espera que o Islã trave guerras incessantes com áreas não islâmicas, pois nem sempre teria condições para tal. Assim como houve tratados de trégua e paz durante os dias de Mohammad, como o tratado de Hdaybiya, o mesmo pode ser feito pelo mundo islâmico.⁹⁹ Principalmente se na ocasião, não forem tão potentes militarmente.

Streusand entende que o conceito de jihad defensivo, é algo mais recente na história. Sugere que este tenha começado a se desenvolver, como consequência do levante Indiano chamado, *Indian Mutiny* em 1857.¹⁰⁰ Nesta ocasião, o Sir Sayyid Ahmad Khan, escrevendo para uma audiência britânica, argumentou que jihad podia ser usado somente em autodefesa. Não se podia com isto, justificar mais resistência contra o governo britânico, pois segundo sua perspectiva, este não interferia com a prática do Islã.¹⁰¹

Segundo esta linha de raciocínio, escritores modernistas argumentaram que jihad era somente defensivo, procurando provar que todas as guerras travadas por Mohammad e os quatro Califas, foram defensivas.¹⁰² Com esta perspectiva de jihad, a OIC (Organization of the Islamic States), organização que abriga como membros quase todos os estados islâmicos, expressou um interesse em reconciliar direito internacional com Xaria.¹⁰³

Streusand coloca como uma inovação, entre as transformações que jihad para expansão do Islã sofreu ao longo da história, a concepção do jurista indiano, e mais tarde paquistanês, Abu al-A 'la Maududi (1906-56). Este argumentou em prol de jihad, nem tanto para expansão, mas como prática necessária para libertação do poder colonial. Seu conceito de jihad assemelhava-se a movimento de libertação nacional. Neste sentido, o jihad dos palestinos tem suas raízes nesta linha de pensamento, pois mais almejam independência, do que a expansão do Islã.¹⁰⁴

Segundo Streusand, Maududi teve seus seguidores em Hasan al-Banna (1906-49)¹⁰⁵, e em Sayyid M. Qutub (1906-56). Ambos conceberam jihad como revolução islâmica, que traria o

⁹⁸ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402> em 06/11/2001, p 2.

⁹⁹ Ibid., p. 2.

¹⁰⁰ Ibid., p. 4.

¹⁰¹ Ibid., p. 4.

¹⁰² Ibid., p. 4.

¹⁰³ Ibid., p. 4.

¹⁰⁴ Ibid., p. 4-5.

reino, o governo de Alá, pela implantação da Xaria.¹⁰⁶ Estes pensadores muçulmanos assemelham-se a Ibn Taymiya, pois jihad para eles, inclui derrubar governos e líderes islâmicos, que na concepção deles, não estão de acordo, ou não estão implantando na sua totalidade a Xaria. Assim líderes como Gamal Abdel Nasser e Anwara as-Sadat, não eram verdadeiramente muçulmanos, e não podiam liderar jihad, nem mesmo contra Israel.¹⁰⁷ Nos mesmos termos, se encaixa a revolução islâmica liderada por Ayatollah Khomeini (1903-89). Quando o ex-rei foi destituído por não ter sido tão islâmico como deveria, e por não ter implantado a Xaria não sua totalidade. Em 1979 o Irã era bem ocidentalizado, com a queda do regime, implantou-se ali um regime islâmico fundamentalista.

Vimos até o momento segundo Streusand, que jihad era até a era moderna, prática utilizada para avanço do Islã, para santidade pessoal e contra líderes muçulmanos, que não implantavam a Xaria como deviam. Passou a ser jihad defensivo, por meio do desenvolvimento de argumentação quanto a isto, por pessoas como Sir Sayyid Ahmad Khan. Ganhou a dimensão de luta de libertação nacional com Maududi, o qual teve seus seguidores, em Sayyid M. Qutub. Este a semelhança de Ibn Taymiya, como já vimos, concebia jihad contra governos islâmicos. Talvez por isso foi executado, como nos informou Bodansky.¹⁰⁸

A influência de Qutub pode ser vista num estado islamita como o Sudão, pois Segundo Bodansky, houve em 1991 uma aliança entre o Sudão e o Irã, exatamente por que o líder espiritual do Sudão, Hassan Abdallah al-Turabi, entendia que seus compromissos teológicos estavam definidos entre o qutubismo e o Khomeinismo (doutrinas do xiita aiatolá Khomeini). Qutub portanto, exerce forte influência entre os mais extremados.¹⁰⁹

Nos voltamos agora para as idéias de Qutub, o faremos resumidamente, como se encontram no livro *Normas no Caminho do Islã*. Qutub discorda totalmente dos que concebem Jihad defensivamente. Segundo ele, tal concepção foi desenvolvido por constrangimento, diante dos ataques dos orientalistas ocidentais.¹¹⁰

¹⁰⁵ Este fundou em 1928 a organização islamita *Fraternidade Islâmica* no Egito.

¹⁰⁶ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articleDet.cfm?articleid=402> em 06/11/2001, p. 5.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 5.

¹⁰⁸ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 162.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 82.

¹¹⁰ Ocidentais que se especializam em estudos orientais, incluindo nisto o estudo do Islã e da complexa língua árabe.

Os que compreendem a natureza desta religião – no sentido moderno-compreendem a imposição do movimento islâmico através da ação, tanto pelo uso da espada, como pelo uso da persuasão de idéias. Compreende de que aquilo não se tratava de uma ação defensiva no sentido estrito da palavra, do termo atual de guerra preventiva ou defensiva, como derrotados apresentam a luta no Islã, sob a pressão da situação atual de um lado e o pérfido ataque dos orientalistas contra o Islã do outro.¹¹¹

O estudo profundo das circunstâncias que acarretaram essa situação não permite afirmar que a “defesa”, em seu sentido restrito, era a base do movimento islâmico, como querem admitir os derrotados perante a situação atual e ante o ataque dissimulado dos orientalistas. Os que possuem tendência a buscar vagas razões, necessárias para o desenvolvimento da expansão islâmica, não resistiram ao ataque dos orientalistas.¹¹²

Qtub só concebe jihad defensivo, se for aceita uma definição mais abrangente que inclua o propósito deste, tal como o entende. Em outras palavras, jihad tem por alvo libertar o homem. Esta libertação é concebida em termos de destituição de governos não islâmicos pela luta, colocando em seu lugar um governo muçulmano, sob a legislação Xaria, ou Lei divina.

Se às vezes é necessário chamar este movimento da luta do Islã com o termo “ação defensiva”, devemos levar em consideração de que se trata de uma “defesa do ser humano”, contra todos os fatores que limitam sua liberdade e freiam sua ação. Com extensão do sentido da palavra “defesa”, podemos assegurar os profundos motivos da *penetração do Islã no mundo pela luta e compreender sua própria natureza, que é uma promessa solene para a libertação do ser humano do jugo dos demais e uma confirmação da unidade divina e do seu poder no mundo..., é o triunfo da lei Divina na terra.*¹¹³

Vemos que para Qtub então, jihad agressivo deve se empreendido para libertação do homem e implantação da Xaria. Assumindo-se com isto, que assim livra-se da idolatria, e leva o homem a adoração do único Deus, *confirmação da unidade divina*. Veja os itálicos na citação. Único Deus no Islamismo é a negação do Deus das Escrituras Bíblicas, pois no Islã Deus não é triuno.

Para entendermos jihad ofensivo, na concepção deste destacado pensador islâmico. Precisamos compreender seu conceito de idolatria e função do Islã. Com isto em mente, ficará mais claro entender sua leitura histórica, mostrando como Mohammad passou de proclamador,

¹¹¹ Qtub, M. S. *Normas no Caminho do Islã*. Publicado pelo Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidik. Gráfica e ano não mencionados, p 94.

¹¹² Ibid., p. 109.

para um guerreiro em autodefesa, e por fim, um guerreiro em jihad agressivo, com a intenção de remover a idolatria, libertando o homem. O alvo final é o estabelecimento do reino de Deus, que na concepção de Qtub, é um Estado Islâmico onde a Xaria esteja implementada na sua plenitude.¹¹⁴

Idolatria para Qtub, refere-se a submissão do homem ao homem, em vez de se submeter a Deus. Isto se dá por meio de obediência de leis desenvolvidas pelo homem. Subtende-se aqui, que o homem é idólatra por não estar submisso ao Único Deus, segundo a lei dada a Mohammad, a Xaria. Esta lei foi recebida pela revelação do Alcorão, e pelo exemplo de Mohammad, como preservado no Hadith: “Deve-se referir à palavra de Deus (o Alcorão) e o comportamento de seu Profeta (exemplo ou sunnah) para conhecer o que Deus quer”.¹¹⁵

A idolatria significa a submissão das pessoas a seus semelhantes.¹¹⁶ Reconhecer a absoluta unidade divina quer dizer, repelir completamente o poder dos seres sob todas as formas, de suas organizações e suas situações, de toda situação dominada pelo poder dos seres humanos que, sob alguma forma, esteja na terra. Fica bem entendido que quando os poderes vêm dos seres humanos, supõe-se que os seres personifiquem o Criador e, conseqüentemente, as criaturas de Deus devem aceitar o domínio de seus semelhantes. Este reconhecimento significa o desconhecimento do poder de Deus, em lugar de se submeter-se a Ele, deixando de lado os usurpadores que dominam as pessoas pelas legislações que eles mesmos instauram; consideram-se deuses e ao próximo considerando escravos.¹¹⁷

Servir a Deus então, é obedecer as leis por Ele reveladas na Xaria, o oposto é idolatria. Como judeus e cristãos não estão submissos a Xaria, estão são incrédulos, ou idólatras. As mesma idéia quanto a idolatria é mencionada inúmeras vezes por Qtub, mencionamos mais dois exemplos.

O Islã quer aproximar a humanidade de Deus e libertá-la do domínio das criaturas. O Islã considera, de fato, que a pior das subordinações é a que consiste em obedecer às leis concebidas pelos homens, com vistas a subjugar outros homens. Tal adoração só é atributo do direito divino. Todos os que a praticam com os outros abandonam a religião de Deus....

¹¹³ Ibid., p. 94-95.

¹¹⁴ Nem todo estado islâmico possui a Xaria implementada na sua plenitude. Alguns não executam as punições de sangue, como cortar a mão de quem rouba. Isto pode ser visto pelos islamitas como governos não islâmico.

¹¹⁵ Ibid., p. 143.

¹¹⁶ Qtub, M. S. *Normas no Caminho do Islã*. Publicado pelo Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidik. Gráfica e ano não mencionados, p. 221.

¹¹⁷ Ibid., p. 86-87.

O Apóstolo de Deus afirmou que a “obediência as leis é uma espécie de “adoração”, à exemplo das práticas dos judeus e dos cristãos incrédulos, que tem desobedecido aos mandamentos recebidos de só adorarem ao Deus Único.¹¹⁸

Não se pode ser servo de Deus quando se submete a outras legislações, que não sejam as decretadas por Ele e reveladas por intermédio de seu Apóstolo.¹¹⁹

Lei divina então, que o homem deve se submeter para não ser idólatra, é a que foi dado por Deus a Mohammad, por meio do Alcorão, e de seu exemplo, *sunnah*. Quando um grupo de pessoas aceitam estas leis, tem si ai uma sociedade islâmica, a qual não é idólatra, pois esta submissa.

A sociedade muçulmana só pode ser constituída com a formação de um grupo de pessoas que decide se consagrar unicamente à submissão total a Deus.... purificando seus cultos de serem dirigidos para outra divindade além de Deus, e purificando suas legislações de receber algo que não seja da parte de Deus.¹²⁰ Esta submissão ou adoração é traduzida pelo conceito de fé, as regras e os deveres religiosos, assim como as legislações jurídicas (está subtendido aqui, leis jurídicas da Xaria).¹²¹ Parêntesis acrescentado por mim.

Se sociedade islâmica não é idólatra, pois se submete a Deus, as não islâmicas o são, pois se submetem a um outro conjunto de legislação, e não a Xaria.

A sociedade incrédula é toda sociedade que não é muçulmana. Se temos objetividade, podemos dizer: toda sociedade que não limita sua submissão ao Deus Único. Esta submissão é representada pelo conceito das crenças, pelos ritos de adoração e pelas legislações jurídicas (referindo-se a Xaria). Parêntesis acrescentado por mim.

Em outras palavras, todas as sociedades que não são islâmicas, que não se submetem a Xaria, são idólatras, inclusive a comunista. Nesta o homem se submete ao partido e não Deus.

As sociedades comunistas fazem parte desse quadro, primeiramente por sua negação a Deus, negando Sua existência. Os marxistas atribuem a causa da existência ao materialismo e à natureza. Atribuem a eficácia da vida do homem e sua história à economia ou aos meios de produção.

¹¹⁸ Ibid., p. 90-91.

¹¹⁹ Ibid., p. 128.

¹²⁰ Ibid., p. 130.

¹²¹ Ibid., p. 127.

Segundo: por criarem um regime de submissão ao partido que estimam, supondo que a direção coletiva é uma verdade.¹²²

Nestes mesmos termos, teríamos as sociedades cristãs e judaicas. Qtub presume que judeus e cristãos, seguem legislações elaboradas por homens e regidas por suas organizações. Talvez tenha em mente as regras das igrejas e sinagogas, regidas por autoridades clericais, tendo por pressuposto que não condizem com a vontade de Deus, devido as divergências doutrinárias do Islamismo, com o Judaísmo e Cristianismo.

As sociedades judaicas e cristãs, espalhadas nos distintos rincões do mundo, fazem parte, também, desde quadro, por seus conceitos alterados da crença, que negam a unidade divina, associando Deus a outros partidários (shirk, como visto no livro, *O Islamismo e a Trindade*), sob qualquer forma de incredulidade. Seja sob a adoção de um filho ou sob a forma da Trindade. Estas sociedades também fazem parte do quadro, devido a seus ritos de adoração, cerimônias e festividades, baseados nos desviados e alterados conceitos... Também por seus regimes e legislações, que não se baseiam na submissão ao Deus Único, ao não admitirem o direito divino na soberania e não fazendo depender a autoridade na legislação de Deus; mas constituem organizações de pessoas que tem o direito máximo da soberania, que só pode ser de Deus. Antigamente, Deus os acusou de incredulidade, porque autorizaram este direito aos rabinos e sacerdotes.¹²³

No contexto do que é idolatria para Qtub, entendemos qual é a função do Islã em removê-la, como ensinado por ele. Como idolatria está ligada a legislação que não é a islâmica, a qual normalmente é imposta por um governo, ou por autoridades não islâmicas. A função do Islã implica então, na destituição deste governo, para se implantar ali um governo islâmico.

A função do Islã não é coexistir com a idolatria.... sua função consiste em retirar as pessoas da idolatria para convertê-las ao Islamismo.¹²⁴

A função do Islã é pois, expulsar a idolatria da direção da humanidade e tomar o seu lugar para orientá-la.... segundo a religião de Deus.¹²⁵

O melhor argumento do Islã é que veio para modificar os demais sistemas e não para conservá-los. Nós repelimos estes regimes, quer venham do Ocidente ou do Oriente; repeli-lo-emos porque são baixos e atrasados, comprando-os com o nível que o Islã quer atribuir à humanidade.¹²⁶

¹²² Ibid., p. 133.

¹²³ 135, 136-137.

¹²⁴ Ibid., p. 220-221.

¹²⁵ Ibid., p. 223.

¹²⁶ Ibid., p. 233.

O processo de remoção de governos idólatras passa por jihad agressivo, segundo o que foi praticado por Mohammad, no entendimento de Qtub. Segundo ele, Mohammad inicialmente somente proclamou a mensagem, depois foi autorizado a se defender, e por fim, lutar agressivamente contra a idolatria.

O Profeta dedicou dez anos para admoestar as pessoas sobre sua missão, sem fazer uso das armas nem exigir tributo. Foi-lhe recomendado ter, durante os dez primeiros anos da revelação, paciência e mansidão. Deus recomendou ao Profeta mais tarde, que tomasse o caminho do exílio, autorizando-o a lutar contra os que combatiam. Em seguida, foi autorizado a combater os idólatras em geral, para que o poder de Deus reinasse em toda a terra.¹²⁷

A permissão para lutar contra os idólatras foi dado, segundo Qtub, na Surata 9. Assim como permissão para lutar contra os adeptos do livro, judeus e cristãos, até que pagassem o tributo.¹²⁸

Qtub procura fundamentar com textos do Alcorão, seu entendimento histórico de como Mohammad passou de um proclamador, proibido de lutar em Meca; ao um guerreiro em autodefesa; e por fim, um guerreiro agressivo contra a idolatria. Citou a Surata 4:77, para o período proclamativo; as Suratas Surata 4:39; 22:41; 2:190, para o período de luta em autodefesa; e a Suratas 9:36, para jihad agressivo contra os idólatras; e a Surata 9:29, para Jihad agressivo contra judeus e cristãos, até que pagassem o tributo.¹²⁹ Neste caso, Qtub faz uma interpretação distinta em relação aos autores muçulmanos, como já vimos, que vêem na Surata 9, justifica para Jihad defensivo somente.

Segundo o exemplo de Mohammad, conforme a leitura histórica de Qtub, jihad é um movimento que visa libertar o homem da adoração ao seu semelhante, fazendo o compreender, que só pode adorar a Deus. Mas isto passa por etapas definidas. A primeira, encara a tarefa seriamente usando proclamação, e se necessário a força.¹³⁰ O alvo principal neste processo, é libertar o homem da adoração ao seu semelhantes.¹³¹ Isto passa pela implantação do reino de Deus. Reino de Deus aqui, é o mesmo que um estado islâmico, onde a Xaria esteja implementada. Tal estabelecimento do reino, pressupõe o uso da força.

¹²⁷ Ibid., p. 80.

¹²⁸ Ibid., p. 80-81.

¹²⁹ Ibid., p. 97-99.

¹³⁰ Ibid. p. 83.

O reino de Deus na terra não se baseia no poder dos religiosos..., mas baseia-se em que a lei de Deus seja a que governa e decide tudo, conforme a lei concebida de antemão. Estabelecer o reino de Deus na terra, abolir o reino dos seres, tirar o poder das mãos dos agressores e entregá-lo a Deus, fazendo valer a suprema autoridade da lei divina e repelindo as feitas pelos seres. Não se pode realizar tudo isso pela simples persuasão, porque os que se apropriaram do poder de Deus na terra para dominar ao próximo não renunciarão somente pela influência de pregações e persuasão. Se assim fosse, a tarefa dos apóstolos de Deus pelo triunfo de seu reino na terra teria sido muito fácil.¹³²

Qtub entende que as justificativas deste tipo de jihad para remoção da idolatria, encontra-se no Alcorão. São várias passagens alcorânicas que encorajam o combate contra os idólatras, tanto para defesa, como para libertação do homem, tais como: Surata 9:29-32; 8:38-40 e 4:77-76.¹³³

Vemos então, que a concepção de jihad por Qtub, tem toda uma dimensão política de tomada do poder, para estabelecimento de um novo tipo estado. Neste sentido, é uma concepção de acordo com o que foi sugerido por Streusand, ou seja, até a era moderna havia três tipos de concepção de Jihad, entre elas, expansão do Islã, onde a Casa do Islã está em guerra com a área não islâmica. Qtub se expressa nestes termos.

Esta é realmente “a casa do Islã”, a casa de todos os que crêem na religião de Deus como lei, mesmo que não sejam muçulmanos, como os adeptos do Livro que vivem na “casa do Islã”. A terra sobre a qual não reina o Islã e que não está submetida a suas instituições, é considerada pelo muçulmanos como uma “casa inimiga”, à qual deve combater, mesmo que a terra seja seu país e na qual se encontrem seus parentes, e nela possuam bens e interesse.¹³⁴

Claro que uma vez que o poder é tomado pelo combate, a Xaria é ali implementada, instituindo assim estado islâmico, que nos termos islamitas promoverá direito e justiça. Sendo isto, o mesmo que implantar o reino de Deus para Qtub. Veja a nota 132 novamente.

Esta tomada de poder não implica em conversão a força, assim como já observado por Streusand. Ao se estabelecer um estado islâmico, não se impõe conversão ao Islamismo, os contrários podem se tornar Zimmis.

¹³¹ Ibid., p. 86.

¹³² Ibid., p. 88.

¹³³ Ibid., p. 109-111.

¹³⁴ Ibid., p. 211.

O Islã não tinha a finalidade de atrair as pessoas para a fé por intermédio da força, por que não era unicamente uma fé; era, como citamos, uma última promessa para libertação do homem do jugo do seu semelhante. Tinha por meta abolir os regimes e os governos que exercem a exploração do homem por seu semelhante; então libertar, efetivamente os indivíduos para que possam escolher livremente a crença que lhes convier, depois de libertá-los de todas as pressões políticas e de anunciar-lhes a verdade sobre estas coisas.¹³⁵

Para a tomada de poder, o muçulmano deve estar preparado para abrir mão de nacionalidade e parentesco. Leia novamente a nota no. 134: “à qual deve combater, mesmo que a terra seja seu país e na qual se encontrem seus parentes, e nela possuam bens e interesse”. Este conceito de Qtub precisa ser entendido à luz de sua convicção sobre o que é pátria, nacionalidade e parentesco no Islã.

Não há mais que uma nação; a nação do Islã, na qual se tem um estado muçulmano, e no qual reina a lei de Deus, cujas regras se executam ali e onde os muçulmanos velam uns pelos outros. Qualquer outra nação é somente hostilidade para o muçulmano, e sua relação com ela deverá ser a guerra.¹³⁶

O muçulmano não pode ter, por conseguinte outra pátria além daquela onde reina a religião de Deus..., o muçulmano por outro lado, não pode ter outra nacionalidade além de sua fé, que faz dele um membro da “nação muçulmana” na “casa do Islã”.

O único parentesco que o muçulmano pode ter é o que emana de sua fé em Deus e que o liga aos outros que compartilham sua fé... Por conseguinte, o parentesco para um muçulmano não é o que o liga a seu pai, sua mãe, seu irmão e sua esposa., (Qtub citou a Surata 58:22, para fundamentar sua convicção de parentesco).¹³⁷

O grupo islamita Al-Muhajiroun, que está sediado em Londres e é liderado por Omar Bakri, considerado representante de Osama Bin Laden no Ocidente¹³⁸, tem em um de seus membros, Shah Jalal Hussain, um exemplo claro disto. Hussain nasceu no Ocidente ao norte de Londres. Contudo, não considera a Inglaterra sua pátria, estando disposto a lutar contra a mesma na causa do Islã, tão logo, seja necessário. Declarou em entrevista ao jornal *Daily Mail*: “Não me considero britânico”, disse Hussain. “Sou um muçulmano, ocorreu de ter nascido e viver na Grã

¹³⁵ Ibid., p. 92-93.

¹³⁶ Ibid., p. 201.

¹³⁷ Ibid., p. 202-203.

¹³⁸ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 19.

Bretanha. Este é somente um lugar onde vivo – nacionalidade não significa nada para os muçulmanos”.¹³⁹

Na luta em favor do Islã contra liberdade e a democracia, como aceitos no Ocidente, Hussain está disposto engancha-se até ao martírio: “Tornaria-me alegremente um mártir, indo ao paraíso por ter feito a vontade de Deus e por lutar contra os que nos atacam..., liberdade e democracia são mentiras”.¹⁴⁰ Neste sentido, expressa o que é a convicção dos islamitas, que mártir é somente o que morre na causa de Alá, em jihad agressivo. “Só é considerado mártir aquele que morre nessa tarefa, e não quando morre em qualquer outra guerra”.¹⁴¹

Não só Hussain está disposto a morrer em jihad agressivo, mas muitos outros. As vezes esperam ser recompensados com prazeres sexuais no paraíso.

O terrorista Abdallah Sakran, preso em 1996 antes de detonar uma bomba em Israel, afirma que não apenas foi-lhe prometido o paraíso, como lhe disseram também que seus parentes e amigos teriam, mais chance de chegar lá, se ele morresse em ação. E não só isso: o pacote pós morte incluiria o direito de casar com 72 virgens no paraíso e 6000 dólares para serem gastos aqui na terra, pagos à sua família para tocar a vida até encontrá-lo no céu.¹⁴²

A semelhança de Hussain, o americano John Walker, que lutou contra os EUA no Afeganistão, simplesmente punha em prática aquilo que é a convicção de Qtub.¹⁴³ Convicções islamitas são difundidas por meio de muitas escolas por todo o mundo islâmico.¹⁴⁴

Depois deste passeio procurando entender o que é jihad agressivo, o resumimos nas palavras de Abul Hassan Annaduy, autor do livro *O Islã e o Mundo*.

Jihad na nomenclatura islâmica, significa o esforço inflexível para atingir aquele que for o objetivo mais nobre da terra. Não pode haver nada mais nobre para um muçulmano do que vir a merecer a graça de Deus, através de uma completa submissão à vontade de Dele. Para isso, era necessário impor-se uma longa e contínua luta.¹⁴⁵

A Lei (Xaria) cuja prática se requer seja instituída pelos muçulmanos é aquela que foi trazida ao mundo pelos profetas. E enquanto o mundo existir, não cessará a oposição a esta lei. Haverá sempre uma ou outra

¹³⁹ Daily Mail. Monday, September 17, 2001, p. 13.

¹⁴⁰ Ibid., p. 13

¹⁴¹ Qtub, M. S. *Normas no Caminho do Islã*. Publicado pelo Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidik. Gráfica e ano não mencionados, p. 214.

¹⁴² Cavalcante R. *Terror Na Cabeça*. Super Interessante. Brasil, Editora Abril. Edição 169.-Outubro de 2001, p. 44.

¹⁴³ Thomas, E. *A Long, Strange Trip To The Taliban*. Newsweek, December 17, 2001, p. 30-36.

¹⁴⁴ Artigo Especial. *A Teologia da Fanatização*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 24 de Outubro de 2001, p. 84-87.

¹⁴⁵ Annaduy. A. H. *O Islã e o Mundo*. Brasil. Centro de Divulgação do Islã Para A América Latina. 1990, p. 131.

força que resistirá e a rejeitará. Jihad, portanto, é uma fase interminável da vida humana. Ela pode assumir várias formas, uma das quais é a guerra.¹⁴⁶ Parêntesis acrescentado por mim.

Em outras palavras, espera-se com jihad agressivo, guerra na causa de Alá, eliminar a idolatria, removendo com isto regimes não islâmicos, que são regidos por legislações não divinas. Em seguida, implanta-se ali governos muçulmanos, regidos pela Xaria. Sendo isto o mesmo que governo, ou o reino de Deus na terra. Há nesta concepção de jihad, uma forte conotação política de revolução para tomada do poder. Tendo havido a revolução, os que não aceitam o Islã, tornam-se Zimmis. Para se tomar o poder e implantar na terra o reino de Alá, deve estar preparado para abrir mão de nacionalidade, parentesco e da própria vida.

2.8 Jihad agressivo contemporâneo

Jihad agressivo como se manifesta em nossos dias, tem o alvo de ver o reino de Deus, em termos islâmicos, implantado na terra. Com este propósito luta-se contra o Ocidente, tanto por sua decadência, como por seus valores como democracia, direitos humanos e uma maior liberdade para a mulher. Nesta luta, opõe-se a governos islâmicos, caso estejam associados com o decadente Ocidente. Neste caso, estes governos não são considerados tão islâmicos como deveriam. O alvo é substituí-los por governos legítimos, e depois unificar todo o mundo islâmico, sob a liderança de um único Califa, retornando assim ao período áureo dos quatro primeiros Califas da história islâmica. Unidos desta maneira, prosseguirão a implantação do governo de Alá no mundo. Este tipo de mentalidade é expressa no documento liberado por Osama Bin Laden, chamado: *A Bomba Nuclear do Islã*.

Os governos dos países muçulmanos considerados corrompidos pela influência ocidental..., devem ser varridos do mapa. Sem fronteiras nacionais, unificados sob esse governo ideal, chamado Califado, os verdadeiros crentes se lançariam então rumo à etapa final – arrebatando o resto do planeta.¹⁴⁷

Nesta ótica, espera-se formar uma única comunidade islâmica regida pela Xaria.

Na ótica fundamentalista, a união da religião e do Estado é um ideal ordenado por Deus – sua separação, uma invenção ocidental que provocou o declínio do mundo muçulmano. Para retornar ao “verdadeiro Islã”, todas as sociedades muçulmanas devem se unir numa comunidade única, chamada ummah. Tudo isso sob o signo da charia, a lei corânica,

¹⁴⁶ Ibid., p. 132-133.

¹⁴⁷ Artigo Especial. *O Que Querem Os Fundamentalistas*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 10 de Outubro de 2001, p. 52.

tal como foi estabelecida há quase 1400 anos, com castigos coerentes com as sociedades tribais da época: amputação de membros para os ladrões, decapitação para assassinos ou hereges, apedrejamento para as adúlteras.¹⁴⁸

A primeira organização islamita, que se propôs a atingir estes alvos, foi a Fraternidade Muçulmana fundada em 1928, pelo xeque Hasan al Banna. Entre os males a serem combatidos, encontram-se as liberdades individuais, a emancipação da mulher, mudanças nos padrões familiares e outras transformações que sucedem nas sociedades ocidentais.¹⁴⁹

O historidor francês, Marc Ferro, em entrevista ao jornalista Alcino Leite Neto, da Folha de São Paulo, resume este tipo de realidade atual de jihad agressivo, como “uma guerra civil no interior do mundo árabe-muçulmano, entre os que querem modernizar o Islã e os que querem islamizar a modernidade”.¹⁵⁰ A primeira fase de jihad é contra o Islã infiel, como Nasser, por ter se associado ao Ocidente. A Fraternidade Islâmica por isso, queria assassiná-lo. A segunda fase de jihad é contra o Ocidente. O alvo é um movimento pan-islâmico unificando a ummah, eliminando do mundo islâmico o conceito de estado-nação laico.¹⁵¹

Esta leitura de jihad agressivo contemporâneo, também foi feita pelo escritor e jornalista iraniano, Amir Taheri, no artigo *O Ódio Dos Muçulmanos Ao Ocidente É Cultivado Por Governos e Imprensa*. Disse que esta oposição ao Ocidente é vista por todo o mundo muçulmano, por meio de regulares sermões nas mesquitas. Assim como por uma infinidade de livros regularmente publicados sobre este tema. Tanto nos sermões, como nos livros, a oposição ao Ocidente se expressa o retratando “como uma civilização baseada em cobiça, materialismo, corrupção e, pior, falta de religião. Apresentam o Islã como “a única fé verdadeira” e a última chance para a humanidade salvar-se da degeneração moral e da destruição completa”.¹⁵² Claro que os muçulmanos que não concordam com esta linha de raciocínio, também são alvos do jihad agressivo.¹⁵³

Jihad agressivo contemporâneo portanto, luta contra o Ocidente, devido a sua decadência e valores, assim como contra governos muçulmanos que se ocidentalizaram, ou possuem alianças

¹⁴⁸ Ibid., p. 52.

¹⁴⁹ Ibid., p. 53.

¹⁵⁰ Neto, A. L. *O Mundo Muçulmano Trava Guerra Civil*. Folha de São Paulo, 25 de Dezembro de 2001.

¹⁵¹ Ibid., p. A 14.

¹⁵² Taheri, A. *O Ódio Dos Muçulmanos Ao Ocidente É Cultivado Por Governos e Imprensa*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 26 de Dezembro de 2001, p. 71.

¹⁵³ Ibid., p. 72.

com o Ocidente, como no caso da Arábia Saudita e Kwait. Estes contaram com a ajuda do Ocidente para se livrarem do Iraque, em vez de procurar a unidade dos muçulmanos, obtendo nisto a solução do problema.¹⁵⁴Vários exemplos desta linha de pensamento islamita, encontra-se no livro escrito por Yossef Bodansky, *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*.

Entre eles, temos o escritor e engenheiro egípcio Wail Uthman, um dos primeiros ideólogos dos islamitas. Escreveu em 1975 o livro, *The Party of God in Struggle with the Party of Satan*. Por meio desta obra, encorajava jihad contra Sadat ou governos ocidentalizados, devido a influência que o Ocidente estava tendo sobre o mundo islâmico. Na época não via o comunismo como o maior inimigo.

“Muitos imaginaram que eu me referia ao partido comunista, quando escrevi sobre o partido de Satã”, admitiu. Mas, embora os comunistas fossem, de acordo com Uthman, um suporte essencial ao partido do demônio, ele não via como a fonte do mal. “O partido de Satã é aquele grupo de pessoas que fingem acreditar no Islamismo mas são, na realidade, os primeiros inimigos do Islã”, escreveu. Ele considerava a exposição à vida ocidental cotidiana a fonte da crescente crise do Islã, e não via outra saída senão a militância islâmica.¹⁵⁵

Este tipo de mentalidade foi bem encorajada com a vitória da revolução islamita iraniana em 1979, sobre a liderança de Khomeini. Os islamitas passaram realmente a acreditarem que era possível derrubar os governos ocidentalizados, e estabelecer governos sob a Xaria. Este processo deveria avançar até o estabelecimento de uma ummah unida, contra a terra toda, em jihad agressivo.¹⁵⁶

No panfleto *Neglected Duty*, os assassinos de Sadat expressaram a ideologia por trás do assassinato, nos termos sugeridos por Uthman e Qtub. O panfleto procurou justificar o uso de violência em jihad agressivo, como necessário em prol do estabelecimento de um governo verdadeiramente islâmico. O autor do texto, Abd al_Salam Faraj, foi mais tarde executado, argumentou que jihad como luta armada é o pilar e o coração do Islã. A sua negligência levou o mundo islâmico a ser atualmente inferior aos avanços do Ocidente. Sugeriu que força tem que ser usada, pois somente isto pode destruir os ídolos.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 76.

¹⁵⁵ Ibid., p. 46.

¹⁵⁶ Ibid., p. 46.

¹⁵⁷ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402> em 06/11/2001, p. 5.

The Neglected Duty define os atuais governantes islâmicos (similares a Sadat) como apóstatas. Este é messiânico, afirmando que os muçulmanos devem “fazer todo esforço possível” para estabelecer um governo verdadeiramente islâmico, a restauração do Califado e a expansão de *Dar-al-Islam*.¹⁵⁸

Outro ideólogo de forte influência sobre os islamitas, é Abdallah Yussuf Azzam, inclusive sobre Osama Bin Laden. Este provavelmente foi seu aluno quando estudava engenharia na Universidade Rei Abdul Aziz, em Jidá, na Arábia Saudita. Segundo Bodansky.

Azzam formulou sua doutrina da importância central de jihad, para libertação do mundo muçulmano, do abraço mortal da ocidentalização. “Jihad é um rifle apenas: nenhuma negociação, nenhuma conferência e nenhum diálogo”, ele dizia aos seus alunos.¹⁵⁹

Azzam também ensinava que a luta contra o Ocidente, incluía opor-se a governos islâmicos pró-Ocidente, até que fosse estabelecida a ummah, e a lei de Alá sobre toda a terra.

Todos os muçulmanos deveriam cumprir com sua obrigação para com jihad..., na luta contra um regime não islâmico em sua pátria (referindo-se a líderes muçulmanos de estados seculares, ou seja, não religiosos). Ambos os tipos de jihad (referindo-se ao jihad que na época de 1984 e 1988 era travado no Afeganistão; além do travado contra governos islâmicos) integrariam um esforço maior – implantar a lei de Alá na terra. Os islamitas chamam de Califado o Estado pan-islâmico unificado que governaria o Coração do Islã e, em última instância, todo o mundo.¹⁶⁰ Parêntesis acrescentado por mim.

Idéias similares as de Azzam são vistas na nota enviada por Osama Bin Laden aos organizadores de uma conferência islamita no Paquistão, em novembro de 1988. Esta não só expressas as idéias já vistas, como a unificação da ummah pela remoção de governos aliados ao Ocidente, como a Árabia Saudita, e implementação do reino de Alá na terra. Mas refere-se também, a necessidade de vitória em Israel, dominando ali os lugares sagrados por meio de jihad. Neste sentido, jihad contra Ocidente, inclui jihad contra Israel, por ser este ajudado pelo Ocidente.

Somos gratos pelos seus esforços em apoiar a luta dos mujadins para expulsar as forças americanas da terra sagrada (da Árabia Saudita). Não

¹⁵⁸ Ibid., p. 5.

¹⁵⁹ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 52.

¹⁶⁰ Ibid., p. 61.

preciso lhes dizer que essa luta sagrada deve continuar até que Bait-ul-Muqaddas (a colina do Templo em Jerusalém) e outros lugares sagrados dos muçulmanos sejam libertados da ocupação por parte dos não muçulmanos, e a sharia islâmica seja imposta sobre a terra de Deus. Obviamente, para impor a sharia, é essencial que todos os muçulmanos estabeleçam um sistema islâmico com base nos ensinamentos do profeta Maomé.¹⁶¹

Nesta mesma nota de Bin Laden, vemos seu entendimento do que é o governo de Alá, pois tinha o Talibã como modelo do que é ter a Xaria implementada. Sendo isto, o mesmo que o sistema ou o reino de Deus na terra.

Como é uma obrigação religiosa para todo muçulmano apoiar a luta dos mujadins pela libertação dos lugares sagrados, da mesma forma eles são também obrigados por sua religião a apoiar o governo do Talibã no Afeganistão, por que ao impor a sharia no Afeganistão, o Talibã estabeleceu o sistema de Deus na terra de Deus.¹⁶²

Fica claro portanto, que na perspectiva islamita, governo, ou sistema de Deus na terra é o estabelecimento de um governo islâmico, regido pela Xaria. Exemplos históricos desta perspectiva foi o governo instituído pelo Talibã, assim como o implementado por Khomeini no Irã em 1979.

Se por um lado, o apoio dos EUA a Israel ajuda a aumentar a tensão entre os islamitas e o Ocidente. É verdade também, uma vez que a Xaria deve ser implementada por toda terra, que mesmo que Israel seja eliminado, que haverá jihad contra o Ocidente e todo o mundo, para o estabelecimento do governo de Alá. Taheri está convencido disto.

Mesmo que Israel seja varrido do mapa, radicais haverá no mundo muçulmano convencidos da missão divina de uma “guerra santa” contra o Ocidente liderado pelos Estados Unidos. Eles odeiam a democracia – qualificada por Khomeini “como forma de prostituição”- e os direitos humanos que trata como iguais homens e mulheres, crentes e não crentes.¹⁶³

O processo de unificação da ummah, passa pela unificação de xiitas e sunitas, os dois maiores grupos muçulmanos. Estes possuem muitas diferenças, inclusive quanto ao conceito de

¹⁶¹ Ibid., p. 425.

¹⁶² Ibid., p. 425.

¹⁶³ Taheri, A. *O Ódio Dos Muçulmanos Ao Ocidente É Cultivado Por Governos e Imprensa*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 26 de Dezembro de 2001, p. 72.

Estado-Nação. Mas se vai haver unidade da ummah para destituição de governos pró-Occidente no mundo islâmico, e depois vitória sobre o resto do mundo, fraternidade tem que falar mais alto.

Há diferenças profundas entre os xiitas e sunitas em relação a expansão da revolução do Islã pela criação de um Califado na era moderna. A doutrina sunita, descrita pela primeira vez pelo egípcio Sayyid Muhammad Qutub nos anos 50, advoga que, sendo o Estado-Nação uma realidade inegável, os movimentos islamitas devem primeiro estabelecer governos islâmicos nos países, separadamente, e depois unificar esses países em um único Califado. A doutrina xiita, que cresceu a partir de meados de 1940, argumenta que, sendo o Estado-Nação uma entidade não islâmica, não pode ser considerado válido para a propagação do Islã. Líderes islamitas legítimos, como Khomeini, teriam o direito e a obrigação de apoiar ativamente todas as revoluções islamitas e combater seus inimigos – principalmente os Estados Unidos – em nome da solidariedade islâmica. Essa determinação está por trás do patrocínio e apoio iraniano a numerosas organizações islamitas terroristas e subversivas.¹⁶⁴

Esta luta contra os Estados-Nação do mundo islâmico, tomando o poder, e depois os unificando, concorda com a crença de Qutub, de que o Estado moderno é uma barbárie, *jahiliyyah*, a ser combatida.

Qutub era especialmente reconhecido por seus marcantes julgamentos sobre as relações entre os fiéis e o Estado secular moderno, tanto no mundo muçulmano como no Occidente. Neles, era fundamental a definição do Estado moderno como *jahiliyyah* – a barbárie-, contra a qual os muçulmanos seriam obrigados a lutar.

Segundo Bodansky, a AIM (Movimento Islâmico Armado), sediada em Cartum, a qual é um guarda-chuva de todas as organizações islamitas; tanto para as comprometidas com jihad local, como as que estão engajadas em prol de causas pan-islâmicas; renovou em 1995 a conclamação de Qutub às armas, e à luta contra a *jahiliyyah*. Inclui-se nisto, jihad agressivo também nos Estados modernos onde grandes comunidades muçulmanas vivem sob regimes não muçulmanos. Vemos neste tipo de tomada de posição de AIM, a influência de Qutub nas decisões e ideais islamitas, assim como a explicação de como os islamitas atuam no mundo islâmico e no mundo livre.

O decreto de Qutub, que a liderança do AIM agora declarava válido e atual, deixava pouca dúvida quanto ao que fazer: “Não é função do Islã

¹⁶⁴ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 77.

comprometer-se com os conceitos da jahiliyyah presentes no mundo ou conviver na mesma terra com o sistema jahili. Não foi assim quando ele primeiro surgiu no mundo, nem será hoje ou no futuro. A jahiliyyah será jahiliyyah em qualquer tempo, isto é, um desvio da adoração ao único Alá e da forma de vida prescrita por Alá”.... Qtub não via alternativa que não fosse a luta armada total - a jihad – para a libertação dos fiéis da servidão à jahiliyyah. Como uma organização de orientação religiosa, a AIM tinha o direito e a obrigação de participar de uma luta mundial contra a barbárie. “O dever maior do Islã é destruir e destituir a jahiliyyah da liderança dos homens”, decretara Qtub e Tubari¹⁶⁵ concordava.¹⁶⁶

Podemos afirmar que Jihad agressivo contemporâneo, segue nos passos de Qtub, assim como de outros ideólogos de mesma linha. Opõem vigorosamente contra o Ocidente, e contra governos islâmicos pró-Ocidente. Nisto se assemelham a Ibn Taymiya. Esperam tomar o poder político e religioso, unificar a comunidade islâmica mundial e estabelecer o Califado. Depois disto, pretendem marchar sobre toda a terra implantando o governo de Alá, ou reino de Deus, sob as orientações da Xaria. Levando o homem assim, a ter a possibilidade de adorar o único Deus. Claro que devido a inferioridade militar dos islamitas, escolheram nesta luta armada atual, se utilizarem de guerrilha e terrorismo.¹⁶⁷

Devemos ter depois desta explanação, condições para responder a pergunta, o que é jihad?

Vimos que jihad etimologicamente significa esforço máximo, e com tal sentido, há exemplos no Alcorão e Hadith, incentivando os muçulmanos a serem perseverantes, praticantes de boas ações, divulgadores do Islã, e assim por diante, pois não há limite para as muitas boas situações que alguém deve se esforçar, como afirmou M. Amir Ali. Além disto, há também a idéia de jihad contra os desejos impuros, bem difundida e aceita entre os sufistas.

O sentido etimológico de jihad, não pode, contudo, ocultar seu sentido bélico. Com este sentido, jihad tem dois desdobramentos, há os que argumentam baseados em inúmeros versos do Alcorão, como nas Suratas 2:190-194, 216-217; 9:5, 36; 16:125; 22:39-40, que jihad só pode ser empreendido em autodefesa. Concordam com esta linha de raciocínio Hammudah Abdalati, Zakaria El Barry, Samir El Hayek, Muhammad Mohar Ali e Aliman Abul A’la Maududi. Para Maududi, autodefesa implicava em luta para libertação nacional do domínio colonial.

¹⁶⁵ Hassan Abdallah al-Tubari é um expoente ideólogo islamita e líder espiritual no Sudão.

¹⁶⁶ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 162-163.

¹⁶⁷ Ibid. p. 251.

Douglas E. Streusand entende que concepção defensiva de jihad é bem mais recente na história. Esta teria surgido no contexto do relacionamento dos muçulmanos com os poderes coloniais, como no caso de Sir Sayyid Ahmad Khan da Índia, e outros modernistas. Esta concepção tem de positivo estar de acordo com o artigo 51 da Carta das Nações, e por isso, permitir um melhor convívio e aceitação internacional do Islã.

Contraopondo-se a concepção de jihad defensivo, temos jihad agressivo. Neste caso, como ensinado por Sayyid M. Qutub, Abdallah Yussuf Azzam, Wail Uthman e outros similares. Espera-se nesta concepção de jihad, destituir-se regimes não tão islâmicos, segundo o julgamento dos islamitas, implantando no lugar destes governos islâmicos, sob as diretrizes da Xaria. Este processo deve continuar até o domínio do Islã por toda terra. O alvo é remover a idolatria, levando o homem a poder servir o único Deus. Caso escolha não fazê-lo, torna-se Zimmi. Neste caso, jihad tem dimensão política de tomada de poder, onde a Casa do Islã, *Dar al-Islam*, deve dominar a não islâmica, Casa da Guerra, *Dar al-Harb*.

Sayyid M. Qutub não só ensinou jihad agressivo, mas também se opôs veementemente a concepção de jihad defensivo. Fez uma leitura da história na qual Mohammad inicialmente fora apenas um proclamador. Envolveu-se depois em Medina com jihad defensivo, e por fim, em jihad agressivo para a implementação da Xaria. Sua interpretação da Surata 9, assim como da história islâmica, distingue-se da concepção defensiva.

Na expressão contemporânea de jihad agressivo, a luta pela implantação do reino de Deus, segundo a perspectiva islamita, passa pela destruição de Israel, do Ocidente e de tudo que está sujeito a leis, que não fazem parte da Xaria. O conflito atual entre o Ocidente e os islamitas, precisa ser entendido pela ótica de jihad agressivo. Claro que problemas sociais e injustiças causam conflitos, mas no caso do mundo islâmico, não são a causa primeira, quando muito servem como incentivadores de jihad agressivo, por meio do qual se espera obter um mundo melhor. Neste caso isto é entendido como a implantação de um estado islâmico, sob as leis da Xaria, ou como a própria implantação do reino de Deus na terra.

Devido as várias concepções de jihad, mas principalmente entre a versão defensiva e agressiva, há muita tensão no mundo islâmico. Os agressivos querem eliminar governos, que na opinião deles não são tão islâmicos como deveriam, pois não implementam a Xaria em sua totalidade, ou são pró-Ocidente. Seguem assim nos passos *dos assassinos*, kharijis e Ibn Taymiya. Marc Ferro chama isto de guerra civil que está sendo travada no interior do mundo

árabe-muçulmano, entre os que querem modernizar o Islã, e os que querem islamizar a modernidade”.¹⁶⁸

Considerações finais. Apesar do esforço em unificar o mundo islâmico em jihad contra o Ocidente, e depois o mundo, isto não tem ocorrido. Streusand afirma que em nenhum momento da história houve unidade total dos muçulmanos em jihad contra o Ocidente. Durante as colonizações européias do mundo islâmico, nunca houve jihad agressivo, ou de defesa própria, envolvendo todo o mundo islâmico em prol da região explorada. Os movimentos sempre foram isolados. A tentativa mais sistemática de mobilizar o mundo islâmico em jihad contra o Ocidente, foi a declaração Otomana contra os aliados em 1914. Contudo, falhou em seu alvo. As chamadas atuais de jihad contra Israel, ou a convocação feita por Saddam Hussein, não mobilizou o mundo islâmico em luta armada contra o ocidente.¹⁶⁹ A estes apelos por jihad contra o Ocidente, acrescentamos a convocação para jihad global feita por Osama Bin Laden. Esta também não foi correspondida pelo mundo islâmico.¹⁷⁰ Em outras palavras, apesar do ideal e esforço para que o mundo islâmico esteja unido, e assim lute contra o Ocidente e o mundo em prol da implantação do governo de Deus, isto não tem ocorrido.

Chama-nos a atenção que os islamitas são tão dispostos em ver o reino de Deus implantando na terra. Para isto, abrem mão de suas vidas, nacionalidade e parentes. Enquanto outros convictos que obtiveram a verdade em Jesus, e conhecem a realidade do poder de sua ressurreição, são tão reticentes em se envolverem com a expansão do reino de Deus, pela obra missionária. Estes não oram, não contribuem, não evangelizam e não atendem o chamado missionário. Com a intenção de mudarmos isto, veremos como se implanta o reino de Deus na terra, pelas Escrituras Bíblicas.

3. O REINO DE DEUS NAS ESCRITURAS BÍBLICAS

Antes de propriamente iniciarmos, faremos várias ressalvas quanto ao assunto. Depois o definiremos, e aí o consideraremos à luz das Escrituras. Nisto temos a estrutura do nosso pensamento. Seguiremos os passos propostos na introdução.

3.1 Ressalvas iniciais, e definição

¹⁶⁸ Neto, A. L. *O Mundo Muçulmano Trava Guerra Civil*. Folha de São Paulo, 25 de Dezembro de 2001.

¹⁶⁹ Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?*. Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402> em 06/11/2001, p. 6.

¹⁷⁰ Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001, p. 61.

Nossa consideração quanto a implantação do reino de Deus em termos cristãos, pode tomar dois caminhos. O caminho das Escrituras e o caminho da história. Em termos históricos, o Cristianismo não difere em nada de jihad agressivo, se pensarmos nas Cruzadas (1096-1291), ou na Teologia de Libertação. As Cruzadas se propuseram a reconquistar terras bíblicas com o uso da espada. Caso tivessem sido vitoriosos, teriam implantado ali domínio religioso e político. E em parte foi o que ocorreu enquanto durou a aventura.

A primeira cruzada foi pregada pelo papa Urbano II, em Clermont na França, em 1095, sob o lema “Deus vult” (Deus o quer). Depois de uma horrível carnificina contra os habitantes muçulmanos, judeus e cristãos de Jerusalém, os cruzados implantaram naquela cidade e região um reino cristão que não chegou a durar um século (1099-1187).¹⁷¹

Isto faz das cruzadas em nada diferente de jihad agressivo.

A Teologia da Libertação tem como sua fonte a história e não as Escrituras Bíblicas. Faz uma leitura marxista da realidade, e por isso, propõe como alvo a tomada do poder por meio de revolução. Espera-se com o compartilhar dos meios de produção, desfazer as injustiças sociais. Nesse sentido, a Teologia de Libertação não difere de jihad agressivo, pois visa a conquista do poder político, e com isto, promover mudanças que venham viabilizar um mundo melhor.¹⁷²

Trilharemos porém, o caminho das Escrituras Bíblicas, pois esta é a maneira de entendermos como se dá a implantação do reino de Deus. Se faz necessário primeiro, definir o que queremos dizer por reino de Deus, pois isto indica com que perspectiva entendemos os textos que serão citados. Mas antes que o façamos, temos outras ressalvas a fazer.

Não é tão fácil definir reino de Deus, pois se trata de uma realidade aparentemente paradoxal, pois tanto não é deste mundo (Jo. 18:36), como é verdade que está no mundo. Este já estava presente antes de Jesus, como chegou com sua vinda, e terá a plenitude com Sua segunda vinda. Além disto, tanto é verdade que Deus reina sobre tudo, como é verdade que Ele não reina no coração daqueles que não o servem. Mas isto não o impede de reinar soberanamente tanto sobre estes, como sobre o mal, mesmo que não seja por isto responsável. Estas aparentes realidades opostas faz do assunto um desafio. Na verdade, podemos nos referir ao reino como uma realidade múltipla, sem que uma de suas facetas não se opõe as demais.

¹⁷¹ Matos, A. Souza. *Cristãos e Muçulmanos: Uma longa História de Conflito*. Brasil. Revista Ultimato. Ano XXXIV – No. 273, Novembro-Dezembro de 2001. Editora Ultimato Ltda, p. 51.

¹⁷² Mueller, E. R. *Teologia da Libertação e Marxismo – Uma Relação Em Busca de Explicação*. Brasil. Editorial Sinodal. 1996, p. 38-43.

É importante também deixarmos claro que o reino de Deus, segundo as Escrituras Bíblicas, pode ser exemplificado por um tipo de governo, como na monarquia em Israel. Mas de qualquer maneira, o reino não é um tipo de governo humano que se estabelece, regido por leis ou princípios das Escrituras, pois mesmo que isto acontecesse, o reino não se limitaria a isto. Uma vez que Deus reina sobre toda sua criação e universo. Se não o faz diretamente, o faz soberanamente, até mesmo sobre o mal. Ao falarmos no reino como governo de Deus, o fazemos entendendo ser isto, o senhorio divino sobre sua criação e sobre o homem, senão em domínio voluntário e serviçal, certamente em domínio soberano de Deus.

Governos e instituições sempre terão sua medida de maldade devido o pecado do homem. Contudo, podem ser melhores ou piores, conforme os servos de Deus agem como sal e luz da terra. Ao dizermos que o reino de Deus não é um tipo de regime, não queremos dizer com isto, que abominamos os regimes. Estes com suas imperfeições são instrumentos de Deus (Rm. 13:1-7). Não que nesta qualidade, aceitaremos tudo que é imposto por um governo, claro que suas leis e propostas injustas, devem ser modificadas pelo trabalho de sal e luz da terra. Como cidadãos de um reino onde não há injustiças, devemos agir como transformadores sociais (Mt. 5:13-16), esforçando-nos pacificamente para que haja leis justas, as quais regerão todos os níveis da sociedade.

Além disto, podemos nos envolver em projetos de promoção humana, tanto a nível de instituições beneficentes independentes, como em parceria com o governo e a sociedade. A dimensão social do reino de Deus deve ser tornar a realidade do mundo ao nosso redor, por meio de nossa influência. Mesmo que uma sociedade justa não é em si o reino de Deus, em situação ideal, faria parte deste, ou seria fortemente influenciada pelo mesmo. Neste caso, o reino que não é deste mundo, estará no mundo e crescerá até a sua plenitude.

O trabalho do sal e luz do mundo (Mt. 5:13-16), é visto por meio de exemplo e proclamação, e não pelo uso da violência. No exemplo encontra-se a dimensão do ser e do fazer o que Deus espera de nós, ou seja, viver em obediência a Deus. Por outro lado, a proclamação acrescenta na atuação dos cidadãos do reino, o aspecto exortação e ensino. É verdade que não há obrigatoriedade na religião, por isso, espera-se com proclamação, aumentar o número dos cidadãos do reino, por meio da adesão voluntária expressa na fé em Jesus. Provavelmente a maior parte das pessoas, sempre preferirá não estar no reino (Lc. 13:24), o que fará deste mundo um lugar não justo e santo, até que o reino atinja sua plenitude com a vinda de Jesus (Ap. 11:15-17).

Como Deus é triuno, falar de seu reino, é o mesmo que falar do reino de Cristo (Is. 9:7; Dn. 2:44, 7:13-14; Lc. 1:32-33; 2Pe. 1:11 e Ap. 11:15).

A expressão reino dos céus tão comum em Mateus, não será por nós usada, por tratar-se de sinônimo, a menos que estejamos fazendo uma citação de texto. Os judeus como sinal de respeito, evitavam o usar o nome de Deus em vão. Como se percebe que Mateus escrevia para leitores judaicos, evitou assim usar a expressão reino de Deus, utilizando reino dos céus. A expressão reino de Deus, como reino dos céus, se referem portanto, ao mesmo ponto, isto claramente se percebe por meio das passagens correlatas nos Evangelhos.

Após as ressalvas acima, podemos definir o que queremos dizer por reino de Deus. Reino de Deus portanto, refere-se ao governo, ou senhorio de Deus, assim Ele reina supremo e soberano sobre sua criação, (2Cr. 20:6; Sl. 59:13; 67:7; 68:31; 72:11; 103:19 e Dn. 4:25). Neste sentido, Deus reina tanto sobre os que o servem, como sobre os que não o servem. Espera-se por exemplo e proclamação, atrair para o Seu reino aqueles que não são Seus servos. Desta maneira, o reinado de Deus sobre eles, não o será apenas soberanamente, mas o prático senhorio divino de suas vidas. Uma vez que por exemplo e proclamação atraindo-se mais pessoas para o reino, afirma-se que o reino expande-se pelo exercício da obra missionária de seus cidadãos. Esta obra uma vez exercitada, fará que na prática sejam o sal e luz do mundo, e como tal, serão agentes de transformação social, levando o reino a se expandir, até que este chegue a sua plenitude. Dizemos portanto, que tanto o reino já chegou, como se expande pela obra missionária, como ainda terá sua plenitude com a segunda vinda de Jesus.

3.2 O reino no Velho Testamento

Inicialmente veremos como que o homem criado em comunhão e submissão a Deus, veio por fim, colocar-se sobre um outro senhorio, pela queda. Mas Deus prometeu reverter este processo, Gn. 3:15. Mesmo sem a existência de Israel havia a possibilidade do homem estar submisso a Deus, mas com o surgimento desta nação, podia-se agora pelo seu exemplo e proclamação, integrar o gentio ao povo da aliança (Êx. 12:48), obtendo assim a identidade judaica. E desta forma, teriam conhecimento de Deus, e a Ele poderiam ser submissos. No geral, Israel não foi um bom instrumento, no trazer de volta o homem ao conhecimento e submissão divina. A monarquia de Davi e de Salomão foi sua melhor fase.

Neste contexto, Deus promete a vinda do reino do Messias (2Sm. 7:13-16; Is. 9:6-7; Dn. 2:44 e 7:14). Sendo este Deus, é o mesmo que dizer que no cumprimento das profecias em Jesus,

seria dado ao homem, a possibilidade deste pertencer ao reino de Deus, devido a sua obra expiatória e proclamativa, autenticada com seus sinais.

Depois da partida do Messias, a obra continuaria pela Igreja. Sendo que Israel, teria seu papel missionário não anulado, mas realizado pela Igreja. Uma vez que esta é formada por judeus e gentios. No Novo Testamento, os gentios permanecem com sua identidade gentílica, na integração à Igreja, e ao reino de Deus. Tanto Israel, como a Igreja pertencem ao reino, mas o reino não se limita a estas duas realidades, uma vez que Deus reina soberanamente sobre toda terra.

3.2.1 O homem distanciou-se do reino de Deus

O Velho Testamento revela que havia um período que não havia nada, somente Deus na eternidade, então, Deus passou a criar (Gn. 1:1). Nos relatos de Gênesis 1 e 2, percebemos que o ápice de tudo é a criação do homem à imagem e semelhança de Deus.¹⁷³ Certamente que antes da criação do mundo material, houve a criação dos anjos de Deus, pois a serpente já existia e se manifestou no jardim do Éden.

Como Deus criou o ser humano, então, foi dele que surgiram todas as raças e culturas (Gn. 1:27-28; At. 17:26). Assim, Ele é Deus de toda a raça humana, pois é Criador de todos.

O homem no Velho Testamento é apresentado como um ser de valor, pois foi criado à imagem e semelhança de Deus. A salvação do homem por iniciativa de Deus, não exclui nenhuma raça, pois todas são dignas por espelharem o Criador. Por isso, não há uma raça que seja melhor do que outra. Todas compartilham uma mesma origem. Todas possuem a mesma imagem divina. Deus é então, o Deus de todo o homem, mesmo que o homem ainda não o conheça. Os deuses das nações não possuem nenhum direito, pois não criaram o homem.

O mandamento de Gn. 1:28, foi dado ao homem antes do pecado: “E Deus os abençoou, e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, e enchei a terra e sujeita-a; e dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que rasteja sobre a terra”. Caso o homem tivesse se espalhado pela terra sem pecado, então, o planeta terra, não sofreria destruição, não teria a extinção de animais e nem haveria a opressão do homem pelo homem. Nestes termos, teríamos o homem sobre o senhorio de Deus, e na multiplicação deste, e no enchimento da terra, teríamos a expansão normal, natural e até mesmo biológica do reino de Deus pela terra. Contudo,

¹⁷³ A semelhança com o Criador refere-se às capacidades que nos diferenciam dos animais irracionais, tais como: raciocinar, expressar-se, sociabilizar-se e ter relacionamento com o Criador, como Adão tinha no Éden. Devido a estas qualidades o homem pode exercer domínio sobre a criação (Gn. 1:28).

isto não ocorreu. O homem criado à imagem e semelhança de Deus, veio por fim, encher a terra, mas o fez em pecado e separado de Deus, com todas as conseqüências negativas desta situação.

Por queda do homem, referimos a separação da humanidade de Deus, pelo pecado de Adão. Percebemos que o pecado de Adão não somente o afetou, mas a toda a raça humana. Romanos 5:12 afirma que: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram”. Fica claro então, que o mandamento divino para o homem não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, pois certamente morreria, Gn. 2: 17, incluía não só Adão, mas toda a raça humana. Fica implícito que o mandamento era uma aliança entre Deus e a humanidade, e não somente uma aliança entre Deus e Adão. O uso da palavra Adão em Gênesis apoia esta idéia, pois não é usada somente como nome do primeiro homem, mas também significando humanidade. Em Gn. 5:1-2, está escrito que ao ter criado o homem, Deus o fez macho e fêmea, e os chamou Adão (humanidade). A aliança era com Adão e sua descendência, humanidade, e por isso que seu pecado afetou a todos.

Percebe-se com a queda do homem, que este passou a estar sob o domínio de um outro senhor, e não de Deus. Sendo assim, o homem que inicialmente pertencia ao reino de Deus, precisava agora retornar a esta realidade, pois ao se separar de Deus pelo pecado, colocou-se a mercê de um outro reino, ou seja, a mercê de satanás, a serpente, o qual passou a ter autoridade sobre aquele. Desta maneira, o homem que deveria dominar sobre a terra (Gn. 1:28), perdeu seu direito, passando a terra estar sob o domínio de satanás (1Jo. 5:19).

Em outras palavras, enquanto é verdade que Deus reina soberanamente sobre a terra (2Cr. 20:6; Sl. 59:13; 67:7; 68:31; 72:11; 103:19 e Dn. 4:25), é verdade também, que em sua soberania, permitiu através da queda do homem, que o diabo por ora, tenha autoridade aqui. Neste sentido, Jesus chama o diabo de príncipe deste mundo (Jo. 12:31). Há um domínio de satanás (1Jo. 5:19; Mt. 4:8-9). Todavia, Deus ao salvar o homem, trabalha para reverter as conseqüências da queda, dando-lhe a oportunidade de pertencer novamente ao reino de Deus, até que este atinja sua plenitude.

3.2.2 O homem poderá ser restaurado e estar novamente no reino de Deus

Percebemos então, que a salvação do homem tem que reverter o processo destrutivo começado pela queda. O homem deve assim, estar novamente sobre o senhorio divino. Desta maneira, voltará a relacionar-se com Deus e virá a exercer domínio sobre a terra corretamente.

Neste caso, não será explorador, opressor, destruidor da natureza e racista em suas relações com o próximo. No processo de ser salvo, o homem terá a imagem divina em si, agora manchada pelo pecado, restaurada em Cristo (Rm. 8:29). Se o processo reversivo ocorre, o faz devido ao fato de Deus ser redentor.¹⁷⁴

Tendo o homem caído e sido amaldiçoado e julgado por Deus (Gn. 3:16-19), este em seguida fez a promessa da salvação de Gn. 3:15: “E porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e *o seu descendente* (o pronome está na 3ª pessoa do singular, masculino, no original, indicando que era uma promessa da vinda de um homem). Este te ferirá cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”. Um homem portanto, viria e destruiria a serpente, mesmo que seja ferido por ela. A palavra no original para “ferir a serpente”, *shoof*, significa esmagar, ou seja, destruiria a serpente, pois esta é a maneira de se eliminar uma serpente, esmagando sua cabeça.

Esta promessa revela a vinda do Senhor Jesus, pois ele destruiu a serpente, o diabo. Ele se encarnou por obra do Espírito Santo, por isso, ele é o descendente da mulher, ou “semente da mulher”. Mesmo que foi ferido na cruz, assim mesmo despojou principados e potestades, triunfando sobre eles ali. Ele derrotou a serpente, o diabo (Cl. 2:14-15; Jo. 12:31; 1Jo. 3:8). Nas palavras de Jesus, a sua hora¹⁷⁵ era também o próprio momento de ser expulso o príncipe deste mundo, o diabo (Jo. 12:31). Em outras palavras, era Jesus que reverteria por sua obra redentora, o processo destrutivo da queda, dando ao homem a oportunidade de estar novamente sob o senhorio divino.

Na hora de Jesus, Deus salvou o homem, pois Ele veio para salvá-lo de seu pecado (Lc. 1:77; 2:11; At. 5:31). Esta obra é de caráter universal, pois Deus reverte os feitos da queda, dando ao homem criado a sua imagem e semelhança, a possibilidade de estar novamente sob o senhorio divino. Jesus foi ferido na cruz para que houvesse salvação às nações (Lc. 24:44-49); Mt. 28:18-20). Isto é condizente com o Velho Testamento, o qual demonstrou que Deus provê salvação para todas às nações (Gn. 12:3, Êx. 19:6; Is. 19:19-25; 45:22; Sl. 68:31-32; 86:9; 87). Temos em Jesus, a consumação final da obra redentora de Deus.

3.2.3 Podia-se pertencer ao reino de Deus sem Israel

¹⁷⁴ A idéia básica de redenção é comprar de volta um escravo para colocá-lo em liberdade. O homem, pela queda, separando-se de Deus pelo pecado da desobediência (Gn. 3:1-6), passou a ser escravo do pecado (Jo. 8:34). Ao ser redimido pelo perdão dos pecados, através de Jesus (Lc. 24:47), foi colocado em liberdade em relação ao pecado, voltando a ter relacionamento com Deus. Pecado é não estar de acordo com o padrão de Deus em atos ou pensamentos (Mt. 5:21-22; 27; 28 e 1 Sm. 15:23); é rebelião contra Ele (Rm. 2:14-15; Gn. 2: 16-17); é ter errado o alvo estabelecido pelo Criador (1Sm. 15:23); ou não colocá-lo em primeiro lugar (Êx. 20:3 e Mc. 12: 30).

Mesmo no período do Velho Testamento, podia-se deixar de pertencer ao outro reino, e passar a ser do reino de Deus, e isto sem a instrumentalidade de Israel. Percebemos que Enoque (Gn. 5:24), Enos e descendentes (Gn. 4:26), Noé (Gn. 6:9) e Melquisedeque (Gn. 14:18-20), serviam a Deus. Infere-se por estas passagens, que conhecimento de Deus obtido no Éden, passou de geração a geração, havendo sempre uma minoria disposta a se submeter a Deus e não a serpente.

Os dias da aliança Noaica, como da Abraâmica chegaram, e vemos por destas alianças, que Deus sempre quis ter na terra um povo que o servisse, e pertence-se ao seu reino.

Na época de Noé (Gn. 6), há um processo de corrupção do gênero humano, quando os filhos de Deus resolvem casar-se com as filhas dos homens, Gn. 6:1-2:

Como se foram multiplicando os homens na terra, e lhes nasceram filhas, vendo os filhos de Deus que as filhas dos homens eram formosas, tomaram para si mulheres, as que entre todas, mais lhes agradaram.

Não temos muitos detalhes, mas sabemos que esta união entre os filhos de Deus¹⁷⁶ e as filhas do homens, resultou em grande decadência da raça humana, Gn. 6:11: “A terra estava corrompida à vista de Deus, e cheia de violência”. Neste contexto, o dilúvio é anunciado a Noé (Gn. 6:11-22), quando Deus em julgamento exterminaria a humanidade, recomeçando tudo com ele e a sua descendência. Ele era um homem temente a Deus, o qual foi separado não por seus méritos, mas pela fé (Hb. 11:7).

Após o dilúvio que veio como julgamento de Deus sobre uma sociedade corrompida, (Gn. 6 e 7), Deus firma uma aliança com Noé. Esta encontra-se em Gn. 9: 9-13:

¹⁷⁵ Hora no ensino de Jesus refere-se a sua morte na cruz (Jo 2:4; 7:30; 8:20; 12:23; 12:27; 13:1; 16:32 e 17:1).

¹⁷⁶ Há uma interpretação que entende ser filhos de Deus, no contexto da passagem de Gn. 6:1-2, os descendentes de Enos, filho de Sete. Até então eram servos de Deus (Gn. 4:26), mas que por ocasião da época de Gn 6, não eram mais fiéis ao Senhor. Estes haviam passado a se unir em casamento com mulheres que não temiam a Deus (Gn. 6:1-2), então, não havia mais justo, somente Noé, e por isso veio o dilúvio. A população mundial era muito corrompida e violenta, por isso, digna de ser julgada severamente por Deus (Gn. 6:11).

Eis que estabeleço a minha aliança convosco e *com a vossa descendência*, e com todos os seres vivos que estão convosco: assim as aves, os animais domésticos e os animais selváticos que saíram da arca, como todos os animais da terra. Estabeleço minha aliança convosco: não será mais destruída toda a carne por águas de dilúvio, nem mais haverá dilúvio para destruir toda a terra. Disse Deus: Este é o sinal da minha aliança que faço entre mim e vós, e entre todos os seres vivos que estão convosco, para *perpétuas gerações*. Porei nas nuvens o meu arco; será por sinal da aliança entre mim e a terra.

Vemos que esta é uma aliança entre Deus, Noé, seus descendentes e com os animais, válida para todos os tempos, *gerações perpétuas*, e para todos os povos, *e com a vossa descendência*, por isso, é uma aliança universal e irrevogável. Não há nesta um povo ou uma tribo, que não esteja incluído. É uma aliança com toda a humanidade.

Gênesis 10 reflete o cumprimento desta aliança, pois Deus havia prometido não mais destruir a terra com as águas de dilúvio. Criou-se assim, a possibilidade da terra ser mais uma vez cheia pela multiplicação da raça humana, como havia Deus ordenado em Gn. 1:28.

Vemos no capítulo 10 de Gênesis, as nações representadas. Vieram a existir pela multiplicação da raça humana. São nações que descenderam dos três filhos de Noé: Sem, Cão e Jafé. As nações de Canaã estão listadas em (Gn. 10:15-19). As que descenderam de Sem estão listadas a partir de Gn. 10:21. Gênesis 10:32, ressalta que aquelas são todas as nações que vieram a existir da descendência de Noé, após o dilúvio. Não há entre as nações de Gn. 10, melhores ou piores, pois todas eram descendentes de Noé, e estavam debaixo dos termos da aliança noaica, Gn. 9:9-13.

Vemos então, que Deus começou tudo novamente por Noé que era justo. Se seus descendentes seguissem nos passos dele, teríamos tido uma terra submissa a Deus, e neste sentido, o reino de Deus estaria implantado, mas isto não ocorreu.

Infelizmente a sociedade estabelecida e preservada por Deus, segundo a aliança noaica, estava agora mais uma vez corrompida. O homem estava na mesma situação de outrora, antes do dilúvio. Na justiça divina Deus poderia destruí-los, e até teria muitos motivos para isto. Contudo, segundo sua aliança com a humanidade, Gn. 9:9-13, Deus não mais enviaria dilúvio. Então, o que enviaria?

Em Gn. 11:1-9, vemos Deus julgando os descendentes de Noé, mas não com dilúvio, mas pelo os espalhar pela terra, por meio da confusão da língua que falavam. Por quê ocorreu isto? Vemos que o problema das nações de Gn. 10 está no fato, que o homem havia se distanciado de Deus outra vez. De tal maneira, que em vez de adorá-lo como o único Deus, vivo e Criador de

tudo, estavam como Adão e Eva, se colocando no lugar de Deus.¹⁷⁷ Não procuravam glorificar a Deus e honrá-lo como tal, mas estabelecerem um nome para si mesmos. Desobedeciam assim, também o mandamento de Gn. 1:28, pois procuravam não se espalhar pela terra, Gn. 11:3-4:

E disseram uns aos outros: Vinde, façamos tijolos, e queimemo-los bem. Os tijolos serviram-lhes de pedra, e o betume, de argamassa. Disseram: vinde edifiquemos para nós uma cidade, e uma torre cujo tope chegue até aos céus, *e tornemos célebres o nosso nome, para que não sejamos espalhados por toda a terra.*

Não seria isto procurar para si a glória devida somente ao Criador? Ele a tudo deu vida e existência; nada somos e nem poderíamos ser sem Ele. A Ele deve ser dada toda honra e glória. Contudo, percebemos por Gn 11:3-4, que a idéia era estabelecer um nome, por meio da construção de uma cidade e torre.¹⁷⁸ Queriam ser célebres e não se espalharem pela terra. Não havia Deus ordenado que o homem se multiplicasse e enchesse a terra? Contudo, após o dilúvio, os descendentes de Noé estão na mesma situação pré-diluviana. Não são submissos a Deus.

Como não serviam a Deus, e não lhe estavam submissos, Deus os visitou por fim com julgamento, espalhando-os pela terra. O resultado do julgamento de Deus foi o cumprimento de Gn. 1:28. Estavam agora espalhados pela terra e separados por línguas diferentes. Deus havia espalhado o homem, formando as nações. Contudo, eram nações que não tinham conhecimento de Deus, estavam portanto, perdidas sem relacionamento com o Criador. A intenção divina revelada em Gn 3:15, era salvar o homem que havia se perdido. Era trazê-lo sob seu senhorio e reino novamente. Como iria isto ocorrer?

Temos a partir de Gn. 12, o desenrolar de um plano divino, para que o homem de todas as nações, fosse abençoado, voltasse a se relacionar com o Criador e ser-lhe submisso. Vemos que Deus se revela a um homem chamado Abrão¹⁷⁹, até então um desconhecido sem importância, que aparece na história bíblica. Sem mais e nem menos, o relato bíblico se volta para a chamada dele. Quem é ele? Seria alguém especial? O que sabemos é que Deus se manifestou a Abrão, e fez com

¹⁷⁷ Adão e Eva ludibriados pela serpente, pensaram que ao terem conhecimento do bem e do mal iriam, por isto, serem iguais a Deus, Gn. 3:5. O pecado de desobediência, estava ligado ao desejo de serem iguais ao Criador. Em vez de servi-lo e temê-lo, quiseram ser iguais a Ele.

¹⁷⁸ Não sabemos o que seria a torre e seu uso, que tanto desagradou a Deus. Alguns pensam que seriam Zigurates, torres comuns no tempo dos sumérios, onde havia no topo os símbolos do zodíaco. Eram lugares de envolvimento com deuses locais e adoração aos astros. Contudo, basta para nosso propósito, simplesmente considerar o que está no texto.

¹⁷⁹ O nome Abrão significa Pai exaltado.

ele e sua descendência uma aliança. Deus se manifesta a Abrão e lhe faz a seguinte promessa em Gn. 12:1-3:

Ora disse o Senhor a Abrão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, e vai para a terra que te mostrarei; de ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Se tu uma bênção: abençoarei os que te abençoarem, e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; *em ti serão benditas todas as famílias da terra.*

A eleição de Abraão e descendentes foi um ato de graça, não foi baseada em mérito humano, pois era de família idólatra (Js. 24:2). A chamada de Abraão tinha por finalidade abençoar as nações, e isto é tão importante, que foi depois reafirmado para Isaque (Gn. 26:4) e Jacó (Gn. 28:14).

Percebemos que esta promessa tem duas partes. A primeira, se refere à formação de uma grande nação através de Abraão. A segunda, se refere as nações, *todas as famílias*¹⁸⁰, serem abençoadas por meio dele. Ambas as partes da promessa são interligadas, pois Deus estava no processo de formar uma nação, para abençoar as demais por meio desta. Deus havia espalhado o homem pela terra formando as nações (Gn. 11), agora passa a formar uma nação, para assim abençoar todas as famílias da terra.¹⁸¹ O objetivo da aliança abraâmica era universal.¹⁸²

Deus se manifestou a Abraão (Gn. 12:1-3), por isso, tinham conhecimento do Criador. Este conhecimento deveria agora ser levado às nações, para que fossem abençoadas. Vemos exemplos disto por meio da vida de Abraão. Ele peregrinou pela Terra Prometida, no Egito e entre os de Gerar, sendo luz do Senhor entres estes povos. Foi testemunha no Egito (Gn. 12:10-20). Foi uma testemunha entre os povos de Canaã (Gn. 13: 17). Foi testemunha entre os de Gerar (Gn. 20: 1-18). Foi também um excelente intercessor pelas nações (Gn.19: 22-33; 20:17). Assim podiam pelo testemunho de Abraão, voltarem a estar sob o senhorio divino, no reino de Deus, como Abraão já estava, pois creu e isto lhe foi imputado por justiça (Gn. 15:6).

¹⁸⁰ A palavra família, mish-paw-khan, de Gn. 12:3, é também usada em Gênesis com este sentido nas passagens Gn. 24:38, 40-41 e 28:14. Quando a promessa de Gn. 12:1-3, foi reafirmada para Isaque em Gn. 26:4, a palavra usada na ocasião é *goy go'-ee*, a qual deve ser traduzida como nação. O uso de duas palavras diferentes para a promessa de Gn. 12:1-3, demonstra que Deus não quer dar somente revelação superficial sua a cada nação, mas uma revelação específica a cada família da terra. Na verdade, a cada indivíduo (Mc. 16:15; 1Tm. 2:4).

¹⁸¹ Gl 3:6-14 esclarece como Deus cumpriu sua promessa a Abraão. Fez isto através de Jesus Cristo, que é descendente de Abrão, (Mt. 1:1), através de quem todas as famílias da terra podem obter a salvação pela fé, como Abraão o fez, Gn. 15:6. É significativo que em Gênesis 17:5, Deus muda o nome de Abrão, pai exaltado, para Abraão, pai de uma multidão. Pois como ele foi justificado pela fé (Gn. 15:6), pessoas de todas as famílias da terra o seriam, por isso é pai de todo o que crê.

¹⁸² Dos judeus vem não somente o salvador Jesus, mas os profetas, as alianças, as Escrituras, enfim, toda a revelação que temos de Deus. Judeus eram também os apóstolos e os primeiros cristãos (Rm. 9:4-5). Jesus disse para a mulher samaritana que salvação vem dos judeus (Jo. 4:22).

Um outro grande exemplo de Deus usando Israel¹⁸³ para revelar-se às nações no livro de Gênesis, é a vida de José. Foi enviado à força para o Egito e vendido como escravo (Gn. 37). Estando ali, não abriu mão dos princípios morais do Deus que conhecia e lhe falava em sonhos (Gn. 37:7-9). Recusou-se a adular com a esposa de Potifar, pagando por isto ser encarcerado (Gn. 39:7-20). Saiu da prisão, pelo dom que Deus lhe havia dado de interpretar sonhos, para ser governador do Egito (Gn. 40). O Faraó reconheceu em José alguém que temia a Deus (Gn. 41, ver em especial verso 38). Desta forma, o conhecimento do Deus de Abraão chegava agora ao governante daquela nação, que era a mais desenvolvida na época. Se quisesse podia agora servir a este Deus, e não estar sob o domínio de um outro reino.

3.2.4 Podia-se pertencer ao reino de Deus pela instrumentalidade de Israel

Vemos o propósito de Deus em reverter o processo da queda, também na aliança Sinaitica. A eleição de Abraão e de Israel em Abraão (Gn. 12:1-3), foi depois confirmada com a aliança no monte Sinai, após terem deixado o Egito (Êx. 19). Tanto em uma (aliança Abraâmica) como na outra (aliança Sinaitica), Israel deve ser benção às nações. Tanto uma como outra, revela o propósito de escolha divina de Israel. Qual era este propósito? Abençoar às nações como Abraão e José o fizeram. Desta maneira, o conhecimento de Deus chegava aos povos e podiam voltar a estar submissos a Deus. Este propósito se renova com a aliança sinaitica. Esta foi firmada após a libertação da escravidão no Egito (Êx. 1:8-14).¹⁸⁴

O fato de que foram resgatados de lá, e obtiveram assim conhecimento experimental de Deus, os preparou para a aliança. Nos termos desta, Israel seria instrumento divino para trazer de volta o homem ao seu Criador.

Este conhecimento experimental começou com a manifestação a Moisés (Êx. 3) e ao povo pelas pragas (Êx 7 a 12). Experimentaram portanto, que Deus era Deus, e assim entraram em aliança com Ele (Êx. 19:4-8). Isto incluía serem reino de sacerdotes, mas só poderiam sê-lo em obediência, (Êx. 19:5-6).¹⁸⁵

¹⁸³ Usamos a palavra Israel para nos referir aos judeus como um povo, uma nação.

¹⁸⁴ A história de seu livramento mediante grandiosa manifestação do poder de Deus, é um dos temas mais importantes do Velho Testamento (Êx. 15:1, 5; Sl. 66:5-6; 103:7; 105; 105:8-10; Mq. 6:3-4).

¹⁸⁵ Obediência vem depois de revelação divina. Não obedecemos e praticamos obras para conhecê-lo, o conhecemos por fé, após uma revelação pessoal do Senhor a nós (Jo. 3:5). Somos então, chamados a obediência e a santidade (1Co. 1:2).

O propósito divino em eleger Israel era duplo. Primeiro, Israel devia somente servi-lo como Deus, não estar envolvido com idolatria, (Êx 20:3-6).¹⁸⁶ Os três primeiros mandamentos, entre os dez revelados em Êx. 20:1-17, referia-se à proibição da idolatria e do sincretismo. As práticas decadentes e idólatras de Canaã foram condenadas de tal maneira, que não havia a possibilidade de serem sincretistas, sem saberem que estavam sendo desobedientes (Êx. 23:23-33; 34:11-16; Lv. 18:24-25; Dt. 7:1-5). Se assim o fossem, se tornariam inúteis para o serviço de reino de sacerdotes (Êx. 19:5-6).

Em segundo lugar, Israel deveria ser reino de sacerdotes no serviço às nações, como instrumento de revelação divina aos povos que não conheciam a Deus, (Gn. 12:1-3; Êx. 19:5-6). Israel estaria assim, sendo uma benção às famílias da terra, tanto por seu exemplo, como por sua proclamação. Este exemplo que se esperava de Israel é claramente visto na Torá. Enquanto seu papel proclamador é visto no livro de Isaías, Daniel e Jonas.¹⁸⁷

A Torá ensina que a obediência de Israel aos mandamentos divinos (Êx. 19:5) levaria os povos a saber que seu Deus era o único, Dt. 4: 5-8, 35:

Eis que vos tenho ensinado estatutos e juízos, como me mandou o Senhor meu Deus, para que assim façais no meio da terra que passais a possuir. Guardai-vos, pois, e cumpri-os, porque isto será a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que, ouvindo todos estes estatutos, dirão: Certamente este grande povo é gente sábia e entendida. Pois, que grande nação há que tenha deuses tão chegados a si como o Senhor nosso Deus, todas as vezes que o invocamos? E que nação há, que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho?

A ti te foi mostrado para que soubesses que o Senhor é Deus; nenhum outro há senão ele.

Em outras palavras, Israel deveria ser uma nação tão socialmente justa e santa, pela obediência aos mandamentos, que levaria as nações por meio deste bom testemunho, reconhecerem que o Deus de Israel, era o verdadeiro, (Lv. 18:1-30; Dt. 28:1, 10).

Esta obediência seria vista na observância das leis que regulava os aspectos sociais, econômicos e religiosos da nação. Israel seria assim, um modelo do que é estar no reino de Deus. Veja alguns dos vários aspectos que formavam este quadro:

- Não deveria haver pobreza, Dt. 15:4-11;
- Não deveriam oprimir o pobre com juros; (Êx. 22:25);

¹⁸⁶ Os profetas também foram rigorosos na condenação da idolatria (Jr. 10:3-4, 9; Is. 45:6; 47:8). Duas passagens do Velho Testamento revelam que por trás dos ídolos há a operação de demônios (Dt. 32:17 e Sl. 106:37). O apóstolo Paulo ensinou o mesmo (1Co. 10:19-20).

¹⁸⁷ O papel proclamativo de Israel como adiante citado, demonstra a influência de Roger E. Hedlund em meu pensamento por meio do livro, *The Mission of The Church in the World*. USA. Baker Book House. 1991.

- Deus estabeleceu um sistema no qual havia juizes, que eram membros das doze tribos, por meio destes, deveria haver justiça na nação. Na qualidade de juizes deveriam ser justos (Dt. 16:20), e não serem corruptos (Dt. 16:19)¹⁸⁸;
- Justiça deveria ser feita ao pobre (Êx. 23:6), aos órfãos e viúvas, (Êx. 22:22; Dt. 10:18);
- Não deveria haver em Israel um elite detentora dos bens, enquanto os outros padeciam, por isso, havia redistribuição da terra a cada cinquenta anos (Lv. 25);
- Havia leis protegendo os criminosos de castigos excessivos (Dt. 19);
- Leis guardando os direitos dos escravos (Lv. 25:39 em diante);
- Escravos deveriam ser libertos a cada sete anos (Êx. 21:2; Dt. 15:12 em diante).
- Deveria haver preservação da natureza. Não deveriam comer a ave mãe (Dt. 22:6-7), assim haveria possibilidade de mais reprodução e perpetuação da espécie. Não deveriam destruir as árvores das cidades conquistadas (Dt. 20:19). Desta maneira, preservava-se o ambiente.

A base para a justiça social estava na redenção do Êxodo Dt. 15:15: “Lembrar-te-ás de que fostes servos na terra do Egito, e de que o Senhor teu Deus te remiu: pelo que hoje te ordeno”. Justiça social espelha o próprio caráter de Deus (Êx. 22:21-23; Dt. 16:20; Sl. 37:28; Pv. 21:3).¹⁸⁹

O exemplo de Israel como demonstração aos gentios do que estar sob o domínio divino, incluía cuidado dos estrangeiros. Isto seria na prática uma demonstração do que é conhecer a Deus ou não.

- Parte dos produtos dizimados deveriam atender as necessidades dos estrangeiros (Dt. 14:29);
- Não podiam abusar dos estrangeiros (Êx. 22:21, Dt. 24:14);
- Parte da produção deveria ficar no campo para ajuda dos necessitados e estrangeiros (Dt. 24:19-21). O livro de Rute nos dá um exemplo disto (Rt. 2:2-3, 17-18). Deveriam cuidar do estrangeiro necessitado e amá-lo, (Dt. 10:18-19);
- Justiça deveria também ser estendida ao estrangeiro (Êx. 23:9);
- A injustiça é totalmente condenada (Êx. 23:1-2).

¹⁸⁸ Infelizmente alguns juizes foram corruptos, inclusive os filhos de Samuel (1Sm. 8:3). No período da monarquia houve também desobediência aos termos da aliança, como o fez Salomão (1Re 4:1-19). Como resultado, o reino foi dividido (1Re 12). Jeosafá veio a restabelecer justiça depois (2Cr. 19:5-7).

¹⁸⁹ Os profetas mais tarde reforçaram o que havia sido revelado no Torá sobre justiça social. Não deveriam oprimir órfãos, viúvas e estrangeiros (Jr. 22:3). Neste sentido Jeremias estava em total concordância com o que havia sido revelado em Êx. 22:21-27; 23:1-3, 6-9. Jeremias condenou enriquecimento por meios injustos (Jr. 22:13). Ensinou que fazer justiça era conhecer a Deus (Jr. 22:16). Oséias ensinou que conhecer a Deus é estar desposado com Deus

Como o exemplo de Israel era revelacional às nações (Dt. 4: 5-8, 35). Os mandamentos mais importantes, amar a Deus sobre todas as coisas e a próximo como a si mesmo, os levaria a serem eficazes nesta tarefa, pois assim cumpriria-se toda a justiça (Dt. 6:5; Lv. 19:18; veja Mt. 22:34-40; Mc. 12:28-34; Lc. 10:25-37 e Tg. 2:8-9).

A tarefa de sacerdote às nações (Êx.19:5-6) portanto, dependia do exemplo de Israel. Esta porém, não se limitava a isso, pois proclamação do conhecimento de Deus deveria ser exercitada. Isaías, Daniel e Jonas nos dão base para tal afirmação. Israel contudo, isto não entendeu e nem foi voluntário. Sua proclamação foi forçada, como no caso de Jonas, ou esteve entre os gentios como Daniel e seus amigos, mas pela circunstância do exílio.

Com a intenção de entendermos como Israel também tinha um papel proclamativo, começamos por Isaías, nos capítulos 40-55, os quais se referem ao *Servo do Senhor*.

Quem é este servo e sua missão? De maneira resumida, podemos dizer que o Servo é tanto Israel, como o futuro Messias. As vezes as passagens tanto se referem à obra que Israel deveria realizar, como a que seria realizada pelo Messias.

Entre as passagens que demonstram Israel como o servo de Deus, temos: Is. 41: 8-9; 49:1-6. Contudo, Israel é um servo rebelde Is. 43:22, por isso, é digno de ser redimido Is. 43:1.

Apesar de seus problemas, Israel é luz para os gentios (Is. 49: 6), por isso, deveria ser mais ativo na propagação do conhecimento de Deus que possuía, Is. 49:6: “Sim, diz ele: pouco é o seres meu servo, para restaurares as tribos de Jacó, e tornares a trazer os remanescentes de Israel; também te dei como luz para os gentios, para seres a minha salvação até a extremidade da terra”. O verso 3 do mesmo capítulo, Is. 49, afirma que Israel é o servo do Senhor, por quem Deus seria glorificado: “E me disse: Tu és o meu servo, és Israel por quem hei de ser glorificado”. Caso Israel tivesse entendido isto, teria sido ativo e se envolvido na proclamação de seu conhecimento de Deus aos gentios. Em outra passagem, Israel foi claramente chamado para ser testemunha do Senhor às nações, Is. 43:9-10: “Todas as nações se congreguem, e os povos se reunam; quem dentre eles pode anunciar isto..., vós sois minhas testemunhas, diz o Senhor”. Além destes textos, temos: Is. 42:6-7, ali se reforça a idéia que o Servo deve levar conhecimento de Deus às nações: “Eu, o Senhor, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão, e te guardarei, e te

em justiça, juízo, benignidade, misericórdia e fidelidade (Os. 2:19-20). Isaías ensinou que o desejo de Deus, é que ajudemos os necessitados, e não os oprimamos (Is. 58:6-7).

farei mediador da aliança com o povo, e luz para os gentios; para abrires os olhos aos cegos, para tirares da prisão o cativo e do cárcere os que jazem em trevas”.

Israel como luz às nações portanto, tinha que ser testemunha do Senhor às nações. Isto não era somente presença piedosa entre as nações, mas anunciar ativo da verdade e conhecimento de Deus. No geral Israel não foi esta testemunha.

No entendimento do Novo Testamento, Is. 42 também se cumpria no Messias, Is. 42:1 e 4: “O meu escolhido, em quem minha alma se compraz: pus sobre ele meu Espírito, e ele promulgará o direito aos gentios..., “até que ponha na terra o direito; e as terras do mar aguardarão a sua doutrina”. É ungido por Deus para um ministério aos gentios, levando-lhes justiça, (Is. 42:1, 6-7). Is. 42:1-4 foi aplicado a Jesus em Mt. 12: 17-21).

Há outras passagens sobre o *Servo do Senhor* em Isaías, que se aplicam somente ao Messias. Ele é obediente (Is. 50:4-5).

Justiça messiânica vem pelo sofrimento do servo do Senhor Is. 50:6, 7, 9; 52:13-15; Is. 53, pois seria redentor pelo sofrimento, (Is. 53:3-6). Sua morte expia pecados (Is. 53:5-6; 10-12). No Novo Testamento, Jesus entendeu que este sofrimento do servo do Senhor, se cumpria nele Lc. 9:22; 17:25; 24:46. Os apóstolos assim o fizeram (Jo. 12:38; Mt. 8:17; 1Pe 2:24-25; At. 8:32-35; Lc. 22:37). Jesus é, portanto, o servo sofredor do Senhor.

Em Isaías portanto, vemos que tanto Israel deveria ter levado conhecimento de Deus por proclamação, assim como o Messias também faria. Não só por sua proclamação, mas também pelo benefício de sua morte expiatória (Is. 53).¹⁹⁰ Desta maneira, gentios poderiam pertencer a Deus, e a Ele serem submissos. O Messias por fim, enviaria seus servos às nações, como o fez em Mt. 28:18-20, cumprindo Is. 42:4 e Is. 66:18-23.¹⁹¹

¹⁹⁰ O conceito de Messias sofredor tem sido uma dificuldade para os judeus, pois há muitas passagens que falam dele como vitorioso. De fato ele o é, pois foi exaltado (Sl. 110:1; Is. 52:13), mas não sem antes se tornar por morte expiatória o redentor (Is. 53). A maneira com se deu a morte do Messias, através de morte maldita, por ter morrido pelo homem (Gl. 3:13; Dt. 21:23), coopera para que o Messias seja também pedra de tropeço (Is. 8:14-15; 1Pe 2:8). Um vez que os judeus não compreenderam pelas Escrituras os sofrimentos do Messias.

¹⁹¹ Segundo esta passagem, Deus ajuntará *todas as nações e línguas*, todos os povos. Então, *contemplarão a glória do Senhor*. Entre os que seriam ajuntados, pessoas de todos os povos, haveria um sinal do Senhor: Porei entre elas (as nações) um sinal, e *alguns dos que foram salvos enviarei às nações*, a Tarsis, Pul e Lude..., a Tubal e Javã, *até às terras do mar mais remotas, que jamais ouvirão falar de mim, nem virão a minha glória, eles anunciarão a minha glória*. Em outras palavras, de entre as nações salvas, Deus enviaria alguns a Pul (provavelmente um lugar perto da Etiópia, se for o mesmo lugar de Ez. 27:10, Pute), Tarsis (Espanha), outros para Tubal (nação da Ásia Menor), outros para Javã (Grécia) e outros às terras do mar mais remotas, para lugares que nunca *ouviram falar do Deus de Israel, e nem viram a sua glória*. Então, não só para lugares mais conhecidos, até mesmo para os mais remotos, seria anunciado a glória do Senhor, pelos escolhidos de entre as nações, os enviados do Senhor (seus missionários, Mt. 28:18-20).

Contudo, há somente dois exemplos por meio dos quais, vemos Israel entre os gentios, levando conhecimento de Deus. O fez por circunstâncias, forçado por Deus e não voluntariamente. Isto é visto em Jonas e em Daniel.

Em Jonas, Deus força seu profeta a obedecê-lo, pregando em Nínive. Isto fez por meio de uma tempestade e um grande peixe (Jn. 1:4, 12, 17). Jonas por meio destes eventos, arrependeu-se e foi reenviado (Jn. 3:1-2). Infelizmente porém, fez o trabalho esperando que os assírios viessem a ser destruídos. Torcia para que Deus não tivesse deles misericórdia (Jn. 4:1-2). Os assírios porém, se arrependeram e não foram destruídos (Jn. 3:10). Isto levou Jonas a desejar a própria morte (Jn. 4:3). Fez seu papal proclamativo, mas não com compaixão. Estava totalmente controlado por seus preconceitos. Podia ter compaixão de uma planta, mais não de homens feitos a imagem e semelhança do Criador (Jn. 4:6-11). A geração do tempo de Jonas, contudo, foi salva e julgará os judeus do tempo de Jesus. Jesus disse em Lc.11:29-30:

Esta é geração perversa! Pede um sinal; mas nenhum sinal lhe será dado, senão o de Jonas. Porque assim como Jonas foi sinal para os ninivitas, o Filho do homem o será para esta geração..., ninivitas se levantarão no juízo com esta geração, e a condenarão, porque se arrependeram com a pregação de Jonas. E eis aqui está quem é maior do que Jonas.

Em Daniel, temos um outro exemplo de Israel levando conhecimento de Deus, o qual permitiu que gentios viessem a pertencer a Deus, mas de novo, não fizeram esta obra voluntariamente, como sacerdotes (Êx. 19:5-6), mas forçados pela circunstância do exílio.

Daniel e seus amigos eram fiéis a Deus, e por isso por meio deles, gentios obtiveram conhecimento do Deus verdadeiro. Temos por meio destes quatro homens, exemplos de como Deus queria usar os judeus para abençoar as nações. Escolheram não se corromper com os alimentos que eram oferecidos ao ídolos (Dn. 1:8). Assim Deus os abençoou, dando-lhes sabedoria e inteligência (Dn. 1:20). A Daniel foi dada a capacidade de interpretar sonhos (Dn. 1:17).

A passagem também diz que de entre eles, alguns seriam tomados como *levitas e sacerdotes*. Sabemos que as cerimônias de culto eram somente celebradas pela membros da tribo de Levi. Agora Isaías 66:21, diz que de entre os gentios alguns seriam chamados para serem levitas e sacerdotes. De fato os gentios são chamados para levarem a glória do Senhor às nações (Mt. 28:18-20). Como membros do Corpo de Cristo, depois do sacrifício perfeito de Jesus (Hb. 7:11-27; 8:5, e 9:23-28), não precisam oferecer sacrifício de animais, mas oferecem sacrifícios espirituais (oração e louvor; 2Pe 2:5) a Deus. Como reino de sacerdotes, são chamados para *declararem as virtudes daquele que os chamou das trevas para a luz* (2Pe 2:9-10). E isto em todas as nações: *fazei discípulos de todas as nações*, até os lugares mais remotos.

O resultado deste trabalho missionário será: *toda a carne adorará perante o Senhor* (Is. 66:23).

O resultado de tanta consagração e santidade ao Senhor, foi a revelação do Deus de Israel aos gentios. Na passagem sobre o sonho de Nabucodonosor, somente Daniel foi capaz de contá-lo e dar sua interpretação (Dn. 2:19). O resultado foi o reconhecimento do rei, que só o Deus de Daniel era Deus: “Disse o rei a Daniel: Certamente, o vosso Deus é Deus dos deuses, e o Senhor dos reis”. Daniel foi engrandecido e se tornou governador de toda a província (Dn. 2:48).

Neste livro temos outros bons exemplos:

- Vemos em Daniel 3: 28-29, que o rei reconheceu que havia Deus, devido ao livramento dos amigos de Daniel da fornalha;
- Em Daniel 4, há o relato de mais uma interpretação de sonho por Daniel. Interpretou o sonho de Nabucodonosor, demonstrando que ele passaria por um período de insanidade, agindo como animal, por repreensão de seu pecado (Dn. 4:26-27). Desta forma, compreenderia que somente o Altíssimo tem domínio sobre todos os reinos dos homens (Dn. 4:25). O rei depois de restaurado glorificou a Deus como tal, Dn. 4:37: “Agora, pois, eu, Nabucodonosor, louvo, exalço e glorifico ao Rei do céu, porque todas as suas obras são verdadeiras, e os seus caminhos justos, e pode humilhar aos que andam na soberba”;
- O mesmo ocorreu com o Rei Dario em Dn. 6:25-28, após ter visto como Deus livrou Daniel da cova dos leões, o reconheceu como tal;

3.2.5 Como se dava na prática a incorporação do gentio ao reino de Deus

Uma vez que Israel pelo seu exemplo e proclamação deveria levar conhecimento de Deus às nações, resta nos pensar, em como poderia os estrangeiros pertencer ao povo da aliança, ao se submeterem ao domínio de Deus. Certamente que estrangeiros foram incorporados a Israel, vemos que Raabe e Rute foram integradas; Raabe (Js. 2:11; 6:25; Hb. 11:31); Rute (Rt. 1:16, Mt. 1:5). Similarmente as esposas de Moisés; a midianita (Êx. 18:6), e a etíope (Nu. 12:1). Assim como, Calebe e Otniel, que eram quenezeus (Js. 14:14; Jz. 3:9). Os quenezeus eram um braço dos edomitas, não descendentes de Jacó.

Se os estrangeiros se incorporavam a Israel, como se dava isto? Temos a resposta em Êx. 12:48, ali se explica que por meio da circuncisão, os estrangeiros poderiam ser incorporados a Israel. Nesta condição, eram como o natural da terra, obtendo assim a cidadania nacional (Êx 12:48). Concluimos portanto, que obter conhecimento de Deus por meio de Israel, e assim vir a fazer parte do povo da aliança, implicava em receber uma nova identidade. Passava-se ser judeu, mesmo que o fosse de origem gentílica.

A incorporação de estrangeiros a Israel era um movimento centrípeto, ou seja, as nações deveriam ir a Israel (1Re. 8: 41-43; Zc. 8:22; Êx. 12:48). Ao mesmo tempo era centrífugo, se Israel tivesse feito seu papel de proclamador, como nos mostrou Isaías.

Pertencer a Israel como judeu temente a Deus (Rm. 11:5, o remanescente), ou como gentio incorporado a nação (Êx. 12:48), igualmente temente, era o mesmo que pertencer ao reino de Deus, pois estavam assim submissos a Deus. Não que Israel fosse o reino. Deus reina sobre toda a terra e não se limita a uma nação. Como já dizemos nas ressalvas gerais, se não faz diretamente, o faz soberanamente. O reino então, não se limitava a Israel. Israel nem mesmo estaria no reino por ser Israel, mas somente pertencia a este, aqueles que tinham suas vidas sob o senhorio divino, demonstrado pela obediência aos seus mandamentos (Rm. 11:5).

3.2.6 Singulares exemplos de gentios sendo incorporados ao reino de Deus

O período monárquico de Davi e Salomão, consiste num bom momento, quando Israel levou aos gentios conhecimento de Deus. Nem tanto por sua proclamação, mas pela eficácia de seu exemplo. Infelizmente não durou tanto.

O pedido de Israel por um rei implicou na rejeição da teocracia (1Sm. 8:4-20). Todavia a monarquia, desde de que o rei tivesse seu coração segundo o de Deus, não era necessariamente má, como Davi (1Sm. 13:14; At. 13:22). Estava até mesmo prevista na lei (Dt. 17:14-15). Esta ajudou a entenderem a idéia de reino messiânico, ou divino a ser implantado (2Sm. 7:13-14). Monarquia exercida por meio de um rei santo, então, demonstraria o que é pertencer ao reino de Deus. Vemos isto, durante o reinado de Davi, pois neste, Deus era Senhor e não os falsos deuses, ligados a satanás (Sl. 106:37-38). O povo sob a influência de rei, servia a Deus.

O mesmo é verdade para o reinado de Salomão, em seu período inicial, quando este ainda não havia se envolvido com idolatria (1Re11:1-8). Naquela ocasião, havia paz (1 Re. 4:25), manifestação de sabedoria divina (1Re. 4:29, 34), a qual superava a sabedoria das nações (1Re 4:30-31), por isso de todos os povos vinha pessoas para ouvi-la (1Re. 4:34).

Israel assim atraía os estrangeiros para si, pois tanto Hirão, como a rainha de Sabá, puderam ver que havia Deus em Israel (1Re. 5:7; 10:9; 2 Cr. 9:23). Havia em Salomão uma consciência de que Deus deveria ser conhecido pelos povos da terra (1Re. 8:43, 60). Infelizmente depois, não houve temor de Deus, e Israel tornou-se assim ineficiente para levar conhecimento de Deus às nações, como servo do Senhor (1Re. 11). Desta maneira, os povos da terra não puderam

no geral, pela instrumentalidade de Israel, experimentarem o que era estar sob o senhorio de Deus.

O período monárquico e os demais do Israel antigo, não nos fornecem ilustrações abundantes de Israel como sacerdote do Senhor às nações (Êx 19:5-6). Há casos isolados, como a da viúva de Sarepta e do leproso Naamã, citado em Lc. 4:25-27. Assim como havia uma consciência em Ezequias, de que se Deus interviesse, livrando-o das ameaças de Senaqueribe, então, os povos saberiam que o Deus de Israel era Deus, 2Re 19: “Agora, pois, ó Senhor nosso Deus, livra-nos das suas mãos, para que todos os reinos da terra saibam que só tu és Deus”. Israel no geral não exerceu seu papel de sacerdote eficazmente, nem pelo exemplo e nem pelo proclamar.

3.2.7 A promessa do reino messiânico

Temos visto que havia a possibilidade do judeu e gentio no período do Velho Testamento, estarem em submissão a Deus, e não a satanás. De qualquer maneira, a obra não estava completa, pois no Velho Testamento tinha-se somente a sombra do perfeito (Hb. 10:1). Haveria ainda uma implantação do reino de Deus, mas por meio da vinda do perfeito, ou seja, a vinda do próprio Deus em carne (2Sm. 7:13-16; Is. 9:6-7; Jr. 23:5-6; Is. 7:14; Dn. 2:44 e 7:13-14). Como estas passagens citadas indicam, o Messias é divino. A vinda de seu reino então, é o mesmo que a vinda do reino de Deus. Com a vinda do Messias, não só Israel seria salvo (Is. 11:11-12), mas todas as nações (Is. 11:10). Desta maneira, se cumpriria a promessa de Deus a Abraão (Gn 12:3).

Temos várias passagens no Velho Testamento que tratam da futura vinda do reino do Messias, como nos Salmos messiânicos.

No Salmo 110 fica claro, que o Messias seria sacerdote na ordem de Melquisedeque. A lei de Moisés instruía que poderia ser sacerdote somente os da família de Arão (Êx. 28:1-2). Contudo, o sacerdócio da linha de Melquisedeque, somava as funções de sacerdócio e realeza (Sl. 110: 1-2). O Messias teria então, a mesma função de Israel, seria sacerdote. Mas sendo de uma ordem superior, seria rei sobre toda a terra, colocando todos os inimigos de Deus, debaixo de seus pés. Seu sacerdócio era assim universal. A divindade do Messias é vista neste Salmo em seu verso 1, pois ali uma Pessoa da divindade fala a outra: “Disse o Senhor ao meu Senhor; Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés”.

Nos Salmos 2 e 22, demonstram que o Messias seria rejeitado e sofreria, mas teria as nações por herança (Sl. 2:8): “Pede-me, e eu te darei as nações por herança, e as extremidades da

terra por tua possessão”. Esta herança será recebida conforme todas as famílias da terra se convertessem e se prostressem a ele Sl. 22:27: “Lembrar-se-ão do Senhor e *a ele se converterão os confins da terra; perante ele se prostrarão as famílias da terra*. Pois do Senhor é o reino, é ele quem governa as nações”. O Messias portanto, levaria salvação até os confins da terra, exercendo seu papel de rei do reino e sacerdote às nações.

Os Salmos messiânicos portanto, profetizaram que haveria no futuro, uma implantação do reino de Deus pelo Messias.

A vinda futura do reino de Deus, também foi enfatizado no livro de Daniel. Neste está revelado que o reino é universal, eterno e dominará sobre os demais reinos da terra (Dn. 2:44; 4:34; 6:26; 7:14). O reino de Deus é dado aos santos (Dn. 7:18, 27). Será implantado pelo Filho do homem (Dn. 7:13). Jesus usou inúmeras vezes este título messiânico para si, entendendo se tratar dele. Jesus anunciou a chegada deste reino. Concluimos que no pensar de Jesus, Ele era o implantador do reino de Deus.

Passemos portanto, a nosso próximo item, onde consideraremos a vinda do reino de Deus, pela manifestação do divino Messias (2Sm. 7:13-16; Is. 9:6-7; Jr. 23:5-6; Is. 7:14; Dn. 2:44 e 7:13-14).

3. 3 A possibilidade de pertencer ao reino no Novo Testamento

No Novo Testamento não temos Deus reinando mais do que já o fazia no Velho Testamento, pois tanto em um período como no outro, Deus pode ser servido ou não pelo homem. A grande diferença se dá no fato que as promessas de redenção e implantação do reino de Deus, pelo divino Messias, se cumpriram em Jesus. O homem pode agora estar debaixo do domínio divino, por meio de Jesus.

O assunto do reino de Deus no Novo Testamento, tem sua centralidade em Jesus, pois outrora prometido (2 Sm. 7:13-16; Is. 9:7-6; Dn. 2:44 e 7:13-14), manifestou-se com sua primeira vinda. Foi por ele, e seu precursor João Batista, proclamado (Mt. 3:2; 4:17; 10:7; Lc. 21:31). Expande-se pela obra missionária ordenada por Jesus a sua Igreja. Enquanto que a plenitude do reino ocorrerá, com a segunda sua vinda, (Ap. 11:15-17). A centralidade de Jesus só é possível, por ser Ele quem é e por sua obra redentora do homem, como prometido em Gn. 3:15; Gn. 12:3; Is. 49:6 e Is. 53.

Com a finalidade de entendermos o assunto do reino de Deus no Novo Testamento, consideraremos os seguintes itens. Primeiro, a vinda do reino com a encarnação de Jesus, por ser

quem Ele é. Em segundo lugar, a importância de sua redenção para que o homem pudesse voltar a estar sob o domínio de Deus, ou seja, no seu reino. Em terceiro lugar, a relação da Igreja com o reino. Em quarto lugar, consideraremos a plenitude futura do reino. Em quinto lugar, a expansão do reino de Deus pela obra missionária. Em sexto lugar, veremos se a Igreja substituiu Israel no Novo Testamento. Em sétimo lugar, a obra missionária só é realizada se superarmos nossos preconceitos. Em oitavo lugar, como ocorre a integração do gentio ao reino de Deus no Novo Testamento. Em nono lugar, o exemplo da Igreja quanto ao que é estar no reino de Deus.

3.3.1 A vinda do reino com a encarnação de Jesus

O reino de Deus chegou com a manifestação de Jesus, sua primeira vinda, pois Ele era Deus em carne, o verbo eterno (Jo. 1:1), que habitou entre nós (Jo. 1:14).¹⁹² Onde Ele estava, estava Deus, e onde Deus está, está seu reino, pois Ele não está sob o domínio de outrem, por isso podia dizer, “*arrependei porque é chegado o reino dos céus*”. Conhecer Jesus e aceitá-lo, é estar sob seu senhorio. Sendo isto, o mesmo que estar no reino de Deus, pois Ele é Deus. O reino de Deus portanto, é o mesmo que o reino de Cristo, Mt. 16:28,; Lc. 22:30; 23:42; Jo. 18:36; Ap. 17:14). Como Jesus é o Messias prometido (Sl. 45:7; Is. 61:1; Dn. 9:24; Lc. 4:18; At. 4:27; 10:38). A manifestação do reino de Deus por Ele, é o mesmo que o prometido reino do divino Messias (Is. 9:6-7; Jr. 23:5-6; 2 Sm. 7:13-14; Dn. 2:44 e 7:13-14). Como Deus é eterno, seu reino também o é, (Is. 9:7; Dn. 2:44; 7:13-14; Lc. 1:32-33; 2Pe. 1:11; Ap. 11:15).

3.3.2 O retorno do homem ao reino de Deus pela obra redentora de Jesus

Como o Messias, Jesus é o salvador de todos os povos (Jo. 3:16-17; Mt. 20:28; Lc. 19:10), e portanto, o redentor prometido de Gn. 3:15; Sl. 22 e Is. 53.¹⁹³ Como o salvador e redentor, Jesus reverte o processo da queda, e dá ao homem a possibilidade de estar novamente

¹⁹² Sua divindade foi atestada por Ele (Lc. 22:69-70; Jo. 10:30, 37, 38; 12:45; 14:7-10, 16:15). Pelos apóstolos (Mt. 16:16; Jo. 1:1-2; Rm. 1:4; Cl. 2:9; Rm. 9:5; Hb. 1:3) Sendo Deus era preexistente. (Mq. 5:2; Jo. 8:58; 17:5, 24; Hb. 7:3; Ap. 22:13). Jesus, porém, se fez carne (Lc. 1:31; Jo. 1:14; Rm. 8:3; Fl. 2:7; 1Jo. 4:2). Como fora predito que Deus se encarnaria (Is. 7:14; Is. 9:6, 7, Gn. 3:15; 12:3; Jr. 23:5-6). Sua encarnação tinha um propósito, morrer em sacrifício pelo homem. Seu sacrifício é santo e agradável a Deus, pois não tinha pecado (Hb. 7:26, 28; 1Jo. 3:5; 1Pe. 2:22; Hb. 4:15; 1Pe. 1:19). É expiatório (Mt. 26:28; At. 20:28; Rm. 5:9; Hb. 9:14; 1pe. 1:18-19; 1Jo. 1:7; Ap. 1:5; 7:14). Seu sacrifício não foi um plano mau sucedido, pois Jesus predisse seu próprio sofrimento (Mc. 8:31; Lc. 9:22; 12:50; 2:37; Jo. 3:14). Este foi voluntário (Jo. 10:17-18; 15:13; Gl. 1:4; Ef. 5:2; Ap. 1:5), para remir o homem (Is. 53:5; Gl. 3:13; Hb. 2:29; 1Pe. 2:9). Desta maneira, levou os pecados de muitos (Is. 53:12; Hb. 9:28; 1Pe. 2:24; 1Jo. 3:5). Uma vez que o sacrifício de Jesus salva, ele se torna assim o único intercessor e mediador entre Deus e os homens (Is. 59:16; Jo. 3:14, 15; Jo. 6:35; 6:67, 68; At. 4:12; 1Co. 3:11).

¹⁹³ Jesus é o redentor (Lc. 1:69; 2:30; Jo. 10:9; At. 4:12; Rm. 5:9). O homem para ser salvo tem que crer nele (Jo. 3:15, 16; 5:24; 11:25; 20:31; Rm. 10:9). Justificação é pela fé em Jesus (Hb. 2:4; Rm. 5:1; Gl. 3:6; Fl. 3:9).

sobre o domínio de Deus, transformando-o sua imagem (Rm. 8:29; 2Pe. 1:14; 1Jo. 3:2; 1Jo. 2:6).¹⁹⁴ O processo salvífico, devido a morte de Jesus pelo pecado do homem, foi atestado por Deus como aceito por sua ressurreição.¹⁹⁵ Jesus ao salvar o homem, o leva a estar novamente sobre o domínio divino, no reino de Deus.

O reino se manifestou com a vinda de Jesus, mas nem por isto se apropria deste automaticamente. Como o homem se separou de Deus voluntariamente com sua queda, é importante que voluntariamente volte-se para o reino de Deus. Contudo, há condições para isto, como humildade Mt. 5:3, amor expresso aos necessitados, Mt. 25:34-35, perseverança Lc. 9:62, passar por muitas tribulações At. 14:22, ter fé para herdá-lo, Tg. 2:5. Além destas, principalmente arrependimento de pecados. Jesus por isso dizia: “Arrependei-vos porque é chegado o reino dos céus”, (Mt. 4:17). Deus é santo, então não é possível entrar em seu reino sem arrependimento de pecados.

3.3.3 A relação da Igreja com o reino

Jesus não veio só trazer o cumprimento do messiânico reino prometido, mas também edificar sua Igreja (Mt. 16:18). Isto pode nos levar a confundir a Igreja com o reino de Deus, porém isto não é certo. Assim como Israel não era o reino, mas estaria no reino em condições ideais, casos todos os judeus servissem a Deus, mas nem por isso, seria todo o reino, uma vez que o reinado soberano de Deus, estende-se por toda a terra.

¹⁹⁴ Sendo isto, o mesmo que restaurar a imagem de Deus no homem, que com a queda foi manchada pelo pecado. Este processo de restauração da imagem divina no homem, pela reversão da queda, é o resultado prático do processo de santificação por meio do Espírito Santo (Ez.37:28; Rm. 8:1-17; 15:16).

¹⁹⁵ Sabemos que a morte é consequência de pecado (Gn. 3:3). Jesus que não tinha pecado, então, não precisava morrer (Hb. 7:26-28). Contudo, Ele morreu pelo pecado do homem (Jo. 12:23-24; Lc. 24:44-47). Foi uma morte voluntária (Jo. 10:17-18). Caso Jesus ao ter morrido, permanecesse morto como qualquer um outro, então ficaria comprovado que Ele era como qualquer outro pecador, mas se ressuscitasse, como havia previsto, então ficaria provado que não tinha pecado. É por isso que os grilhões da morte (At. 2:24), não podiam rete-lo. Ele ressuscitou, consistindo isto em uma prova de que sua morte como sacrifício pelo homem, fora aceita por Deus. Sendo isto verdade, então não é vã nossa fé, pregação e esperança, (1Co. 15:14, 17-18). Jesus venceu o pecado, a morte e diabo na cruz (Cl. 2:15; At. 2:24). Demonstrou isto pela ressurreição, por meio do poder de Deus manifesto na mesma (Ef. 1:20-22).

É verdade também caso Jesus não tivesse ressuscitado, que o Cristianismo não teria credibilidade, pois enquanto estava vivo, disse que ressuscitaria (Mt. 16:21; 20:19; 26:32; Mc. 9:9; Jo. 2:19-22, estando isto de acordo com as Escrituras, Sl. 16:10; At. 13:34-35). E se não tivesse ressuscitado, não haveria como restaurar a credibilidade da sua mensagem. A morte de Jesus para a salvação do homem, foi atestada como aceita por Deus por sua ressurreição. Os apóstolos, todavia, tiveram inicialmente dificuldades em crer que Jesus ressuscitaria (Mc. 9:10; Jo. 20:9), demoraram para crer quando ela se deu (Mt. 16:13; Lc. 24:9, 11, 37-38), porém, mais tarde a anunciaram (At. 1:22; 2:32; 3:15; 4:33), pois eram suas testemunhas (At. 25:19; 26:23).

Neste termos, o mesmo é verdade no Novo Testamento para a Igreja. Não é por que alguém é membro da Igreja, que automaticamente pertence ao reino sem as condições já mencionadas. Estas precisam ser observadas, do contrário, não se entra ou permanece no reino. Contudo, é verdade que Igreja pertence ao reino, pois é a comunidade que Jesus está formando na terra, (Mt. 16:18; 1Pe. 2:9-10). Está edificada sobre a rocha que é Ele. Estes o conheceram por fé, (Ef. 2:8; 3:6). Juntos formam o Corpo de Cristo na terra (Ef. 1:23; 5:30, 32). Seus membros reconhecem seu senhorio, (Mt. 16:16-17; Rm. 10:9-10). Uma vez que os membros da Igreja, reconhecem o senhorio de Jesus, esta pertence ao reino de Deus, pois Ele é Deus, o Senhor da Igreja. Contudo, o reino de Deus não se limita a Igreja. Deus reina sobre toda a terra (2Cr. 20:6; Sl. 59:13; 67:7; 68:31; 72:11; 103:19 e Dn. 4:25). A Igreja pertence ao reino, mas este não se limita a esta.

3.3.4 A plenitude futura do reino

As profecias falavam de um reino messiânico mundial Dn. 2:44; 7:14. Sabemos porém, que na primeira vinda de Jesus, Ele não estabeleceu um reino com esta proporção. Na ocasião, fora somente o Servo sofredor para remissão de pecado, por sua crucificação (Is. 53:12; Jo. 12:23, 24; Rm. 5:6; 1Co. 15:3; 2Co. 5:15; Ap. 5:9). Sua morte foi substitutiva, em lugar do pecador ((Is. 53:5; Gl. 3:13). Desta maneira, levou os pecados de muitos (Is. 53:12; Hb. 9:28; 1Pe. 2:24; 1Jo. 3:5). O reino messiânico mundial porém, se manifestará na segunda vinda de Jesus.

Na ocasião, o reino de Deus atingirá sua plenitude. Sendo assim, o reino que já havia chegado em Jesus, é também um evento futuro (Dn. 2:44; 7:14; Mc. 9:1; 1Co. 4:20; Ap. 11:17). Seu clímax se dá com a volta de Jesus, pois na nesta hora os reinos da terra se curvarão diante dele (Ap. 11:15). Nesta época, não haverá as primeiras coisas, pois já passaram, tais como a morte, luto, pranto e as lágrimas decorrentes das adversidades (Ap. 21:4). Ali na Nova Jerusalém estará a árvore da vida, novamente acessível. Suas folhas serão para a cura das nações, (Ap. 22:2). Vemos então, que as nações e as famílias da terra, que faziam parte do plano redentivo de Deus, (Gn. 3:15; Gn. 12:3), estarão para sempre com Ele. O Senhor reinará para sempre (Ap. 22:5). Apocalipse 21 e 22 revelam o fim daqueles que de todas as nações serão redimidos e salvos pelo sangue do cordeiro (Ap. 5:9-10; 7:9; 22:14). Estes gozarão a plenitude do reino de Deus. Nesta ocasião, a vontade de Deus estará sendo feita na terra, como já é feita no céu, (Mt. 6:10).

Quando dizemos que o reino de Deus terá sua plenitude, não queremos dizer com isto, que na sua soberania Deus, este não reine. Sim, Ele reina sobre a terra. Mas é verdade também, que Deus não possui a submissão de todos os homens da terra. Ele pode ser reconhecido como Senhor, por um número maior de pessoas. E se isto ocorre, é o mesmo que dizer que o reino está expandindo-se. Mas como é que o reino de Deus se expande?

3.3.5 A expansão do reino de Deus pela obra missionária

Vimos que o reino já veio, terá no futuro sua plenitude, mas enquanto isto, expande-se pela obra missionária, pois por meio desta, o homem pode passar a estar sob o senhorio de Deus. Em outras palavras, enquanto o reino não atinge sua plenitude, este se expande pela terra, e isto se dá por meio da obra missionária, como foi ensinado por Jesus.

A obra de proclamação da chegada do reino por Jesus, continua através de sua Igreja (Mc. 1:14; Lc. 4:43; 8:1; 9:2; 16:16; At. 8:12; 20:25; 28:23). Desta maneira, homens de todas as nações, inclusive os colossenses, que eram gentios, puderam ser transportados do império das trevas, *para o reino do Filho do seu amor* (Cl. 1:13). Tanto no entendimento de Jesus, como de seus discípulos, o reino de Deus havia chegado, e o homem podia participar deste.

Obra missionária que expande o reino, está ligada ao fato que o reino de Deus é universal (Mt. 24:14; 28:18-20; Mc. 13:10; 16:15; Lc. 24:47; At. 1:8). A universalidade do reino de Deus é claramente vista no ensino de Jesus.

A parábola do sal da terra e luz do mundo (Mt. 5:13-16), ilustram a dimensão universal do reino de Deus. Isto só acontecerá se os discípulos de Jesus, levarem seu ensino a sério, pois só eles possuem a luz que ilumina este mundo (Jo. 1:9).

A parábola da colheita (Mt. 9:37-38, veja também Jo. 4:35), deixa claro que Deus é o Senhor da colheita, mas é necessário ceifeiros, homens, que sejam levantados para o trabalho.

A parábola do semeador (Mt. 13:1-23), demonstra que haverá crescimento, mas com perda da maior parte das sementes. Contudo, a que vinga vem a frutificar em abundância.

A parábola do joio (Mt. 13:24-30), exemplifica que enquanto o reino de Deus está em atuação, um outro reino também está. Só haverá a separação no final. É na explicação desta parábola, que se esclarece a dimensão universal do reino de Deus (Mt. 13:36-43). O campo é *o mundo*. Quem semeia a boa semente é o Filho do Homem, mas o diabo semeia o joio.

Nas parábolas do grão de mostarda e do fermento (Mt. 13:31-33), temos o ensino de como o reino de Deus crescerá até ter sua plenitude mundial.

As parábolas do tesouro escondido e da pérola de grande valor (Mt. 13:44-45), ilustram o grande valor de se pertencer ao reino de Deus. Quando o encontramos, temos que tê-lo como prioridade. Deve ser prioritário o senhorio de Jesus sobre nossas vidas. Neste sentido, o reino e sua justiça deve ser buscado em primeiro lugar (Mt. 6:33). E para isto devemos usar todos os nossos talentos em prol deste (Mt. 25:14-30; Lc. 19:11-27).

O esforço missionário para salvar os gentios é visto nas parábolas do casamento (Lc. 14:7-14) e da ceia (Lc. 14:15-24; Mt. 22:1-14). Os servos do Senhor devem ir ao mundo para encontrar os necessitados, *pobres, coxos, cegos e oprimidos*, assim pessoas do oriente e do ocidente se assentarão a mesa com Abraão, Isaque e Jacó (Lc. 13:28-29; Mt. 8:11-12). Haverá entre os gentios, os que crerão como o centurião romano (Mt. 8:10).

Se o reino de Deus é universal, inclui-se nisto os gentios. Cumpre-se através da obra missionária então, as preditas conversões dos gentios (Gn. 3:15; Gn. 12:3; Gn. 22:18; Sl. 22:27; Sl. 86:9; Is. 9:1-2; 49:6; 60:3). Contudo, só se converterão conforme o evangelho do reino for anunciado em todo o mundo (Mt. 24:14). As parábolas de Lc. 15, ilustram o quanto Deus quer salvar o homem. Quer fazê-lo como o filho pródigo, e como a ovelha e a dracma, que estavam perdidas. Será que a salvação do perdido, e de pessoas de todas as nações, depende de missões? A passagem de Rm. 10:13-15 diz que sim:

Todo aquele que invocar o nome do Senhor, será salvo. Como, porém, invocarão aquele em que não creram? E como crerão naquele de quem nunca ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão se não forem enviados? Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!.

Já vimos que Apocalipse 21 e 22, retratam o fim daqueles que de todas as nações serão redimidos e salvos pelo sangue do cordeiro, (Ap. 5:9-10; 7:9; 22:14). Isto só será possível porém, se a Igreja for testemunha do Senhor, como muitos ao longo dos séculos o tem sido, apesar de pagarem o preço com suas próprias vidas, (Ap. 20:4; 12:11).

É triste mas Apocalipse 21 e 22, também mencionam que nem todos entrarão ou participarão da plenitude do reino de Deus (Ap. 21:8; 22:15). Só há uma maneira de revertermos este quadro, enquanto há tempo. Isto é, realizando a obra missionária, levando o Evangelho a todas as nações (Lc. 24:44-47). Pois Jesus é o único que pode dar vida, (Jo. 10: 10; Jo. 14:6 e Ap.

21:6). Ele foi morto e com seu sangue comprará pessoas de toda tribo, língua povo e nação, (Ap. 5:9-10).

O reino portanto, crescerá, mas isto depende de missões (Mt. 24:14; Rm. 10:13-15). Enquanto que sua plenitude se dará com a vinda do rei do reino de Deus, o próprio Senhor (Ap. 11:15-17).

Sendo a obra de missões tão importante para a obra de expansão do reino. Jesus não poderia ter deixado de ensiná-la nos Evangelhos, como nestes exemplos em Mateus¹⁹⁶:

- Jesus começou seu ministério na Galiléia dos gentios (Mt. 4:12-17), para se cumprir assim a palavra de Is. 9:1-2. Jesus era portanto, luz para os gentios também, ressoando nesta passagem a revelação de Is. 49:6;
- Jesus atende o pedido do centurião romano, e diz que não havia em Israel alguém que cria como ele (Mt. 8:5-11, 13);
- Mateus cita Is. 42:1-4, em Mt. 12:15-21, para ilustrar que tendo sido rejeitado pelo judeus, não contenderia e seria aceito pelos gentios;
- Jesus cura a filha da mulher siro-fenícia, mesmo que seus discípulos se opusessem a isto (Mt. 15:21-28);
- Muito significativo é a purificação do templo em Mt. 21:12-13. Nesta ocasião, Jesus citou Is. 56:7. Nesta percebe-se que Deus deve ser adorado e servido por todos os povos.

Muito significativo são as passagens de Mt. 8:11-12; 21:43 e 24:14, pois ensinam respectivamente, que os os gentios estarão na plenitude do Reino de Deus (Mt. 8:11-12). Este será tirado dos judeus e dado aos gentios (Mt. 21:43). Não somente isto, mas todas as nações ouvirão o Evangelho do Reino, para que possam ter sua chance de salvação, antes que venha o

¹⁹⁶ O mesmo ocorre em Marcos, Lucas e João. A fama de Jesus rapidamente se espalhou e atraiu a gentios também (Mc. 3:7-8); Jesus entrou em território gentio (Mc. 5:1-20); voltou a ministrar em território gentio (Mc. 7:24-25); Jesus não só atraía os gentios, como ia até eles; indignou-se devido ao mau uso do templo, que excluía a possibilidade dos gentios usá-lo, como sua *Casa de Oração* (Mc. 11:17); fica claro em Mc. 12:9, que os gentios seriam aceitos, pois a vinha lhes seria passada. Mas para isto, o evangelho precisaria ser pregado em todo o mundo (Mc. 13:10); um centurião romano, um gentio, reconheceu que Jesus era o Filho de Deus (Mc. 15:38-39). Há similares exemplos em Lucas, tais como: Jesus afirmou, após ser por eles rejeitado como o Messias, que os gentios o receberiam, como a viúva recebeu Elias como profeta, e Naamã a Eliseu (Lc. 4:25-27); na parábola do grande banquete (Lc. 14:15-24; Lc. 13:22-30, vemos que os gentios seriam inclusos no reino de Deus; menção da fé de um gentio, centurião romano (Lc. 7:9); a história do bom samaritano (Lc. 10:25-37); a história do samaritano leproso curado (Lc. 17:11-19); é ensinado claramente em Lucas, que salvação é para todas as nações (Lc. 13:29 e 24:44-47). Além destas passagens em Marcos e Lucas, o uso da palavra mundo nos escritos de João, atesta para o fato que Deus quer salvar o homem, levando-se de volta para o seu reino, pois salvação é para todo aquele que crê. Podemos ver isto nos seguintes textos (Jo. 1:9, 10, 29; 3:16, 17, 19; 4:42; 6:14, 33, 51; 8:12; 9:5; 11:27; 12:46-47; 17:21; 1 Jo. 2:2; 1 Jo. 4:9 e 1 Jo. 4:14). Além destas passagens em João, há outras no Novo Testamento que atestam que salvação é para todo o que crê em Jesus (Mc. 16:16; At. 16:31; Rm. 10:9; Ef. 2:8 e 1Pe. 1:5). Tanto para o judeu, como para o gentio, como fora profetizado em Gn. 3:15, Gn. 12:3; Is. 45:22; Is. 49:6; Is. 52:10.

fim (Mt. 24:14). Todas as nações portanto, terão sua possibilidade de retornarem para o senhorio divino.

É no contexto destas passagens, que temos que entender, o “ide e fazei discípulos de todas nações”, ordenado por Jesus em Mt. 28:19. Não faria sentido Jesus ordenar aos seus discípulos, que fossem às nações, se não tivesse Ele mesmo ministrado aos gentios.

Temos como o ápice do ensino missionário de Jesus, o qual é necessário ser praticado para a expansão do reino de Deus, as passagens denominadas de *Grande Comissão*, como Mt. 28:18-20; Mc. 16:15; Lc. 24:44-47; Jo. 20:21 e At 1: 8. Em Atos 1:6, os discípulos preocupavam-se com a manifestação futura do reino, mas Jesus queria que se preocupassem com a vinda do Espírito Santo, que os permitiria a ser testemunhas em todo o mundo (At. 1:8), pois esta é a maneira divina de trazer o homem de volta ao seu reino, até que este atinja sua plenitude.

Vemos que Jesus ensinou que a expansão do reino se dá pela obra missionária. Deus que assim incluir todos em seu reino.¹⁹⁷ Claro que se a Igreja está ativa em missões, estará assim em plena ação em seu papel proclamativo como instrumento de Deus.

Judeus e gentios serão salvos, conforme o Evangelho é anunciado pelos missionários e crido pelos ouvintes (Rm. 10:13-15). A Igreja não é só portanto, a comunidade que se reúne para adoração e edificação (At. 2:42; 20:7), mas deve estar ativa no trabalho de evangelização (At.

¹⁹⁷ Aparentemente há um desinteresse pelos gentios. Vemos em Mateus 15:24, que Jesus disse: “Não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel”. Mateus 10:5-6, parece substanciar a idéia que Jesus não tinha interesse nos gentios: “Não tomeis rumo aos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos”. Poderíamos concluir baseado nestas passagens, que Jesus não se interessava pelos gentios. Contudo, precisamos considerar estas passagens em seus contextos e à luz do que Jesus ensinou sobre as nações.

É importante notar que há uma ordem no processo de anunciar a salvação ao mundo. Como Messias de Israel, Jesus foi enviado a Israel, como prometido no Velho Testamento. Nas palavras de Paulo: “O evangelho... é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego”. Primeiro, o evangelho deveria ser anunciado aos judeus (Mt. 10:5-6; Rm. 1:16).

Contudo, como Messias de Israel, Jesus tinha também uma missão aos gentios (Is. 49:6). Se primeiro o Evangelho deveria ser anunciado aos judeus, quando seria anunciado aos gentios? A resposta é simples. Segundo o ensino de Jesus, o Evangelho deveria ser anunciado aos gentios após sua morte e ressurreição. Foi após estes fatos que Ele deu a Igreja a Grande Comissão. Por quê, então, anunciar a morte de Jesus após estes fatos? Enquanto Jesus estava na terra, era o salvador do mundo, mas ainda não havia morrido pelo homem, nem havia ressuscitado dos mortos e nem enviado o Espírito Santo para capacitar a Igreja. Então, não era hora de ser anunciado aos gentios, pois sua obra de expiação do pecado do homem ainda não havia sido realizada. Era importante, que se concentrasse em Israel. Desta maneira, cumpriam-se as profecias messiânicas, inclusive as que se referiam à sua rejeição como Messias, e a sua morte para perdão de pecados (Is. 53; Sl. 22). Depois de sua morte expiatória, o Evangelho teria que ser anunciado a todo mundo (Mt. 28:18-20; Lc. 24:44-47).

Jesus não recusou os gentios. Deixou claro à mulher cananéia que havia uma ordem de prioridade, primeiro, o judeu (Mt. 15:24; veja também Rm. 1:16). Contudo, atendeu esta mulher gentia e fez menção da sua fé (Mt. 15:28). Vemos que Mt. 15:24 e 10:5-6; não ensinam que Jesus não se interessava pelos gentios. Na ocasião, só estava seguido a ordem de prioridade (Rm. 1:16).

5:28, 42; 8:4, Jo. 20:21 e At. 13-14). Esta precisa levar a salvação de Jesus a todas as nações (Rm. 1:5; 16:26; Mt. 28:20; Jo. 17:18; 20:21).

3.3.6 Será que a Igreja substitui Israel no Novo Testamento?

Parece que a resposta a pergunta é sim e não. Sim, pois o Messias de Israel ordenou a sua Igreja a ir e fazer discípulos de todas as nações (Mt. 28:18-20; At. 1:8). Não, pois a base e origem da Igreja é judaica. Dos judeus vem as Escrituras, o Messias, os apóstolos e a salvação (Jo. 4:22). Foi através do trabalho evangelístico dos judeus, visto no livro de Atos, que o Igreja foi formada.¹⁹⁸ A origem da Igreja é judaica, e isto em si, não nos permite afirmar que Israel tenha falhado. Em outras palavras, a igreja recebe o mandamento de evangelizar as nações (Mt. 28:18-20). Não que Israel perde seu propósito, mas o tem realizado por meio da Igreja, pois esta é formada por judeus e gentios. Estes formam agora um só corpo, um só povo, uma só família, um só templo (Ef. 2:11-22; 3:9; Gl. 3:28). Nesta condição, juntos devem evangelizar o mundo. Não podemos dizer então, que Deus ignorará a atuação de Israel em evangelização mundial, pois o faz por meio do elemento judaico da Igreja.

3.3.7 A obra missionária só é realizada se superarmos nosso preconceitos

Mesmo que o reino de Deus expanda-se pela obra missionária, o mesmo não ocorrerá, se não superarmos nossos preconceitos, como foi no caso de Pedro. Este foi ensinado por Jesus, mas se não houvesse insistência do Espírito Santo, não teria realizado a obra de missões, e não teria levado para o reino de Deus, Cornélio e sua família. Abordaremos At. 10:34-35 e seu contexto, como At. 11:17-18 e 15:7-8. Nisto perceberemos como Pedro se superou, e foi ativo em missões.

Não há dúvida de que Pedro precisou transpor grandes barreiras culturais antes de evangelizar os gentios. Ele, mesmo depois de ter andado com Jesus, tinha sérias dificuldades em relacionar-se com estrangeiros, devido à sua formação religiosa judaica. Os judeus consideravam impuro todo o que não se submetesse à lei mosaica, inclusive as leis dietárias, como a questão da carne de porco, do sangue e outros pontos. Pedro disse: “Vós bem sabeis que é proibido a um judeu ajuntar-se ou mesmo aproximar-se a alguém de *outra raça*” (At. 10:28). Vemos que Pedro dificilmente seria um missionário transcultural. Contudo, veio a compreender, após Deus ter-lhe

¹⁹⁸ A base da Igreja é seu salvador judeu (Ef. 2:20; 1Co. 3:11; Ef. 5:23; 4:15-16), que morreu pela Igreja (Ef. 5:25). Não é só o fundamento desta, mas sua cabeça também (Ef. 1:22), por isso, a igreja é seu Corpo (Ef. 2:2-3; 2:16, 19; 3:6; 4:4, 12, 16; 5:23, 30). Seus apóstolos são judeus (Ef. 2:20). A Igreja é a comunidade dos salvos em Jesus, daqueles que se tornaram filhos de Abraão pela fé (Gl. 3:26-29). Como Abraão, os gentios foram justificado pela fé,

mostrado que “a nenhum homem devia considerar comum ou impuro”(At. 10:28). Esta mudança de atitude de Pedro era necessária, do contrário jamais cumpriria o *ide de Jesus* (Mt. 28:18-20).

Com sua atitude mudada, podia agora reconhecer que Deus não faz acepção de raças ou de pessoas. Pedro disse: “Reconheço por verdade que Deus não faz acepção de pessoas; pelo contrário, em *qualquer nação*, aquele que o teme e faz o que é justo lhe é aceitável” (At. 10:34-35). Percebemos então, que aquilo que o ensino de Jesus sobre as nações ainda não havia feito por Pedro, a visão dos animais impuros dada pelo Espírito Santo o fez (At. 10:9-16). Pedro liberto de seu preconceito pregou para Cornélio e familiares (At. 10:24; 10:36).¹⁹⁹ O resumo do que Pedro declarou para Cornélio e seus familiares é este: somos testemunhas dos feitos, morte e ressurreição de Jesus; sabemos que tudo isto ocorreu em cumprimento das Escrituras; Ele é o juiz de vivos e mortos; quem crê nele tem seus pecados perdoados.

Certamente creram e receberam Jesus em seus corações, pois Deus que conhece o homem e seu interior, imediatamente lhes concedeu o Espírito Santo (At. 10:44). Os judeus amigos de Pedro se admiravam de que Deus concedesse a gentios o Espírito Santo (At. 10:45). Pedro percebeu que não podia neste caso, recusar-lhes o batismo (At. 10:46-48).²⁰⁰ Os gentios foram assim incorporados a Igreja, mediante a resoluta atitude de Pedro. Aliás não podia ser diferente, pois Deus provou que os aceitava ao dar-lhes o Espírito Santo, mas para isto, aprendeu a não se

assim como os judeus (Gn. 15:6; Gl. 3:6-14). Abraão, o pai dos judeus, é o modelo de que a justificação da Igreja é pela fé.

¹⁹⁹ O sermão dele foi claro: Jesus é o Senhor (At. 10:36); Ele era ungido de Deus, fazia milagres e sinais (At. 10:38); Ele foi crucificado e morto (At. 10:39); Deus o ressuscitou (At. 10:40); Pedro e os demais que com Ele conviveram, foram testemunhas de seus feitos, morte e ressurreição (At. 10:39, 41); Ele os mandou pregar ao povo que é o juiz de vivos e mortos (At. 10:42); Ele tem o testemunho de todos os profetas (At. 10:43); e quem nele crê recebe remissão de pecados (At. 10:43).

²⁰⁰ O batismo de Cornélio e família causou alvoroço, pois gentios estavam sendo incorporados à Igreja. O que fazer com eles? Deveriam ser circuncidados e tornarem-se judeus? Será que era necessário aos gentios para servirem a Deus, tendo se convertido a Jesus, também se converterem a padrões religiosos e culturais judaicos? Judeus cristãos em Jerusalém estavam chocados, por ter Pedro entrado em casa de gentios (At. 11:3). Ele precisou se explicar e o fez historiando tudo o que havia ocorrido. Sua conclusão foi simples: Se Deus aceitou os gentios ao crerem, e sabemos isto por que lhes concedeu o Espírito Santo, quem somos nós para resistir a Deus? (At. 11:17). Assim Pedro argumentou que os gentios eram aceitos por Deus, tendo por base a fé em Jesus, (At. 10:43; 11:17; 15:7-11). Em outras palavras, para que por sobre os gentios exigências que Deus não fez? (At.11:17). Seus ouvintes glorificaram a Deus, dizendo: “Logo, também aos gentios foi por Deus concedido o arrependimento para vida” (At. 11:17).

As mesmas idéias expressas por Pedro em At. 11:17, são vistas em At. 15:7-11. O entendimento e experiência dele com o Espírito Santo, no caso da conversão de Cornélio e seus familiares, deu base para se expressar no Concílio em Jerusalém. Estava claro para Pedro, que tanto judeus como gentios, são justificados pela graça mediante fé em Jesus (At. 15:7-11).

Pedro teve papel chave no entendimento de que os gentios eram salvos pela fé em Jesus. Nada mais deveria ser colocado sobre eles. Não precisavam tornarem-se judeus para serem salvos, o que no Velho Testamento era necessário (Êx. 12:48).

deixar levar pelo seu preconceito contra os estrangeiros, e isto ocorreu com a atuação do Espírito Santo (At. 10:28).

3.3.8 Como ocorre a integração do gentio ao reino de Deus no Novo Testamento?

No Velho Testamento havia um processo de judeização do gentio, ao obter conhecimento de Deus por meio de Israel (Êx. 12:48). Por outro lado, no Novo Testamento conforme a Igreja leva conhecimento de Deus às nações, não se anula a identidade gentílica (At. 15). As diferenças raciais, sociais e sexuais no Novo Testamento, não faz com que uns sejam mais importantes que os outros. Todos em Cristo são um, descendentes de Abraão e herdeiros das promessas, (Gl. 3:28-29).

3.3.9 O exemplo da Igreja quanto ao que é estar no reino de Deus

Deus não deseja que a Igreja somente proclame o reino, mas que também seja exemplo do que é estar nele. Assim como Israel deveria ser exemplo no Velho Testamento. O exemplo da Igreja pode ser visto, conforme esta demonstra os sinais do reino, como o fez Jesus. Como no reino de Deus não há doenças e domínio de demônios. Jesus ao anunciar a chegada do reino, fez com sinais de cura e libertação, (Mt. 8:17; Mc. 3:11; Lc. 5:17; Lc.11:20). Expulsar demônios então, era a prova da chegada do reino de Deus, Mt. 12:28: “Mas, se eu expulso os demônios pelo Espírito Santo de Deus, logo é chegado a vós o reino de Deus”.

Nos sinais do reino demonstrados por Jesus, incluía-se cuidado ao próximo no alimentá-lo (Jo. 6:1-13). Não somente demonstrou isto, mas também ensinou que o julgamento terá por base, o que o homem fez em relação ao próximo. Isto revela se seus servos, o realmente o são (Mt. 25:31-46). Não há no ensino de Jesus a possibilidade de proclamação destituída do exemplo, do que é tê-lo como Senhor, e estar no seu reino.

Segunda esta perspectiva, vemos os discípulos de Jesus anunciaram o reino de Deus (Mc. 1:14; Lc. 4:43; 8:1; 9:2; 16:16; At. 1:3; 8:12; 20:25; 28:23), tendo o confirmado com os sinais (Mc. 16:17, 20). Vemos isto também pelas várias curas e libertações de demônios do livro de Atos. O exemplo da Igreja contudo, não se limitou somente a estes dois sinais, o fez também pelo seu cuidado ao próximo. A dimensão social do reino demonstrada pela Igreja, a semelhança de Israel, é vista pelo amor ao próximo, expresso no seu cuidado ((Mt. 22:34-40; Mc. 12:28-34; Lc. 10:25-37; Tg. 2:8-9; Dt. 6:5; Lv. 19:18). Ao se amar o próximo, cumpre-se toda justiça, e se pratica a verdadeira religião, a qual é revelado no cuidado dos órfãos e viúvas (Tg. 1:27). Neste sentido, Tiago tinha o entendimento de que o compromisso com Deus, seu senhorio em nossas

vidas, é visto em nossas boas obras. Estas são para ele o mesmo que ações práticas, como dar roupa e alimento ao necessitado (Tg. 2:15). Não diferente do que temos sido ensinados por Jesus em Mt. 25: 31-46 e demonstrado por Ele em Jo. 6. Desta mesma maneira, vemos a Igreja demonstrando os sinais do reino, no cuidado das viúvas em At. 6, na oferta para os irmãos em necessidade da Judéia, (Rm. 15:26; At. 24:17 e 1 Co. 16:1-4), e no repartir de seus bens com os mais necessitados (At. 4:34-35). A Igreja portanto, não só proclamou mais demonstrou por seu exemplo, o que é estar no reino de Deus.

3.3.10 Considerando a possibilidade bíblica do reino ser tomado a força

Em nossa consideração do assunto até o momento, não mencionamos o uso de violência como instrumento de implantação do reino de Deus, em termos bíblicos. Contudo, é inegável que há mensagens de violência no Velho Testamento. Estas poderiam ser entendidas como incentivos a esta prática por diversos propósitos, até mesmo na implantação do reino de Deus. Segundo Eliane Moura da Silva, professora de religiões na Unicamp: “Tanto a Bíblia quanto o Alcorão têm trechos de violência. Maomé era um guerreiro e um estadista em defesa de sua fé, mas não há como negar que personagens do Antigo Testamento, como Josué, líder dos judeus na conquista da Terra Prometida, também eram.”²⁰¹

A convicção de Eliane M. da Silva não é tão incomum. Robert Wright no artigo, *Quem Vai Ceder No Fim Será a Religião Reacionária*, disse que não faz sentido ir à cata de versos do Alcorão incendiários para entender o atentado de 11 de setembro, mesmo que o fundamentalismo islâmico esteja envolvido nisto. Segundo seu entendimento, o problema está mais nas pessoas do que nos textos propriamente. Sugere caso Osama Bin Laden fosse cristão, que este justificaria sua violência, utilizando-se da passagem na qual vemos Jesus purificando o templo. E se por outro lado, segundo Wright, Bin Laden não quisesse destruir o World Trade Center, basearia-se no Sermão da Montanha.²⁰² Neste sentido, Wright concorda com Seth Stevenson, que ao escrever para a revista eletrônica *Slate*, citou a passagem de Dt. 20:10-18, como exemplo de que a Bíblia não está isenta de textos beligerantes.²⁰³ A passagem diz o seguinte.

Quando de aproximares e alguma cidade para pelejar contra ela, oferecer-lhe-ás a paz. Se a sua resposta é de paz, e te abrir as portas, todo o povo que nela se achar, será sujeito a trabalhos forçados e te servirá. Porém, se

²⁰¹ Burgierman, D. R.; Vergara, R.; Cavalcante, R.; *A Palavra de Deus*. Revista Super Interessante. Brasil, Editora Abril. Edição 170.-Novembro de 2001, p. 40.

²⁰² Wright, R. Revista Veja. Ano 34, no. 51. Brasil. Editora Abril, 26 de Dezembro de 2001, p. 107.

²⁰³ Ibid., p. 107.

ela não fizer a paz contigo, mas te fizer guerra, então a sitiárá. E o Senhor teu Deus a dará na tua mão; e todos os de sexo masculino que houver nela passará ao fio da espada; mas as mulheres, as crianças, e os animais, e tudo o que houver na cidade, todo o seu despojo, tomarás para ti; e desfrutarás o despojo dos teus inimigos, que te deu o Senhor teu Deus. Assim farás a todas as cidades que estiverem mui longe de ti, que não forem da cidades destes povos. Porém das cidades destas nações que o Senhor teu Deus te dá em herança, não deixarás com vida tudo o que tem fôlego. Antes, como te ordenou o Senhor teu Deus, destruí-las-ás totalmente: aos heteus, aos amorreus, aos cananeus, aos ferezeus, aos heveus, e aos jebuseus, para que não vos ensinem a fazer segundo todas as suas abominações, que fizeram a seus deuses, pois pecaríeis contra o Senhor vosso Deus.

A conclusão que Wright chega portanto, afirma não haver distinção entre o Alcorão e a Bíblia, pois em ambos livros há passagens beligerantes. E entre seus seguidores, haverá sempre os que farão uso destas para justificarem suas violências. Certamente que isto é uma possibilidade, por isso, temos diante de nós o desafio de definirmos se é certo ou não, em termos bíblicos, usarmos de violência na implantação do reino de Deus. Ou usá-la para qualquer outro propósito, pois isto influenciará nossa prática cristã.

Este tipo de argumentação, vindo nas Escrituras a possibilidade bíblica de estarmos envolvidos em atos de violência, não se limita ao Velho Testamento. Hayek está convencido que mesmo Jesus estaria disposto a se envolver em luta armada. Ao comentar a Surata 8:67 disse.

A destruição e a matança, conquanto repugnantes a uma alma meiga como a de Mohammad, eram inevitáveis, quando o mal tentava sobrepujar o bem. Até Jesus, cuja missão era mais limitada (somente para Israel na perspectiva islâmica), teve de dizer: “Não julgueis que vim trazer paz à terra. Não vim trazer-lhes a paz, mas espada: (Mt. 10:34).²⁰⁴ Parêntesis acrescentado por mim.

Ahmed Deedat desenvolve um pouco este tipo de argumentação islâmica no livro, *Crucifixion or Cruci-fiction*. Em seu entendimento, uma vez que Jesus estava consciente que Judas o trairia (Jo. 13:27), não ficaria parado sem fazer nada. Deedat está convencido que Jesus se preparou para jihad, ao dizer aos discípulos, que se não tivessem uma espada, deveriam vender sua capa comprar uma (Lc. 22:35-36).²⁰⁵ Segundo ele, Jesus estaria na ocasião como um bom

²⁰⁴ Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994, p. 213.

²⁰⁵ Deedat, A. *Crucifixion or Cruci-fiction*. RSA, Islamic Propagation Centre Internacional. 1984, p. 12

general, modificando sua estratégia, pois de fato havia ensinado a oferecerem a outra face e perdoarem setenta vezes sete. Mas com a mudança na situação, iminente prisão, precisava agora mudar sua estratégia.²⁰⁶ Sendo assim, segundo Deedat, Jesus vai a luta, e o fez com duas espadas (Lc. 22:38), pois não esperava um conflito com soldados romanos, mas com os guardas do templo.²⁰⁷ Infelizmente, Jesus foi preso, e nem mesmo lutou. Deedat entende que Ele foi pego de surpresa, uma vez que havia mais soldados do que antecipava. Nesta hora, mais uma vez como um bom general, mudou novamente a estratégia. Já que não podia vencer, repreendeu o discípulo que usou a espada, dizendo : “Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada, à espada perecerão”, (Mt. 26:52).²⁰⁸

Deedat convence-se de sua posição também por meio de textos como (Mt. 10:34, já citado por Hayek), e por Lc. 19:27: “executai-os em minha presença”.²⁰⁹

Wright sugere então, que depende mais da pessoa do que propriamente dos textos, uma vez que há tanto na Bíblia, como no Alcorão, textos beligerantes. Hayek e Deedat, pensam que Jesus incentivou a violência. No caso deste último, Jesus teria até mesmo se preparado para jihad, mais fracassou, uma vez que não esperava tantos soldados romanos, e sim, um número bem menor de guardas do templo. É interessante vermos muçulmanos usando a Bíblia, pois estão convictos que este livro está corrompido. Para um livro nesta condição, parece haver muita verdade neste, pois o usavam constante. Contudo, o fazem para denegri-lo, ou para alterarem o significado dos textos, evitando o uso de uma boa exegese.

Temos diante de nós então, a possibilidade pela influência de textos beligerantes, de fazermos uso de violência, como destacado por Wright. Ou estarmos em envolvidos em jihad, seguindo o exemplo de Jesus, como sugerido por Deedat e Hayek. Claro que uma outra opção é discordarmos disto tudo, por meio de uma correta interpretação dos textos. Neste caso, concluiremos que não podemos fazer uso de violência como expressão da fé cristã, em hipótese alguma, nem mesmo com o propósito de termos o reino de Deus implantado na terra.

Começamos com o fato que Israel no Velho Testamento esteve envolvidos em guerras. Será que estas nos dão base hoje para justificar alguma expressão violenta da fé cristã? Certamente que não. Antes de propriamente considerarmos o assunto das guerras, temos que

²⁰⁶ Ibid., p. 12.

²⁰⁷ Ibid., p. 12-13.

²⁰⁸ Ibid., p. 20.

²⁰⁹ Ibid., p. 20.

colocá-las no contexto dos julgamentos divinos. Temos que lembrar que Deus é longânimo (Is. 48:9; Rm. 9:22; 1 Pe. 3:20; 2 Pe. 3:9). Ele é tardio portanto, em irar-se e julgar, pois espera e trabalha para o arrependimento do homem. Infelizmente, o homem as vezes chega a um grau de corrupção tal, que a única opção é a destruição deste. Já vimos isto com detalhes, ao considerarmos o assunto da aliança Noaica. Na ocasião, o homem era tão corrupto (Gn. 6), que Deus o julgou com o dilúvio (Gn. 7). Esta não era uma medida normal, mas extrema, devido ao grau de corrupção da humanidade. Vimos também que Deus prometera não enviar mais dilúvio (Gn. 9:9-13). Seu próximo passo na história em termos de julgamento, foi espalhar o homem confundindo sua língua (Gn. 11).

Uma vez que Deus não usaria mais dilúvio como julgamento, e já havia espalhado o homem pela terra, o que Deus usaria como instrumento de julgamento a partir daí? Vemos que Deus usou guerras de extermínio, quando julgou ser necessário eliminar uma nação, devido ao seu elevadíssimo grau de corrupção. Foi isto que deveria ter ocorrido com as nações de Canaã, pois deveriam ser totalmente destruídas (Dt. 20:16-18). Apesar que na prática não o foram, pois Israel não obedeceu e fez alianças com os povos da terra (Jz. 2:1-4). Vemos que para este tipo de julgamento, houve um mandamento específico da parte de Deus. Este só foi dado, após uma longa espera de quatrocentos anos, de Abraão a Josué, até que se completasse a medida de iniquidade dos amorreus (Gn. 15:16). Isto nos mostra a longevidade da misericórdia divina. Deus por fim, entendeu que deveriam ser destruídos. Queria fazê-lo por meio de Israel. Entre as abominações daqueles povos, incluía queimar vivos seus próprios filhos (Dt. 18:9-14).

Além destas guerras contra Canaã, temos somente mais dois casos em que guerras foram ordenadas a Israel, também como julgamentos divinos. Guerra contra os amalequitas (Êx. 17:8; 1 Sm. 15:1-3) e contra os midianitas (Num. 31:1-2). Contudo, não podemos em hipótese alguma, baseado nestas ordens de guerra, deduzirmos que ações violentas fazem parte do modelo cristão de vida. Estas consistem em momentos únicos de Deus, na história de seus julgamentos, assim como foi o dilúvio. Se na história Deus ainda continua usando guerras como julgamento, o faz soberanamente (Is. 9:11-12; 10:5-6; 13:5; 42:25; 45:1-7; Jz. 5:8), sem que seu povo tenha que estar ativamente envolvido nestas. Se estes participam de guerras hoje, o fazem como cidadãos de um país em auto defesa, e não como principio espiritual de vida. Estas são guerras de nação contra nação, e não instigadas por uma expressão da fé cristã, alheia as Escrituras. E talvez, sejam

em alguns casos até mesmo julgamentos divinos, mas não tem como o sabemos agora. O faremos na eternidade com Deus.

As demais guerras de Israel, se deram no contexto de que como nação tinha o direito de defesa própria. Caso algum rei ou juiz esteve envolvido em guerra de agressão, o fez erradamente. Não há nas Escrituras o mandamento para serem violentos e matarem, o contrário porém, é verdade (Êx. 20:13). Não está tão claro se todas as guerras de Davi foram em defesa própria, ou de agressão, (2 Sm. 8). Deus contudo, não permitiu que construísse o templo por causa de suas muitas guerras (1 Re. 5:3). Não há portanto, uma aprovação total dos envoltimentos bélicos de Davi.

Claro que no contexto de guerras como parte da vida, Deus deu ao seu povo instruções sobre a mesma (Dt. 20:10-15), como mencionado por Wright. O alvo principal é não haver guerra oferecendo a paz, mas caso não houvesse esta possibilidade, deveriam lutar então, até que exterminassem os homens. Não que isto fosse um mandamento para saírem em conquista do mundo, mas instruções para os momentos da história, que estariam envolvidos em guerra. Esta deveria ser evitada a todo custo, oferecendo a paz, mas caso realmente não tivessem opção, a única solução era luta até a derrota do exército inimigo. Inferir de Dt. 20:10-15, permissão para uma expressão violenta da fé cristã, é não entender qual era o propósito da passagem para o Israel antigo, como nação.

O uso de Mt. 10:34 por Hayek e Deedat: “Não julgueis que vim trazer paz à terra. Não vim trazer-lhes a paz, mas espada”, (Mt. 10:34), não faz sentido, pois o texto está fora de seu contexto. A espada palavra ali, não se refere a luta armada, mas ao fato que a fé em Jesus, separa ou divide, até mesmo membros familiares. Esta divisão se faz entre os que crêem e os que não crêem. As vezes os que não crêem se ofendem tanto, que há um isolamento, ou até mesmo alguma forma de inimizade, em relação ao que crêem. Veja isto: “Não penseis que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois vim causar divisão entre o homem e seu pai; entre a filha e sua mãe e entre a nora e sua sogra. Assim os inimigos do homem serão os da sua própria casa”, (Mt. 10:34-36).” No texto a expressão, *pois vim causar divisão*, é a conclusão lógica do sentido no qual Jesus usa a palavra espada. Poderíamos estar errados, mas a mesma passagem em Lucas não nos deixa errar: “Supondes que vim para dar paz à terra? Não, ei vo-lo afirmo, antes, divisão.”, (Lc. 12:51). Está claro que o uso da palavra espada no ensino de Jesus, nestas passagens, não está relacionado ao incentivo da violência, mas no sentido de divisão, entre os que

crêem e os que não crêem. Neste sentido, não estarão em paz. Mas é certo que nas Escrituras, Jesus veio para que tenhamos paz com Deus e com inimigos, conforme por meio dele nos encontramos com Deus (Ef. 2:14, 17).

Poderíamos até mesmo concordar com as colocações de Deedat. Caso ele pudesse nos mostrar sua licença para alterar as palavras de Jesus. Não podemos com a alegação de que Jesus era um grande general, afirmar que Ele mudava aqui e ali seu ensino. Jesus disse no final do sermão da montanha; onde ensinara que o homem deveria não ser violento e vingativo, oferecendo a outra face, (Mt. 5:39); que o prudente é “todo aquele que ouve estas minhas palavras e as pratica”, (Mt. 7:24). Após sua ressurreição, ordenou a seus discípulos que fizessem outros seguidores, “ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado”, (Mt. 28:20). Não temos no ensino de Jesus portanto, permissão para mudá-lo. E isto não o fazemos para justificar violência, e nem mesmo para justificar uma boa ação. Ao obedecermos Jesus, seremos os campeões das boas ações.

Além disto, o raciocínio de Deedat é duplamente ilógico. Se por um momento imaginarmos Jesus se organizando para uma batalha, e neste contexto, pedisse que comprassem espadas. Será que se contentaria somente com duas? E se estava contente, porque então pediu que vendessem a capa e comprassem espadas? Faz isto sentido?

Ora, se era guerra que Jesus queria, porquê então ao ser preso, não utilizou-se das doze legiões de anjos a sua disposição, (Mt. 26:53)? Livraria-se assim dos inimigos, como no caso do rei Esequias (Is. 37:36), e ganharia tempo para se reorganizar. Imaginar que Jesus estava preparado para guerra, e podendo utilizar-se de anjos, optou mais uma vez como um bom general, mudar a estratégia não faz sentido, ou faz?

Deedat também fez uso da afirmação que consta no verso Lc. 19:27: “executai-os em minha presença”, querendo com isto justificar o uso de violência. Esqueceu-se de avaliar a expressão no contexto da parábola, onde está inserida, *A Parábola das Dez Minas*, (Lc. 19:11-27). Esta foi ensinada por Jesus para instruir os discípulos sobre o fato que a plenitude do reino não estava próxima, apesar que se aproximavam de Jerusalém: “Jesus propôs uma parábola, visto estar perto de Jerusalém e lhes parecer que o reino de Deus havia de manifestar-se imediatamente.”, (Lc. 19:11).

Nesta parábola, um certo homem que reina (Lc. 19:14), faz uma viagem e deixa que seus servos fiquem administrando suas minas (Lc. 19:13). Há uma certa rebelião por parte de alguns

concidadãos que não querem estar-lhe submissos (Lc. 19:14). Este rei por fim, voltou da viagem, e retomou posse de seu reino (Lc. 19:15). Seus servos tiveram que prestar contas de como administraram as minas, ou utilizaram seus talentos para Deus. Aqueles que se rebelaram foram executados (Lc. 19:27).

Vemos então, que se trata de uma parábola sobre o fato que o reino de Deus está presente, mas não tem ainda sua plenitude. Este o terá com a volta do rei Jesus, como já vimos. Só aí haverá a execução dos inimigos, que são aqueles que não se submeteram a Deus. A execução é futura com o retorno do rei, e não é uma licença para os servos de Deus, administradores das minas, serem aqui na terra violentos. Mesmo no futuro a execução não se refere a atos de violência humanos, mas ao julgamento de Deus, pois quando Jesus voltar, o rei do reino de Deus, se dará o julgamento (Mt. 25:31-46, ver especialmente o verso 31: “Quando vier o Filho do Homem na sua majestade e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória”. Além desta, há outras passagens como em Judas, versos 14-15, que revelam que com a volta de Jesus haverá julgamento. A execução se refere portanto, ao julgamento divino, pós volta de Jesus, e não é justificativa para os servos de Deus usarem violência na face da terra.

Se não podemos aceitar as colocações de Deedat, por não ter ele licença para mudar as palavras de Jesus, por ser duplamente ilógico e por ter ignorado o contexto de Lc. 19:27, então o que nos contentará como uma boa explicação destes textos?

Certamente que desde a hora que Jesus disse que Judas o trairia, aprisionamento, julgamento, crucificação e morte, estava sendo consistente com seu ensino quanto a não sermos violentos, e com as suas próprias previsões sobre sua morte.²¹⁰ Jesus prontamente repreendeu o discípulo que usou a espada (Mt. 26:51), dizendo: ““Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada, à espada perecerão”, (Mt. 26:52). Inicialmente quando um dos discípulos disse: “Senhor, eis aí duas espadas.”, (Lc. 22:38), pensava como Deedat, mas Jesus disse: “basta”, (Lc. 22:38), pois não era de violência que se tratava sua colocação. Na passagem de Lc. 22:35-38, Jesus assinalava para uma nova situação com a crucificação, e para isto, teriam que ter os devidos suprimentos, outrora não necessários, como bolsa, alforje e sandálias. Espada aqui tem o sentido de estar preparado para o novo momento.

²¹⁰ Small, E. K. *Evidence For The Death Of Jesus On The Cross*. 30/05/1996, p. 2. Extraído da internet em 10/09/2000. Answering Islam Homepage. A lista sugerida por Small é a seguinte: Mt. 12:39-40, 16:4; 16:21; Mc. 8:31; Lc. 9:22; 17:12; 17:22-23; Mc. 9:31; Lc. 9:44; 20:18-19; Mc. 10:33-34; Lc. 18:31-34; 21:33-39; Mc. 12:1-12;

Sua consistência foi até a cruz, quando disse: “Pai perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem”, (Lc. 23:34). E até mesmo na hora de sua morte, pois suas últimas palavras foram: “Tudo está consumado”, (Jo. 19:30). Em outras palavras, cumpriu-se tudo que estava previsto no Velho Testamento e no ensino de Jesus sobre sua morte. Mesmo quando Jesus em sua humanidade disse ao Pai, “Se possível passe de mim este cálice!”, (Mt. 26:39), o fez condicionando seu dizer, ao fato, que importava cumprir-se a vontade do Pai nele: “Todavia, não seja como eu quero, e, sim, como tu queres.”, (Mt. 26:39). Não poderia naquela hora invocar a ajuda de anjos? Pois neste caso, como se cumpriria as Escrituras sobre a redenção que tínhamos no Messias? Além do mais, Jesus se destacava por ser manso e não violento (Mt. 11:29; Is. 53:7; 1 Pe. 2:21-23).

Entre as várias previsões quanto ao sofrimento, crucificação, morte e ressurreição de Jesus. Destaca-se Jo. 10:17-18: “Por isso o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi de meu Pai.” Não houve no momento dos sofrimentos de Jesus, uma mudança de planos em jihad, pois predisse inúmeras vezes que morreria, e isto seria voluntário, para remissão do pecado do homem (Lc. 24:44-48).

Está claro então, que Jesus não tencionava o uso da luta armada ao dizer vende sua capa e compre uma espada. Ele foi consistente com seu ensino e suas previsões para aquele momento. De qualquer maneira, a opção de Deedat é ilógica e destituída de licença para mudar o ensino de Jesus. O ensino de Jesus foi bem entendido pelos discípulos, pois já vimos que em Atos, tiveram como ferramentas para a implantação do reino de Deus; a proclamação, seguida dos sinais das curas, libertações demoníacas e cuidado social. Assim como pelo exemplo demonstrado no amor ao próximo, expresso e visto nas boas ações.

Há ainda um verso que se interpretado na perspectiva de Deedat, terá um sentido bem belicoso: “Desde de os dias de João até agora o reino dos céus é tomado por esforço, e os que se esforçam se apoderam dele”, (Mt. 11:12). Se lembrarmos que jihad etimologicamente significa esforço, concluiria-se que Jesus estaria ensinando jihad agressivo, na implementação do reino de Deus na terra. Russel Shed em nota explicativa, afirma que o verso pode ser interpretado como

Lc. 20:9-19; 23:37; 26:2; 26:12; 26:28; Mc. 14:24; 26:31-32; Mc. 10:45; Lc. 12:50; 13:34, 35; 17:25; Jo. 3:14; 6:51; 10:15-18; 12:30-32; 16:16.

“uma referência à violência de certos judeus que pensaram em estabelecer o reino pela força bélica, (como era o caso entre os zelotes)”.²¹¹

O texto de Mt. 11:12 porém, refere-se a necessidade de apoderar-se do reino com determinação e perseverança, devido as dificuldades em entrar no mesmo (At. 14:22). Não temos no exemplo de João Batista, nada que incite a luta armada. Ele destacou-se por ser o cumprimento da profecia de Is. 40:3, e como tal, foi um proclamador na Judéia as margens do Jordão (Mt. 3:5-6). Pregava a chegada do reino de Deus, (Mt. 3:2). A necessidade de se arrependem-se de seus pecados e serem batizados, com o batismo de arrependimento (Mt. 3:2, 6). Isto seria visto pela falta de egoísmo, ausência de corrupção por parte dos publicanos e ausência de abuso de poder por parte dos soldados, (Lc. 3:11-14). Destacava-se então, por anunciar a chegada do Messias e convocar o povo para o batismo de arrependimento. Tendo também batizado e testificado que Jesus era o Cristo, preexistente (Jo. 1:29-34). Não há nada na vida de João Batista que sugira implantação do reino pelo uso da violência. Mas há muito de perseverança nesta.

Vemos então, que não há a possibilidade biblicamente de se implantar o reino de Deus pela luta armada. As guerras nos Velho Testamento não nos dão base para isto, assim não nos dá, o ensino e vida de Jesus. Tal como o faz a proclamação e exemplo de João Batista, assim como da Igreja Primitiva.

Vimos no Velho Testamento, que judeus e gentios podiam deixar de estar debaixo do domínio de satanás e pertencer ao reino de Deus. Isto era possível até mesmo antes de Israel, e depois por sua instrumentalidade. Mas para isto Israel deveria ser um bom exemplo do que era estar no reino, e ser ativo em proclamação, porém no geral, não foi bem sucedido. Em outras palavras, o reino crescia pela obra missionária de Israel, mas esta não foi realizada.

Vimos que o reino de Deus se manifestou com a primeira vinda de Jesus, pois Ele era Deus em carne. Jesus o anunciou e procurou trazer para o reino um maior número possível de judeus e gentios. Ensinou que o reino tem sua expansão pela obra missionária. Isto prosseguirá, até que este atinja sua plenitude com sua segunda vinda. Sendo assim, Jesus é central no tema, pois o reino de Deus, se manifestou por Ele, expande-se pela obra missionária ensinada e ordenada por Jesus, e por sua vez, o reino terá a sua plenitude com a volta de Jesus.

²¹¹ Shed R. Bíblia Vida Nova. Brasil. Edições Vida Nova. Novo Testamento. 1976, p. 17.

Vimos também que os sinais do reino demonstrados por Jesus, como curas, libertações demoníacas e cuidado social, foram mais tarde também demonstrados pela Igreja. Esta não só devia anunciar a chegada do reino, como demonstrá-lo por seus sinais, e isto ela o fez.

Ficou claro que a obra missionária só será realizada, se superarmos nossos preconceitos, como Pedro o fez por ocasião de entrada na casa de Cornélio no reino.

O papel missionário da Igreja, não anula Israel, este o tem realizado ao pertencer a Igreja. Jesus espera agora que sua Igreja, formada por judeus e gentios, resgate do império das trevas um maior número possível de pessoas. Neste processo, o gentio não perde sua identidade.

Além disto, vimos que não há base nas Escrituras para usarmos de violência, como expressão prática da fé cristã, e assim, não podemos usá-la na implantação do reino de Deus.

4. CONCLUSÃO

Vimos que jihad etimologicamente significa esforço máximo, e com tal sentido, há exemplos no Alcorão e Hadith, incentivando os muçulmanos a serem perseverantes, praticantes de boas ações, divulgadores do Islã e assim por diante, pois não há limite para as muitas boas situações que alguém deve se esforçar, como afirmou M. Amir Ali. Além disto, há também a idéia de jihad contra os desejos impuros, bem difundida e aceita entre os sufistas.

O sentido etimológico não pode contudo, ocultar o sentido de jihad como guerra. Com este sentido, jihad tem dois desdobramentos, há os que argumentam baseados em inúmeros versos do Alcorão, como nas Suratas 2:190-194, 216-217; 9:5, 36; 16:125; 22:39-40, que jihad só pode ser empreendido em autodefesa. Concordam com esta linha de raciocínio Hammudah Abdalati, Zakaria El Barry, Samir El Hayek, Muhammad Mohar Ali e Aliman Abul A'la Mawdudi.

Douglas E. Streusand entende que tal concepção de jihad é bem mais recente na história, tem surgido no contexto do relacionamento dos muçulmanos com os poderes coloniais, como no caso de Sir Sayyid Ahmad Khan, e outros modernistas, ao se relacionarem com os britânicos que dominavam a Índia. De qualquer maneira, esta concepção está de acordo com o artigo 51 da Carta das Nações, e por isso, permitirá um melhor convívio e aceitação internacional do Islã. Streusand entende que por esta época, Aliman Abul A'la Maududi, desenvolveu a concepção de jihad para libertação nacional. Seus ensinamentos influenciaram muito o fundador da Fraternidade Muçulmana, o xeque Hasan al Banna, assim como Sayyid M. Qtub.

Contra-pondo-se com a concepção de jihad defensivo, temos jihad agressivo. Neste caso, espera-se destituir-se regimes não islâmicos, implantando no lugar destes, governos islâmicos, sob as diretrizes da Xaria. Este processo deve continuar até o domínio do Islã por toda terra, espera-se com isto estar removendo a idolatria, e levando o homem a poder servir o único Deus. Caso escolha não fazê-lo, torna-se Zimmi. Neste caso, jihad tem toda uma dimensão política de tomada de poder, onde se espera que Casa do Islã, *Dar al-Islam*, domine a não islâmica, Casa da Guerra, *Dar al-Harb*. Sayyid M. Qutub não só ensinou isto, mas se opôs veementemente a concepção de jihad defensivo. Este fez uma leitura da história, onde Mohammad inicialmente era apenas um proclamador, envolvendo-se depois em Medina, com jihad defensivo e por fim, em jihad agressivo para a implementação da Xaria. Sua interpretação da Surata 9, distingue-se da concepção defensiva.

A influência de Qutub é vista e sentida na ideologia que rege os alvos e comportamento dos islamitas, pessoas como Hassan Abdallah al-Turabi e Osama Bin Laden. Outros pensadores da mesma linha e influência com os islamitas são Wail Uthman e Abdallah Yussuf Azzam. Na expressão contemporânea de jihad, a luta pela implantação do reino de Deus, segundo a perspectiva islamita, passa pela destruição de Israel, do Ocidente e de tudo que está sujeito as leis, que não fazem parte da Xaria. Os conflitos atuais entre o Ocidente e os islamitas, precisa ser entendido pela ótica de jihad agressivo. Claro que problemas sociais e injustiças causam conflitos, mas no caso do mundo islâmico, não são a causa primeira, mas os propulsores e incentivadores de jihad agressivo, esperando com isto obter um mundo melhor, nos termos da Xaria e do governo de Deus, como o concebem.

Devido a esta diferença de concepções de jihad, mas principalmente entre a versão defensiva e agressiva, há muita tensão no mundo islâmico, pois os agressivos, querem eliminar governos, que na opinião deles não são tão islâmicos como deveriam, pois não implementam a Xaria em sua totalidade. Os islamitas portanto, seguem nos passos dos assassinos, kharijis e Ibn Taymiya. Marc Ferro chama isto de guerra civil que está sendo travada no interior do mundo árabe-muçulmano, entre os que querem modernizar o Islã, e os que querem islamizar a modernidade”.²¹²

Vimos no Velho Testamento, que judeus e gentios podiam deixar de estar debaixo do domínio de satanás e pertencer ao reino de Deus. Isto era possível até mesmo antes de Israel, e

²¹² Neto, A. L. *O Mundo Muçulmano Trava Guerra Civil*. Folha de São Paulo, 25 de Dezembro de 2001.

depois por sua instrumentalidade. Mas para isto Israel deveria ser um bom exemplo do que era estar no reino, e ser ativo em proclamação, porém no geral, não foi bem sucedido. Em outras palavras, o reino crescia pela obra missionária de Israel, mas esta não foi realizada.

Vimos que o reino de Deus se manifestou com a primeira vinda de Jesus, pois Ele era Deus em carne. Jesus o anunciou e procurou trazer para o reino um maior número possível de judeus e gentios. Ensinou que o reino tem sua expansão pela obra missionária. Isto prosseguirá, até que este atinja sua plenitude com sua segunda vinda. Sendo assim, Jesus é central no tema, pois o reino de Deus se manifestou por Ele, expande-se pela obra missionária, ensinada e ordenada por Jesus. O reino por sua vez, terá a sua plenitude com a volta de Jesus.

Vimos também que os sinais do reino demonstrados por Jesus, como curas, libertações demoníacas e cuidado social, foram mais tarde também demonstrados pela Igreja. Esta não só devia anunciar a chegada do reino, como demonstrá-lo por seus sinais, e isto ela o fez.

Ficou claro que a obra missionária só será realizada, se superarmos nossos preconceitos, como Pedro o fez por ocasião de entrada na casa de Cornélio no reino.

O papel missionário da Igreja, não anula Israel, este o tem realizado ao pertencer a Igreja. Jesus espera agora que sua Igreja, formada por judeus e gentios, resgate do império das trevas o maior número possível de pessoas. Neste processo, o gentio não perde sua identidade.

Além disto, vimos que não há base nas Escrituras para usarmos de violência, como expressão prática da fé cristã, e assim, não podemos usá-la na implantação do reino de Deus. O reino já foi implantado por Jesus, cresce pela obra missionária e terá sua plenitude com a volta do rei Jesus.

Se no Islamismo vemos pessoas tão dispostas a abrirem mão de suas nacionalidades, familiares e até mesmo da vida, como pode pessoas que dizem conhecer a realidade do poder de Deus, manifesto na ressurreição de Jesus (Ef. 1:19-20), serem tão reticentes em se envolverem com a obra missionária. Esta é a maneira cristã de vermos o reino de Deus se expandido, até que este chegue a sua plenitude com a volta de Jesus. Você pode começar a se envolver orando, contribuindo e caso o Senhor te chame para missões, procure se preparar sob a orientação de seu pastor. Este poderá te encaminhar para uma boa agência missionária. Para começar pelo menos orando, visite o site www.brasil.2010.org para obter informações dos municípios menos evangelizados do Brasil. E o site www.aup.org para obter informações do povos menos evangelizados do mundo. Visite também o site www.missaoantioquia.com.br

O reino de Deus manifestou-se em Jesus, terá sua plenitude com sua segunda vinda. Enquanto isto, expande-se pela obra missionária. Envolve-se!

BIBLIOGRAFIA

Abdalati, H. *O Islão Em Foco*. Malaysia. Polygraphic Press Sdn. Bhd. 1981.

Al-Omar, A. R. H. *The Religion of Truth*. Printed and Published by Ministry of Islamic Affairs, Endowments Da'wah and Guidance Kingdom of Saudi Arabia. 1416 H.

Ali, A. Yusuf. *The Holy Qur'na*. Published by Islamic Propagation Centre International. Gráfica e ano não especificados.

Ali, M. A. *Jihad Explained*. III&E Brochure Series; No. 18, published by The Institute of Islamic Information and Education (III&E). Extraído do site <http://www.csus.edu/org/msa/jihad.htm>, em 06/11/2001.

Ali, M. M. *Sîrat Al- Nabi And The Orientalists*. Arábia Saudita. King Fahd Complex For The Printing Of The Holy Qur'an & Centre For The Service Of Sunnah and Sîrat Madinah. 1997.

Annaduy. A. H. *O Islã e o Mundo*. Brasil. Centro de Divulgação do Islã Para A América Latina. 1990.

Artigo Especial. *A Teologia da Fanatização*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 24 de Outubro de 2001.

Artigo Especial. *O Que Querem Os Fundamentalistas*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 10 de Outubro de 2001.

Artigo Especial. *Quando a Guerra É Justa*. Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, 3 de Outubro de 2001.

Berry, Z. *Os Direitos Humanos no Islã*. Brasil, Centrais Impessoras Brasileiras Ltda. Centro de Divulgação do Islã Para A América Latina, 1989.

Bodansky, Y. *Bin Laden O Homem que Declarou Guerra à América*. Brasil, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações S. A. 2001.

Burgierman, D. R. *De Judas a Bin Laden*. Revista Super Interessante. Brasil, Editora Abril. Edição 169.-Outubro de 2001.

Burgierman, D. R.; Vergara, R.; Cavalcante, R.; *A Palavra de Deus*. Revista Super Interessante. Brasil, Editora Abril. Edição 170.-Novembro de 2001.

Catálogo da Associação de Missões Transculturais Brasileiras) feito em conjunto com a Sepal, impresso em 2000.

Cavalcante R. *Terror Na Cabeça*. Super Interessante. Brasil, Editora Abril. Edição 169.-Outubro de 2001.

Daily Mail. Monday, September 17, 2001.

Deedat, A. *Crucifixion or Cruci-fiction*. RSA, Islamic Propagation Centre Internacional. 1984.

Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994.

Hedlund. R. E. *The Mission of The Church in the World*. USA. Baker Book House. 1991.

Hiz ut-Tahrir. *Jihad Is The Pillar of Islam and Its Top Most Part*. Extraído de <http://www.hizb-ut-tahrir.org/english/leaflets/january499.htm>, em 16/11/2001.

Jihad in The Holy Quran and Hadith. Extraído de <http://tariq.bitshop.com/misconceptions/jihad/jinqh.htm>, em 16/11/2001.

Klintowitz, J. *Islã a Derrota do Fanatismo*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 1^o de Março de 2000.

Matos, A. Souza. *Cristãos e Muçulmanos: Uma longa História de Conflito*. Brasil. Editora Ultimato. Ltda. Revista Ultimato. Ano XXXIV – No. 273, Novembro-Dezembro de 2001.

Maududi, Aliman Abul A'la. *Para Compreender o Islamismo*. Brasil, Centrais Impressoras Brasileiras Ltda. 1989.

Maududi, Aliman Abul A'la. *O Islã Código de Vida Para os Não Muçulmanos*. Brasil. Centro de Divulgação do Islã Para a América Latina. 1989.

McDowell, J. *Evidence That Demands a Verdict*. UK, Alpha, 1993.

Mueller, E. R. *Teologia da Libertação e Marxismo – Uma Relação Em Busca de Explicação*. Brasil. Editorial Sinodal. 1996.

Nehls G. And Eric W. , *Islam As It Sees Itself As Others See It As It Is*. Kenya. Published by Life Challenge Africa. 1995.

Neto, A. L. *O Mundo Muçulmano Trava Guerra Civil*. Folha de São Paulo, 25 de Dezembro de 2001.

Phares, W. *Don't Pervert History: Jihad Is Jihad*. Artigo inicialmente publicado no Palestine Times em Agosto de 1997. Extraído do site <http://www.wlo-usa.org/Opinion/Phares/Jihad.htm>., em 16/11/2001.

Qtub, M. S. *Normas no Caminho do Islã*. Publicado pelo Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidik. Gráfica e ano não mencionados.

Shahid, S. *Rights of Non-Muslims in an Islamic State*. Extraído do site www.answering-islam.org/NonMuslims/rights.htm, em 01/11/2001.

Shed R. Bíblia Vida Nova. Brasil. Edições Vida Nova. Novo Testamento. 1976.

Small, E. K. *Evidence For The Death Of Jesus On The Cross*. Extraído do site Answering Islam Homepage, em 10/09/2000.

Stacey, V. *Islamismo e Cristo: Reflexões Perante o Islamismo*. Brasil. Revista Capacitando. Circulação Interna. No. 10. 2001.

Streusand, D. E. *What Does Jihad Mean?* Extraído do site <http://www.ict.org.il/articles/articledet.cfm?articleid=402>, em 06/11/2001.

Taheri, A. *O Ódio Dos Muçulmanos Ao Ocidente É Cultivado Por Governos e Imprensa*. Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 26 de Dezembro de 2001.

Thomas, E. *A Long, Strange Trip To The Taliban*. Newsweek, December 17, 2001.

Wright, R. Revista Veja. Ano 34, no. 51. Brasil. Editora Abril, 26 de Dezembro de 2001.

APÊNDICE I

LIBERDADE RELIGIOSA NO ISLÃ

Dividiremos nossa abordagem em dois itens. Definir o que é ser Zimmi e suas limitações. Em seguida, apostasia no Islã.

Vimos que um dos alvos de Qtub, segundo sua perspectiva islamita, é promover jihad agressivo, para assim eliminar toda forma de idolatria. Esta se manifesta por meio de governos, religiões, instituições. Idolatria consiste no fato que estas instituições se submetem a um corpo legislativo, não dado por Deus, em vez de se submeterem a Ele, pela obediência prática da Xaria. Jihad agressivo neste caso, tem por alvo libertar o homem, dando-lhe o direito de escolha, entre se submeter a Deus; a sua Xaria, ou se tornar Zimmi. Caso cristãos e judeus prefiram permanecer em sua religiões. Não há imposição de religião, contudo, serão Zimmis. Liberdade religiosa no Islã, precisa ser considerada e entendida no contexto do que é ser Zimmi.

Samuel Shahid em seu texto intitulado, *Rights of Non-Muslims in an Islamic State*, nos esclarece o que é ser Zimmi numa sociedade islâmica.

Inicialmente é necessário ter entendimento do que é um estado islâmico. Já vimos que para Qtub, isto é o mesmo que um certo grupo que voluntariamente se submete a Xaria. Em

outras palavras, independente de onde estão, ou que nacionalidade possuam. Se um grupo se submete a Xaria, temos aí então, um estado islâmico. Se estes tiverem que optar entre obedecer a Xaria, ou alguma lei constitucional do país, devem escolher a Xaria em primeiro lugar. Nas palavras de Maududi: “Um estado islâmico é essencialmente um estado ideológico, e assim é radicalmente oposto de um estado nacional”.²¹³ Obedece assim, a ideologia prioritariamente.

Como um estado ideológico, o estado islâmico tem como cidadãos plenos, aqueles que subscrevem a este pela aceitação da ideologia islâmica. Neste caso, haverá discriminação entre os que são muçulmanos e os que não são, entre os que aceitam a ideologia, e os que não o fazem.²¹⁴

Há três tipos de não muçulmanos numa sociedade islâmica. O *Musta'min*, este pode ser um visitante a negócios, ou um estudante, ou um visitante por qualquer outro propósito. Aqueles que acabaram de ser conquistados, e possuem com os muçulmanos um acordo de trégua, são os *Hudnas*. Estes pagam a *jizya*. Isto é explicado mais adiante no texto. Há também os *Zimmis*. São aqueles não muçulmanos em uma sociedade islâmica, que também concordam em pagar *jizya*, em troca de proteção e segurança. Submetem assim, na categoria de *Zimmi*, a Xaria.²¹⁵

Há quatro escolas de jurisprudência no Islã, Hanifites, Malikites, Hanbilites (está é a mais severa e fundamentalista) e Shafi'ites. Entre estas escolas há suas variações. Os Hanifites e Malikites, concordam que *jizya* deve ser aceito por todo infiel que não se converta. Nisto incluem-se os zoroastras e qualquer outro tipo de não muçulmano. Os Hanbilites e os Shafi'ites, entendem que o contrato *jizya* só pode ser oferecido aos que crêem no Deus supremo, ou seja, a judeus e cristãos. Este imposto será suspenso conforme, estes se tornam muçulmanos. Há no Islamismo portanto, um imposto sobre aqueles que não estão ideologicamente de acordo com o Islamismo.²¹⁶

O propósito do imposto *jizya*, segundo o Sheik Najih Ibn Abadulla, citando Ibn Qayyim al-Jawziyya é múltiplo. Está incluído nisto, humilhar²¹⁷ e oprimir os *zimmis*. Não deixa de ser

²¹³ Shahid, S. *Rights of Non-Muslims in an Islamic State*. Extraído em 01/11/2001 do site www.answering-islam.org/NonMuslims/rights.htm, p. 1. Citando Maududi, S. Abul Ala', *Rights of Non-Muslims in an Islamic State*. Islamic Publications, LTD. Lahore, Pakistan. 1982.

²¹⁴ Ibid., p. 1.

²¹⁵ Ibid., p. 2.

²¹⁶ Ibid., p. 3.

²¹⁷ É bem alcorânico o propósito humilhante e coercivo do imposto cobrado do *Zimmi*. Isto se vê pela Surata 9:29: “Combatei aqueles que não crêem em Deus e no Dia do Juízo Final, nem se abstêm do que Deus e Seu mensageiro

uma forma de pagamento para que possam continuar morando na terra, podendo pelo pagamento de jizya, praticar sua religião com restrições.

Poupar o sangue (dos Zimmis), ser um símbolo de humilhação dos infiéis, como um insulto e uma punição, e como os Shafi'ites indicam, jizya é oferecido em troca por residência em um Estado Islâmico. Assim Ibn Qayyim acrescenta, “Desde de que a religião inteira pertence a Deus, seu alvo é humilhar a impiedade e seus seguidores, e os insultar. Impor jizya sobre os seguidores da impiedade e oprimi-los é exigido na religião de Deus. O texto alcorânico indica isto quando diz: “até que paguem jizya que possam e se sintam submissos, (Surata 9:29)”. O que contradiz isto é deixar os infiéis livres para apreciar e praticar sua religião, como desejam, e assim teriam poder e autoridade.²¹⁸

Assim fica claro o que é liberdade religiosa no Islã. O não muçulmano paga um imposto, que na cultura e religião significa estar sendo humilhado, oprimido e punido. Submetendo assim, na categoria Zimmi a Xaria. Isto deve continuar até que este aceite o Islã.

Os Zimmis são considerados politeístas, *mushrikun*. Como já vimos no livro, *O Islamismo e a Trindade*. Ser politeísta, é o mesmo que cometer o pecado imperdoável, *shirk*, ou seja, associar alguém ou um objeto a Deus, como se este tivesse natureza divina. Isto é muito grave, pois no Islamismo só Alá é Deus e Mohammad é seu mensageiro. Os cristãos são politeístas, pois teriam associado o homem de Nazaré a Deus, como se ele o fosse. Nesta condição, são culpados do pecado imperdoável. Como Zimmis então, judeus e cristãos não podem praticar suas religiões abertamente, pois estas são abominações. Sendo isto verdade, no entendimento dos juristas muçulmanos, os *Muftis*, estabelece-se várias restrições aos Zimmis.

- Não podem construir novas igrejas. Podem somente restaurar as velhas. Velhas aqui são as igrejas históricas que se encontram no Egito, Jordânia e outros países islâmicos, por ocasião da conquista destas terras;
- Não podem orar ou ler seus livros sagrados em alta voz, assim os muçulmanos não ouviram estas heresias;
- Não podem colocar os sinal da cruz em suas casas e igrejas; pois é um sinal de infidelidade;

proibiram, e nem professam a verdadeira religião daqueles que receberam o Livro (referindo-se a judeus e cristãos), até que paguem humilhados a Jizya que possam e se sintam submissos”.

²¹⁸ Shahid, S. *Rights of Non-Muslims in an Islamic State*. Extarído em 01/11/2001 do site www.answering-islam.org/NonMuslims/rights.htm, p. 3.

- Não podem fazer seus cultos publicamente, ou através dos meios de comunicação. Podem ir sossegadamente aos seus lugares de adoração;
- Não podem servir o exército, a menos que haja grande necessidade para isto.²¹⁹

A estas restrições acrescentamos a falta de liberdade de propagarem sua fé. Nas palavras de Maududi.

O Estado Islâmico não poderá ingerir-se no direito pessoal dos não muçulmanos. Eles gozarão de plena liberdade de pensamento e crença, e poderão praticar a vontade os seus ritos e cerimônias religiosas como lhes aprouver. Não poderão apenas propagar a sua religião, mas têm até o direito de criticarem o Islã dentro dos limites prescritos pela lei e pela decência.²²⁰

Percebemos então, pelas restrições acima impostas ao Zimmi, assim como pela falta de liberdade deste em propagar a sua fé, que não há no Islã plena liberdade religiosa, significando isto, direito de escolha e livre prática religiosa. Se não é dado aos muçulmanos o direito de ouvir e escolher, pela pregação do Zimmi, não se submete assim ao artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual diz.

Todo homem tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletiva, em público ou em particular.

Percebemos por Maududi, que os Zimmi “gozarão de plena liberdade de pensamento e crença, e poderão praticar a vontade os seus ritos e cerimônias religiosas como lhes aprouver”. Contudo isto, só se parece com liberdade religiosa, pois em seguida afirma: “não poderão a penas propagar a sua religião”. Sendo isto irreconciliável, com o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O assunto sobre o direito dos Zimmis é vasto. Já vimos o suficiente para entendermos, que tipo de liberdade o não muçulmano terá, ao ter suas terras dominadas pela sistema islâmico. Ou se torna muçulmano, ou se torna Zimmi. Este irá por meio deste imposto, e pelas leis próprias estabelecidas para os Zimmis, ser humilhado, e restrito em sua liberdade religiosa.

²¹⁹ Ibid., p. 4.

²²⁰ Maududi, Aliman Abul A’la. *O Islã Código de Vida Para os Não Muçulmanos*. Brasil. Centro de Divulgação do Islã Para a América Latina. 1989, p. 53.

O Zimmi porém, poderá pela constante humilhação ser encorajado a se tornar muçulmano, assim terá os plenos direitos do estado ideológico islâmico. Por outro lado porém, pesará sobre si a pena de morte, caso queira deixar o Islã um dia. Esta falta de opção de escolha, após tornar-se muçulmano, também fere o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em outras palavras, o Zimmi com todas as suas dificuldades práticas, tem o direito de se tornar muçulmano, mas uma vez muçulmano, só sai do Islamismo pagando o preço da morte.

A discussão sobre apostasia no Islã é interessante. O Dr. Zakaria El Berry a aborda no livro, *Os Direitos Humanos no Islã*. Não há entre os eruditos do Islã, um esforço em esconder o fato que o apóstata é digno de morte, nesta religião. Não há segredo quanto a isto, pois a literatura islâmica nos informa sem reservas.

O Dr. Berry define apóstata como aquele que nega:

Total e categoricamente nega um preceito prescrito pela religião islâmica, como a prática da oração, o jejum, a peregrinação, o pagamento do tributo (não é jizya pago pelo Zimmi, mas o Zakat, pago pelo muçulmano), a proibição da ingestão de bebidas alcoólicas e a alimentação de carne suína”.²²¹ Parêntesis acrescentado por mim.

Sendo assim, basta não jejuar durante o Ramadã e já é digno de morte. O apóstata terá a chance de se arrepender e será encorajado para isto, mas se “persistir no erro, porém, será punido com a morte”.²²² O Dr. Berry diz que: “a opinião geral da jurisprudência islâmica aprova a execução do muçulmano apóstata seja homem ou mulher”.²²³

Este autor está convencido que o apóstata é aquele que ao se dizer muçulmano, o faz enganosamente, para depois deixar o Islamismo. Exatamente como teria ocorrido nos dias de Mohammad. Citou então a Surata 3:72-75, a qual se refere a judeus que naqueles dias se fizeram muçulmanos falsamente. Segundo ele, são estes os apóstatas e devem ser punidos.²²⁴

O Dr. Berry está convencido que nenhum muçulmano verdadeiro, deixará o Islamismo: “Na realidade, não há muçulmano algum convicto, que troque a sua religião, após conhecer os

²²¹ Berry, Z. *Os Direitos Humanos no Islã*. Brasil, Centrais Impressoras Brasileiras Ltda. Centro de Divulgação do Islã Para A América Latina, p. 25.

²²² Ibid., p. 25.

²²³ Ibid., p. 27.

²²⁴ Ibid., p. 27-28.

princípios sublimes do Islã autêntico, quer tenha nascido muçulmano, ou tenha a ele aderido. Os acontecimentos antigos e atuais atestam isso”.²²⁵

Crendo então, que os apóstatas são somente os falsos, os que aderiram o Islã com engano, e que os verdadeiros muçulmanos jamais desejarão deixar o Islã, então, o Dr. Berry afirma que o Islã não é incompatível “com a referida doutrina da liberdade religiosa”.²²⁶ A conclusão lógica é esta, se ninguém desvia do Islã, então, não se pune ninguém com a morte. E nisto não há conflito com o artigo 18 da Declaração Universal do Direitos Humanos. A premissa do Dr. Berry tem que ser verdadeira, para não haver conflito ente o Islã e a liberdade religiosa prescrita no referido artigo.

Não nos parece razoável crer, que entre mais de um bilhão de muçulmanos no mundo, e se a estes somarmos todos que ao longo dos séculos já faleceram, que nenhum nunca sinceramente desejou deixar o Islamismo. Precisamos compartilhar da mesma convicção do Dr. Berry, para aceitarmos que não há incompatibilidade entre pena de morte para o apóstata, e liberdade religiosa. De qualquer maneira, não é só a lógica humana que nos impede de firmarmos tal posição. O Prof. Samir El Hayek, é da opinião que há a possibilidade de um muçulmano deixar o Islamismo, mesmo que isto não seja razoável em sua opinião. Ao comentar a Sura 5:54 disse.

Por “porque muitos homens são depravados” (versículo 49 desta surata) deduz-se como inevitável que deva haver apóstatas, mesmo numa religião racional e de senso comum como o Islã. Porém, há aqui uma admoestação, ao corpo dos muçulmanos, no sentido de que não se repita a história dos judeus, e de que os muçulmanos não se tornem tão auto-satisfeitos ou arrogantes, a ponto de se apartarem do espírito dos ensinamentos de Deus. Se assim fizerem, a perda será deles próprios.²²⁷

Se nem Hayek acredita no pressuposto do Dr. Berry, quanto a possibilidade de nenhum muçulmano ter se deixado o Islamismo ao longo dos séculos, assim como jamais um verdadeiro muçulmano o fará, porque então creríamos nesta? Fica portanto, o desafio para o Islamismo conciliar liberdade religiosa, com pena de morte ao apóstata. Sabemos que esta prática não condiz com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

²²⁵ Ibid., p. 31.

²²⁶ Ibid., p. 27.

²²⁷ Hayek, S. El. *O Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado*. Brasil, MarsaM Editora Jornalística, 1994, p. 137.

Como já afirmamos, não há segredo na literatura islâmica quanto a pena de morte para o apóstata. Vemos mais um exemplo disto no livro, *The Religion of Truth*, escrito por Abdul Rahman Ben Hammad Al-Omar. Neste seu autor diz.

Apostasia no Islã é um crime grave punível com a morte. Quando alguém comete apostasia no Islã, rejeita a verdade depois que a conheceu, assim, não merece a vida e perde seu direito de existir (Raison-d'etre). Mas se sua apostasia é devido a violação de um dos princípios do Islã, ele deve se arrepender e pedir a Alá por perdão, e comportar-se de acordo com as leis islâmicas.²²⁸

Segundo Al-Omar, as violações que levam a apostasia são inúmeras, como o pecado de associar alguém a Alá, shirk. Sendo assim, judeus e cristãos devem ser considerados incrédulos. Conclui-se portanto, que por esta perspectiva, um muçulmano será digno de morte, ao se tornar cristão. Além destas, há muitas outras violações, as quais podem ser resumidas na quebra de todo e qualquer preceito islâmico.²²⁹ Uma mera quebra da oração diária, do jejum do ramadã, ou falta de pagamento de Zakat, poderá levar o muçulmano a pena de morte, num estado islâmico mais restrito e rigoroso.

Claro que este conceito de apostasia impõe limite a liberdade religiosa. Al-Omar diz que: “O Islã confere liberdade de opinião para o muçulmano na condição que não a use para violar os preceitos islâmicos. Alá ordena ao muçulmano que permaneça na verdade”.²³⁰ Prossegue dizendo:

Tal sistema baseia-se no respeito a opinião alheia, desde de que estas não violem as lei de Alá. Opiniões contrárias as leis de Alá, resultam em corrupção e falsidade, e portanto, não devem ser comunicadas. Liberdade individual é garantida no Islã dentro dos limites da leis islâmicas. Segundo o Islã, o homem e tudo que possui pertence a Alá. Portanto, todo o seu comportamento deve ser dentro dos limites explicados nos mandamentos de Alá. O Islã não permite nenhuma transgressão destes, os quais são fonte de misericórdia.²³¹

As palavras de A-Omar só nos permite concluir o seguinte. No Islã, o muçulmano é livre para permanecer assim, obedecendo livremente todos os preceitos de Alá, do contrário, ele perde

²²⁸ Al-Omar, A. R. H. *The Religion of Truth*. Printed and Published by Ministry of Islamic Affairs, Endowments Da'wah and Guidance Kingdom of Saudi Arabia. 1416 H., p. 90.

²²⁹ Ibid., p. 91-93.

²³⁰ Ibid., p. 93.

²³¹ Ibid., p. 93-94.

seu direito de existir. É nestes termos que suas expressões como: “tal sistema baseia-se no respeito a opinião alheia”, ou “liberdade individual é garantida no Islã”, ou “o Islã confere liberdade de opinião para o muçulmano”, devem ser entendidas, pois estas estão condicionadas aos seus complementos, tais como: “Tal sistema baseia-se no respeito a opinião alheia *desde de que estas não violem as lei de Alá*”, ou “dentro dos limites da leis islâmicas”, ou “liberdade de opinião para o *muçulmano na condição que não a use para violar os preceitos islâmicos*”.

Se liberdade religiosa no Islã, limita-se a permitir que o homem não deixe e nem desobedeça o Islã, do contrário é digno de morte. Assim como ao Zimmi não lhe é permitido divulgar sua fé, a qual deve praticá-la com várias restrições, que liberdade é esta? Como se concilia Islã e direitos humanos internacionais? Que liberdade jihad agressivo quer oferecer ao mundo? Será que é bom ser Zimmi? Será que é bom ser digno de morte ao desejar deixar o Islamismo?